



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

MATHEUS MOREIRA DA SILVA

**O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR
ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA
CONTEXTUAL CULTURA E COMÉRCIO**

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MATHEUS MOREIRA DA SILVA

3. Título do trabalho

O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA CONTEXTUAL CULTURA E COMÉRCIO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Pedro Machado Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 26/09/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS MOREIRA DA SILVA, Discente**, em 26/09/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3216546** e o código CRC **25168576**.

MATHEUS MOREIRA DA SILVA

**O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR
ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA
CONTEXTUAL CULTURA E COMÉRCIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Pró-reitora de Pós-graduação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de doutor em Educação em Ciências e Matemática.
Área de concentração: Qualificação de professores de Ciências e Matemática

Orientador: Prof. Dr. José Pedro Machado Ribeiro

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Matheus Moreira da
O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE:
[manuscrito] : UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES
COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA CONTEXTUAL CULTURA E
COMÉRCIO / Matheus Moreira da Silva. - 2022.
CXL, 140 f.

Orientador: Prof. José Pedro Machado Ribeiro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Pró-reitoria de
Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências e Matemática, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Etnomatemática. 2. Formação de Professores Indígenas. 3.
Interculturalidade. 4. Relações Comerciais. I. Ribeiro, José Pedro
Machado, orient. II. Título.

CDU 51:37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata da sessão de Defesa de Tese de MATHEUS MOREIRA DA SILVA, que confere o título de Doutor(a) em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA, na área de concentração em **Qualificação de Professores de Ciências e Matemática**.

Ao/s **26 dias do mês de agosto de 2022**, a partir da(s) **14:00**, por VIDEOCONFERÊNCIA, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS POVOS XAVANTE E BORORO”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) JOSE PEDRO MACHADO RIBEIRO - UFG com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) ANA PAULA PURCINA BAUMANN - UFG, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) ELIAS NAZARENO - UFG, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) ROGERIO FERREIRA - UNB, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) ROSANI MOREIRA LEITAO, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) JOSE PEDRO MACHADO RIBEIRO, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA CONTEXTUAL CULTURA E COMÉRCIO



Documento assinado eletronicamente por **Jose Pedro Machado Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 09/09/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Professor do Magistério Superior**, em 09/09/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3294224&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110000100&infra_hash=b32f427352... 1/2

14/09/2022 16:16

SEI/UFG - 3041050 - Ata de Defesa de Tese



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ferreira, Usuário Externo**, em 11/09/2022, às 23:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Purcina Baumann, Professora do Magistério Superior**, em 12/09/2022, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosani Moreira Leitao, Professora do Magistério Superior**, em 13/09/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3041050** e o código CRC **8697843A**.

Referência: Processo nº 23070.036753/2022-49

SEI nº 3041050

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3294224&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110000100&infra_hash=b32f427352... 2/2

MATHEUS MOREIRA DA SILVA

**O CURSO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE: UM OLHAR
ETNOMATEMÁTICO SOBRE RELAÇÕES COMERCIAIS A PARTIR DO TEMA
CONTEXTUAL CULTURA E COMÉRCIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Pró-reitora de Pós-graduação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do grau de doutor em Educação em Ciências e Matemática.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Pedro Machado Ribeiro
Instituto de Matemática e Estatística – UFG
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática – UFG

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Purcina Baumann
Instituto de Matemática e Estatística – UFG
Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena – UFG

Prof. Dr. Elias Nazareno
Faculdade de História – UFG
Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena – UFG
Programa de Pós-graduação em História – UFG

Prof.^a Dr.^a Rosani Moreira Leitão
Museu Antropológico – UFG
Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena – UFG
Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos – UFG

Prof. Dr. Rogério Ferreira
Faculdade UnB Planaltina – FUP/UnB

GOIÂNIA

2022

AGRADECIMENTOS



Convicto que este trabalho não é uma construção isolada de minha autoria, mas representa a luta, dedicação e sonhos de várias pessoas. Não poderia iniciar esse escrito sem agradecer àquelas pessoas que, ao meu lado, continuam sonhando por uma educação de qualidade, diferenciada e intercultural.

Agradeço aos meus pais, Rozânia Elizabete e Clerys Moreira, e ao meu irmão, Douglas Moreira, por proporcionarem o apoio, o carinho, o amor e a atenção necessária durante o desenvolvimento desta tese, nos últimos anos, e do modo pelo qual me ajudaram a constituir o que sou, enquanto professor e pesquisador.

Ao Leandro Marques, pelo companheirismo, por compartilhar momentos inesquecíveis durante minha trajetória, e por incentivar o engajamento com a temática. Pessoa essa com quem compartilhei, por diversas vezes, lágrimas e risos, medos e sonhos, dúvidas e certezas.

Ao querido professor, José Pedro Machado Ribeiro, obrigado pela parceria em diferentes formas. Certo de que nele tenho grande referência educacional. É uma das pessoas mais sábias que conheci, ao mesmo tempo, humilde, acolhedor e generoso. Obrigado pelos quase 10 anos de parceria.

Gostaria de agradecer, em especial, às minhas amigas Elizandra e Regiane, que sempre estiveram comigo em vários momentos: dando força, conselhos e ajudando sempre que precisei. Muito obrigado pelo enorme carinho.

Agradeço ao Curso de Educação Intercultural, da Universidade Federal de Goiás, por me receber e ter concedido o espaço necessário para que desenvolvesse esta pesquisa.

Aos estudantes indígenas, do curso de Educação Intercultural, cujas vozes foram (e são) fundamentais para a consolidação, dessas transformações aqui escritas; suas cosmovisões me fizeram repensar novas formas de perceber o mundo.

Aos demais povos indígenas que têm nos ensinado o significado, verdadeiro, de re-existência, os quais vivenciam, há mais de 500 anos, lutas, dominações e explorações.

Aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Matemática – Matema/UFG, obrigado pelas discussões sobre diversidade, pelas reflexões e pelos encontros.

Ao Grupo de Pesquisa em História Indígena e História Ambiental: interculturalidade crítica e decolonial, na pessoa do professor Elias Nazareno, por intermédio do qual tive a oportunidade de conhecer e criar diversos laços via perspectiva intercultural.

Agradeço às professoras Ana Paula Purcina Baumann, e Rosani Moreira Leitão por terem ajudado e a proporcionar um olhar mais educacional, intercultural e antropológico; aos professores Rogério Ferreira e Elias Nazareno, obrigado por terem aceitado participar deste trabalho, na medida em que realizaram a leitura e explicitaram importantes questionamentos para a composição.

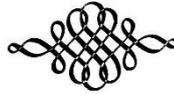
Também, não menos importante, agradecer ao Colégio WRJ, que me concebeu uma vaga como professor efetivo na melhor instituição de Educação Básica. Obrigado por tudo! Agradeço aos ilustres diretores Rafael Abdalla e Tamine Abdalla, os quais apoiaram, confiaram e valorizaram meu trabalho como docente. Não poderia esquecer da querida supervisora Agda, uma pessoa incrível que colaborou imensamente em minha formação, com seus conselhos e supervisões. Por fim, agradeço ao grupo de coordenadores (Glauber e Ana Cecília), secretários, funcionários e aos incríveis professores. Orgulho em fazer parte da família WRJ (#wrjnaveia).

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa. A bolsa contribuiu para a obtenção do título de doutor em Educação em Ciências e Matemática. Obrigado a todos/as.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2006, p. 22).

Estamos vivendo uma crise sanitária e humanitária piorada por um governo que está a serviço do autoritarismo, do agronegócio e da morte. Hoje a dor do luto se potencializa na coragem da luta pela vida (KAMAIURÁ, 2019, s/p.).

RESUMO



Uma percepção relativa às questões sociais brasileiras e, em particular, às relações comerciais indígenas, tem sido cada vez mais necessária – e eticamente exigida. Essa percepção é decorrente, dentre outros fatores, das preocupações de ordem política e educacional, acerca das marginalizações a que são submetidos os povos indígenas em meio aos dissensos e aos dilemas em torno da diversidade cultural no Brasil. Nesse cenário, há várias mobilizações no sentido de viabilizar o direito à proteção e à valorização das relações comerciais dos povos indígenas, em distintos contextos. Mediante esse debate, a emancipação dos povos indígenas é uma discussão cada vez mais frequente em cursos de formação intercultural. Tendo como referência os apontamentos acima, nos propomos, na presente tese, no que se refere à dinâmica de formação de professores indígenas, enquanto objetivo, identificar de que modo o curso de Educação Intercultural da UFG contribui para a percepção dos estudantes indígenas em formação, no que diz respeito às relações comerciais e à influência do capitalismo, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural de distintas comunidades. Teoricamente, a discussão será amparada pela dimensão da Etnomatemática d’ambrosiana, segundo a qual, ao longo da história, cada população desenvolveu seus saberes e fazeres próprios. Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se como interpretativa, e a análise dos registros se dará pelo método descritivo. Assim, o estudo analisa o tema contextual “Cultura e Comércio”, do curso de Educação Intercultural da UFG, das turmas de 2019 a 2021, abordando a questão comercial indígena a partir de uma perspectiva crítica e da influência do capitalismo, com intuito de compreender os problemas enfrentados por esses povos. Desta maneira, a tese analisa as influências do capitalismo nos contextos indígenas, o que modifica as relações comerciais tradicionais e aponta alguns comportamentos genocidas que ocorreram (e ocorrem) em decorrência dessa ação. Com isso, esta pesquisa contribui para a valorização da realidade sociocultural e das relações comerciais tradicionais, por meio de um espaço, desperta nos alunos intenções de novas buscas de ação crítica e consciente em sua realidade. Pode, por fim, indicar, também, as influências das modificações comerciais devido aos interesses da sociedade envolvente, e uma possível valorização dos conhecimentos e das relações comerciais dos povos indígenas do Brasil, especificadamente os Bororo e Xavantes, que foram os povos que participaram da pesquisa e são vinculados ao curso de Educação Intercultural.

Palavras-chave: Etnomatemática. Formação de Professores Indígenas. Interculturalidade. Relações Comerciais.

RESUMEN



Una percepción relativa de los problemas sociales brasileños y, en particular, de las relaciones comerciales indígenas, se ha vuelto cada vez más necesaria, y éticamente exigible. Esta toma de conciencia proviene, entre otros factores, de la preocupación política y educativa por la marginación a la que están sometidos los pueblos indígenas en medio de las disensiones y dilemas que rodean a la diversidad cultural en Brasil. En este escenario, existen diversas movilizaciones que buscan viabilizar el derecho a la protección y valorización de las relaciones comerciales de los pueblos indígenas en diferentes contextos. A través de este debate, la emancipación de los pueblos indígenas es una discusión cada vez más frecuente en los cursos de formación intercultural. Teniendo como referencia lo anterior, nos proponemos en la presente tesis, respecto a la dinámica de formación de los docentes indígenas, identificar de qué manera el curso de Educación Intercultural de la UFG contribuye a la toma de conciencia de los estudiantes indígenas en formación, respecto a las relaciones comerciales y la lógica del capitalismo que interfieren cotidianamente en el equilibrio sociocultural de sus comunidades. Teóricamente, la discusión se apoyará en la dimensión de la etnomatemática d'Ambrosiana, según la cual, a lo largo de la historia, cada población ha desarrollado sus propios conocimientos y haceres. Metodológicamente, la investigación se caracterizó como interpretativa, y el análisis de los registros se realizará por el método descriptivo. Así, el estudio analiza el tema contextual "Cultura y Comercio", del curso de Educación Intercultural de la UFG, de las clases de 2019 a 2021, abordando la cuestión comercial indígena desde una perspectiva crítica y la influencia del capitalismo, con el fin de comprender la problemas que enfrentan estas personas. De este modo, la tesis analiza las influencias del capitalismo en los contextos indígenas, que modifica las relaciones comerciales tradicionales y señala algunos comportamientos genocidas que se han producido (y se producen) como resultado de esta acción. Con ello, esta investigación contribuye a la apreciación de la realidad sociocultural y de las relaciones comerciales tradicionales, a través de un espacio que despierta en los estudiantes intenciones de nuevas búsquedas de acción crítica y consciente en su realidad. Finalmente, también puede señalar las influencias de los cambios comerciales debido a los intereses de la sociedad circundante, y una posible apreciación del conocimiento y las relaciones comerciales de los pueblos indígenas de Brasil, específicamente Bororo y Xavantes, que fueron los pueblos que participaron en la investigación y están vinculados al curso de Educación Intercultural.

Palabras-clave: Etnomatemáticas. Formación de Maestros Indígenas. Interculturalidad. Relaciones comerciales.

ABSTRACT



A relative perception of Brazilian social issues and, particularly the commercial indigenous relations are becoming widely necessary and ethically required. This awareness results from political and educational concern, among other factors, over the marginalization indigenous peoples are subjected to amid the controversy and dilemmas of cultural diversity in Brazil. In this scenario, there are many actions meant to facilitate the right to protection and improvement of commercial relations of indigenous peoples in distinct contexts. According to this argument, the emancipation of indigenous peoples is becoming a recurrent discussion in academic intercultural courses. Based on the previous statements, the aim of this dissertation, which refers to the dynamics of training indigenous professors, is to determine the way in which the Intercultural Education course from the Federal University of Goiás (UFG) contributes to raising the awareness of undergraduate indigenous students about commercial relations and the logic of capitalism, which interfere daily in the socio-cultural balance of their communities. Theoretically, the discussion will be sustained by D'Ambrosian Ethnomathematics, according to which, throughout history, each population developed its own knowledge and skills. Methodologically, the research was characterized as interpretive, and the analysis of the records will be carried out by the descriptive method. Thus, the study analyzes the contextual theme "Culture and Commerce", of the Intercultural Education course at UFG, from the classes from 2019 to 2021, approaching the indigenous commercial issue from a critical perspective and the influence of capitalism, in order to understand the problems faced by these people. In this degree, the dissertation studies the influences of capitalism in indigenous contexts which modify the traditional commercial relations and indicate some genocide behaviors which occurred, and still continue, as a result of these exploratory actions. With this, this research contributes to the appreciation of the sociocultural reality and traditional commercial relations, through a space that awakens in the students intentions of new searches for critical and conscious action in their reality. Finally, it can also indicate the influences of commercial changes due to the interests of the surrounding society, and a possible appreciation of the knowledge and commercial relations of the indigenous peoples of Brazil, specifically the Bororo and Xavantes, who were the peoples who participated in the research and are linked to the Intercultural Education course..

Key-words: Ethnomathematics. Training of Indigenous Teachers. Interculturality. Comercial relations.

LISTA DE ABREVIACÕES



CC – Cultura e Comércio

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EUA – Estados Unidos da América

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MP – Medida Provisória

NTFSI – Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organizações das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PP – Políticas Públicas

PPGECM – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática

SECADI – Secretária de Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão

SESAI – Secretária Especial de Saúde Indígena

UFG – Universidade Federal de Goiás

LISTAS DE QUADROS



Quadro 1: Estruturação do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG ...	62
Quadro 2: Distribuição das turmas de estudantes do curso de Educação Intercultural em relação aos semestres em que cursaram os temas CC e QRSE.....	66
Quadro 3: Quantitativos e estudantes e comitês nas turmas de 2019 e 2020	67
Quadro 4: Quantitativos e estudantes e comitês nas turmas de 2021.....	70

LISTAS DE FIGURAS



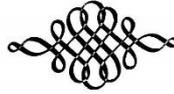
Figura 1: Dados demográficos do povo Bororo.....	75
Figura 2: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G1) no passado ...	82
Figura 3: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G1) no presente e futuro	85
Figura 4: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G2) no passado ...	88
Figura 5: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G2) no presente..	89
Figura 6: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G2) no futuro	90
Figura 7: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G3) no passado ...	92
Figura 8: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G3) no presente..	94
Figura 9: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G3) no futuro	95
Figura 10: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no passado ...	97
Figura 11: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no passado ...	97
Figura 12: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no presente..	99
Figura 13: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no presente	100
Figura 14: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no futuro	101
Figura 15: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no passado.	103
Figura 16: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no presente	104
Figura 17: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no futuro....	106
Figura 18: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no passado	108
Figura 19: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no presente	109
Figura 20: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no futuro	110
Figura 21: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G17) no passado	112
Figura 22: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G17) no passado, presente e futuro	115

SUMÁRIO

BOAS-VINDAS	18
1 MOVIMENTOS ENTRE LIBERDADES E OPRESSÕES.....	31
1.1 Resistências e lutas dos povos indígenas contra a influência dos outros segmentos da sociedade nacional.....	32
1.2 Ação e reflexão sobre as distintas sociedades.....	37
2 RELAÇÕES COMERCIAIS EM REALIDADES INDÍGENAS.....	40
2.1 Influência da comercialização nas relações comerciais indígenas	42
2.2 O direito e a proteção econômica dos povos indígenas	44
2.3 Lutas e direitos contra a exploração comercial e a biodiversidade: o saber indígena como mercadoria e produto comercial	45
3 CULTURA E ETNOMATEMÁTICA: CONHECIMENTOS OUTROS	49
3.1 A cultura como papel epistêmico e simbólico: princípios e conhecimentos.....	50
3.2 Etnomatemática na formação inicial de professores indígenas: diálogos entre as manifestações culturais e comerciais.....	52
4 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA: O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE	57
4.1 A Licenciatura em Educação Intercultural da UFG: a formação superior indígena	58
4.2 O tema contextual Cultura e Comércio em debate: a escolha para a tese	64
4.2.1 Motivos outros da escolha do tema contextual Cultura e Comércio: turmas de 2019, 2020 e 2021 na modalidade de ensino remoto	65
4.3 Um pouco sobre a história do Povo Xavante.....	72
4.4 Um pouco sobre a história do Povo Bororo.....	74
5 OBSERVAR E ESCREVER: SABERES TRADICIONAIS E OS IMPACTOS DA COMERCIALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES COMERCIAIS	76
5.1 Observar e escrever: saberes tradicionais e o capitalismo em discussão	77
5.2 Pensar, agir e refletir: os caminhos trilhados	78
5.3 Lutas e realidades frente às relações comerciais e à lógica do capitalismo nas comunidades indígenas: pensando o tema contextual Cultura e Comércio nas turmas de 2019, 2020 e 2021	79

5.3.1 Reflexões sobre o Seminário em Cultura e Comércio das turmas 2019 e 2020: um olhar etnomatemático.....	81
5.4.2 Reflexões sobre a turma 2021	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123
ANEXO A.....	130
ANEXO B	132
ANEXO C	135
ANEXO D.....	136
ANEXO E	140

BOAS-VINDAS



Não seguirás o medo para praticar o mal: o contato com a natureza “outra”



Uvir o outro é gerar oportunidade de um novo mundo em que as relações culturais incorporam uma dimensão dialógica. A trajetória, ao ser colocada em foco aqui, não recai em aprisionamento acadêmico técnico-científico, mas na problematização da mudança, realização e transformação do lugar de onde falamos. Peço licença aos leitores e leitoras para buscar o movimento pela paz neste texto, fertilizando o encontro, a valorização e o respeito entre povos distintos. De acordo com Franklin Silva do povo Baniwa,

Atualmente os povos indígenas são minorias entre as populações brasileiras, enfrentam discriminações, ameaças pelas suas terras, violações dos seus direitos e outras situações críticas que enfrentam desde a chegada dos não indígenas ao chamado Brasil. Estas situações fazem com que suas caminhadas étnicas, políticas, acadêmicas profissionais e financeiras enfrentam variadas dificuldades, desafios e problemas (SILVA, 2013, p. 16).

Sendo assim, trago algumas breves reflexões sobre a paz, a justiça, bem como sobre as razões que me trouxeram até aqui. Emociono-me ao relembrar o contato primeiro com o Ensino Superior, em março de 2012, ano no qual me ingressei em uma universidade pública, em um curso que sempre sonhei – Licenciatura em Matemática.

O sonho de ser professor estava perto, mesmo havendo quatro anos pela frente. Algumas dificuldades apareceram, principalmente as que remetiam aos conceitos matemáticos do primeiro ano de curso, que necessitavam de uma base mais sólida acerca dos conteúdos de Matemática básica. Vários desafios foram superados, mesmo sendo estudante oriundo de escola pública, nunca desisti de meus sonhos.

Nessa busca pela finalização de um curso de licenciatura, o auxílio familiar foi fundamental. Sempre tive apoio dos meus pais, que apesar de algumas dificuldades, na época, estiveram ao meu lado, buscando e superando os desafios existentes.

Esses contextos vivenciados possibilitaram o caminhar, vencendo cada etapa acadêmica, mesmo não sendo fácil. No primeiro ano de graduação, em 2012, tive a oportunidade de ingressar como bolsista do Programa de Educação Tutorial da Licenciatura em Matemática (PETMAT), orientado pelo professor Dr. José Pedro Machado Ribeiro, no qual fiquei três anos e dois meses. Hoje, ele além de orientador é um grande amigo, uma das pessoas a quem esta pesquisa é dedicada. Posso dizer que minha trajetória foi enriquecida pela vivência com pessoas como ele, que lutam em prol da decolonização e do rompimento de limites impostos pela dita “cultura dominante”.

Os laços acadêmicos entre nós se fortaleceram ao longo do curso de licenciatura culminando, em 2016, com o aceite dele para me orientar na elaboração da dissertação de mestrado e, posteriormente, na estruturação de outra pesquisa que levou a esta tese. É importante ressaltar que o professor José Pedro não só me orientou na elaboração dos trabalhos supramencionados, neste curso de doutorado, como também em vários outros momentos da minha trajetória acadêmica, mesmo sendo muito atarefado. Se hoje vejo-me imbuído de energias, propósitos e pensamentos sobre a Educação Matemática e a Educação Intercultural Indígena, sei que lhe devo, em grande parte, esse seu comprometimento.

Assim, me deparo, por intermédio dele, com Ubiratan D’Ambrosio, educador contemporâneo brasileiro que busca em seu discurso a liberdade e respeito com povos excluídos. Para corroborar as ideias lançadas destaco o pensamento de outro pesquisador, Júlio Cesar do Valle (2016). Conforme o autor “o clamor pela justiça, imprescindível à construção de um mundo de paz, tem se distanciado gradativamente” (p. 17), dos movimentos indígenas. Os trabalhos de Valle (2016) salientam a necessidade de reconhecimento da realidade vivenciada pelos povos excluídos do mundo capitalista, mas com olhar voltado para o futuro, com vistas a promover a redução das discriminações e subalternações.

Nessa conjuntura, por intermédio do professor José Pedro passei a me interessar pela temática diversidade cultural. Sempre discutíamos, desde a graduação, como entender questões culturais de forma inter-relacionada a outros saberes (todos os conhecimentos e saberes são úteis, válidos e respeitados). Essas discussões estavam conectadas com a ideia de quebra de paradigmas que envolvem opressores e dominadores. Por conseguinte, compreendi que minha prática docente necessitava ser problematizadora, considerando as

conflituosas dimensões da educação, em situações diversas e sociopolíticas – e consequentemente cultural.

Dessas inquietações surgiu o interesse em dedicar-me, ao longo da minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), nível mestrado (2016-2018), a investigar e compreender, à luz da Etnomatemática, como os professores indígenas em formação entendiam as relações comerciais. Essa aproximação se deu por meio do estágio docência no curso de Licenciatura em Educação Intercultural (2016-2021).

Nesse movimento, percebi diversos impactos e subordinações ocasionadas pelo capitalismo na cultura dos povos indígenas do Brasil, bem como os impactos no equilíbrio sociocultural das distintas comunidades. A globalização, o dinheiro, o capitalismo, a tecnologia e outros termos eram enfatizados ao longo das aulas, sempre como elementos negativos presentes na cultura indígena. A esse respeito, Kopenawa e Albert (2015, p. 142) nos esclarece: “o dinheiro não nos protege, não enche o estômago, não faz nossa alegria. Para os brancos, é diferente”.

A fala dos autores supracitados nos esclarece bem as dualidades de visões acerca do sistema monetário e, consequentemente, o que os demais segmentos populacionais da sociedade nacional entende. Além disso, com o passar do tempo as relações comerciais desses povos foram modificando, e o desejo de domínio do comércio, a inserção do dinheiro, a invasão de terras indígenas, foi se consolidando. Posto isso, por meio dos diálogos e discussões ao longo das aulas, inquietei-me acerca desses impactos e das mudanças nas relações comerciais indígenas, e de que forma a Etnomatemática poderia ajudar no estudo dessa questão comercial.

A Etnomatemática, enquanto dinamismo, não se resume apenas aos estudos da Matemática de vários povos e culturas distintas, ela é um campo de conhecimento, com pretensões sociais e difusão do conhecimento permanente, na perspectiva da transdisciplinaridade. De acordo com Vieira (2008, p. 163), “o movimento da Etnomatemática surgiu no Brasil, em 1975, a partir dos trabalhos de base etnoantropológica de Ubiratan D’Ambrosio”.

Nesse âmbito, deparei-me com várias realidades, visões e opiniões sobre o outro, consequências da prática opressora e da política econômica de exclusão social. Realidades

essas descobertas, por mim, mediante diálogos com os estudantes indígenas, durante o estágio docência, no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG.

Diante de meus sentimentos, desejos e vontades, em diversos momentos vivenciando ansiedades e reflexões, questionei-me ao final do mestrado: “o que quero mais para a minha formação? O que posso fazer para continuar refletindo sobre os meus desejos e vontades? Será que essa é a hora de ingressar-me nas fronteiras de um doutoramento?” Essas questões estavam alinhadas com as minhas visões e questionamentos frente ao posicionamento intercultural que vinha adotando durante minha formação continuada.

Apesar de ser um sujeito embebido e vivenciado na ocidentalidade, busco amparar meus desejos em outras “ticas” pelas escolhas feitas, entendemos ticas pelos modos, artes, fazeres, técnicas e estilos. Essa compreensão é pautada na visão de D’Ambrosio (2002), acerca da formulação da palavra Etnomatemática. No bojo das minhas escolhas e projetos compartilho do meu saber/fazer em minha trajetória de vida, com debates construídos em diversas instâncias ao lado do meu companheiro e amigo Leandro Marques Rodrigues, que por diversas vezes compartilhou de meus sonhos e desejos, mergulhou em minhas vontades pelo encontro harmonioso e, o mais importante, nunca me deixou desistir.

Em um movimento dinâmico de escolhas para realizar o sonhado doutoramento em minha área, coloquei-me a olhar a paisagem de transformações e lutas e, apoiado na convicção de minhas pretensões, teci os caminhos necessários para, no início de 2018, tornar-me estudante regular de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG, sob a orientação do professor José Pedro. Nesse ensejo, e corroborando a participação nas aulas dos temas contextuais¹, componentes curriculares do curso, tive o desejo de pesquisar os impactos do capitalismo em comunidades indígenas. Os impactos e problemas ocorridos na comunidade foram relatados pelos professores em formação inicial diversas vezes, e que traziam em suas oralidades, durante as aulas, as barbaridades e negligências pelo impacto e inserção do dinheiro nas aldeias indígenas. Para

¹ Tema Contextual é um componente curricular do curso de Licenciatura em Educação Intercultural. Para Nazareno e Araújo (2017, p. 119), os temas contextuais “não podem estar presos ao formato de conteúdos programáticos, pois a própria ideia de conteúdo implica na perspectiva da contenção dos conhecimentos em um dado lugar ou em um determinado tempo. O tema contextual, ao contrário, implica na expansão ininterrupta do conhecimento em constante processo de transbordamento (*spill over*) que ultrapassa as barreiras disciplinares sendo retroalimentado pelas experiências vivenciadas e relacionadas ao contexto dos alunos, professores e comunidade”.

exemplificar essa relação trago um discurso oral, dos interlocutores dessa pesquisa, do grupo Xavante, que revela essa realidade:

Antigamente fazíamos comércio, trocas, tradicionalmente, com objetos tradicionais – brinco pelo colar de caramujo (o mais valioso), cinto de homem usados nos rituais por flechas, urucum por panelas de barro –, são trocas feitas no passado. Hoje, trocamos por objetos dos não indígenas, trocamos objetos tradicionais pelos objetos como tênis, celular e outros por colar de caramujo. Vejo, aqui na minha comunidade, que essas trocas, atualmente, algumas pessoas fazem trocas por dinheiro. Se perguntamos quem quer trocar, muitos preferem dinheiro como meio de pagamento. Alguns pescam e vendem, dentro da própria comunidade, por dinheiro. É algo preocupante. Alguns jovens estão começando a fazer troca de dinheiro. Muitos indígenas preferem dinheiro. O nosso cacique preocupa muito com isso. (Informação verbal, grupo Xavante, 2020²)

Para compreender melhor esse cenário escolhi disciplinas, no processo de cumprimento dos créditos do doutorado, que de algum modo colaboraram com a pesquisa e proporcionaram-me uma formação mais sólida e consistente. Cursei a disciplina intitulada “Etnologia Indígena”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFG, que traduz as influências, preconceitos e articulações diante das reflexões que dizem respeito aos povos indígenas. Foi nessa disciplina que tive contato com os posicionamentos críticos de Pierre Clastres (1962; 2011) e Viveiros de Castro (2002) acerca da “sociedade contra o Estado”.

Paralelamente, estudei “Interculturalidade Crítica, Decolonialidade e Meio Ambiente” no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, que me ofereceu um contexto aprofundado de reflexões e discussões que envolvem a perspectiva da Interculturalidade, Decolonialidade e Educação Escolar Indígena e me apresentou, ainda, a Ecologia de Saberes como projeto e processo moral, ético, político e social.

A busca por novos conhecimentos no âmbito da diversidade e de políticas, pensando a teoria crítica da colonialidade, fez com que no segundo semestre de 2020, durante a pandemia da Covid-19³, me matriculasse em uma disciplina intitulada “Teorias Pós-Coloniais em Sociologia e Política”, de forma remota, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

² O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Xavante, na modalidade de ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

³ A COVID-19 é uma doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), transmitida pelo ar, que fez com que grande parte da sociedade realizasse o isolamento social. Assim, após a deliberação do decreto de suspensão das aulas presenciais, nos diferentes níveis de ensino, as Universidades aderiram ao ensino remoto emergencial.

Além disso, no primeiro semestre de 2021, ainda durante o momento delicado que o Brasil se encontrava, que violam os direitos das populações, tive a oportunidade de cursar, mesmo tendo encerrado os créditos do doutorado, uma disciplina intitulada “Teorias, métodos e práticas de pesquisa com povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos sociais vulneráveis”, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG, na busca de conhecimentos outros sobre comunidades indígenas e os desafios desses grupos em nossa sociedade.

Nessa conjuntura, a partir, também, da minha participação assídua no Grupo de Pesquisa e Estudo em Educação Matemática, Matema⁴/UFG, liderado pelo professor José Pedro em conjunto com o professor Rogério Ferreira, foi se consolidando minha pesquisa de doutorado, sobre o movimento etnomatemático do ponto de vista das relações comerciais tradicionais dos povos indígenas. Conforme Silva e Ribeiro (2019, p. 29), “a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao reconhecer os direitos indígenas, conferiu expressamente a esses povos o seu legítimo caráter de coletividade, ou seja, os reconheceu como sujeitos de direitos”.

Essa ideia nasceu a partir da defesa de minha dissertação de mestrado intitulada “Etnomatemática e relações comerciais na formação de professores indígenas” (SILVA, 2018). Ela foi aventada pela primeira vez pelo professor Rogério Ferreira, que sugeriu, nessa ocasião que, em um futuro projeto de doutoramento eu buscasse formular questões referentes às relações comerciais, políticas e educacionais em um curso de formação inicial de professores indígenas. Nesse sentido, fui aprofundando minhas reflexões e potencializando minha prática docente no estágio doutoral, enquanto compreendia melhor os impactos do sistema monetário e do capitalismo em terras indígenas. Dessa forma, pelas experiências realizadas no estágio, o motivo principal do desenvolvimento deste trabalho se dá pelas diversas angustias, anseios, diálogos e experiências, por longos anos, vivenciadas e realizadas pelos povos indígenas do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, ao longo das aulas.

⁴ O Matema – Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Matemática, é o resultado, não estanque, de esforços de alguns pesquisadores em Educação Matemática. Ele contempla, em sua estrutura, a participação de professores e pesquisadores que atuam tanto na Educação Básica quanto na Superior. É um espaço que oportuniza seus sujeitos, a partir das diversas pesquisas, condições para a percepção do plural.

Desse modo, esse trabalho sinaliza e promove algumas provocações, investigações, indagações e questões da diversidade cultural relacionadas com o campo da Educação Matemática, à luz da Etnomatemática, por meio das vozes/discursos dos estudantes indígenas em formação do curso de Licenciatura em Educação Intercultural, acerca das relações comerciais praticadas nos contextos socioculturais.

Reitero um comprometimento e um desejo para “um mundo em que não haja exploração e dominação estrangeira, um mundo de bem-estar para as massas de povos de todos os continentes” (RUSSELL, 1958, p. 34). A grande motivação para a realização desta empreitada advém da crença de que devemos trabalhar por um mundo pela (em) paz, “com dignidade e respeito a todos” (VALLE, 2016, p. 22), que não permite transparecer o interesse lucrativo pelos vários outros segmentos populacionais da sociedade nacional.

No sentido de corroborar e, em simultâneo, desenvolver o que acredito, em vários aspectos, inclusive o político, creio ser necessário trazer, por meio da literatura, a luta histórica e política dos povos indígenas. É necessário também elucidar a necessidade de um trabalho para promover o agir sobre o mundo moderno, carregado de ideias políticas que defendem o capitalismo e o seu injusto sistema de trabalho, de forma que essa perversidade seja diminuída das populações indígenas, para que não se sustente mais. Desta forma, concordo com Valle (2016, p. 44-45) quando ressalta que:

A dominação deve ser substituída pela equidade; devemos substituir o amor da vitória pela justiça; a brutalidade pela inteligência; e a competição pela cooperação. Devemos aprender a pensar na raça humana como uma família, ainda mais os nossos interesses comuns como o uso dos recursos naturais, marchando juntos rumo à prosperidade e não separadamente rumo à morte e à destruição.

Sob esse eixo de reflexão, condição necessária para ocorrerem mudanças, haja vista as situações de enfermidades, escravidão e pobreza que os povos indígenas vêm sendo submetidos ao longo da história, defendo a construção de bases que consigam abalar as concepções políticas vigentes, de sobrepujar as iniquidades e as injustiças sociais que permitam a edificação de um novo carácter político e social, capaz de promover a luta contra o caos externo e a cegueira interna (VALLE, 2016). Nesse sentido, é perceptível as lutas cotidianas, dos povos indígenas, contra as diversas injustiças impostas pelo sistema capitalista econômico. Enquanto isso não se consolida, resta-me compreender os (vários) motivos que nos impedem de solucionar as crises que vivenciamos.

Nos últimos quinhentos anos de invasões, pelo poder dominante, e lutas, pelos povos indígenas, o mundo em que vivemos e a história dos povos indígenas passaram por modificações profundas. Essas mudanças foram introduzidas pelas visões econômicas prevalentes, bem como pelo predomínio do capitalismo e da tecnologia, além da forma escolhida pelo invasor não indígena tanto para lidar com as outras culturas como para pautar suas relações de trabalho.

Nessa perspectiva, alguns povos indígenas brasileiros, geralmente invisibilizados a partir do ponto de vista do opressor, buscam, desde então, lutar por demandas específicas, apesar do atual cenário político sempre apontar para a ideia de que as práticas econômicas tradicionais e a cultura das populações minoritárias devem desaparecer diante das mudanças impostas pelo capitalismo e o sistema monetário brasileiro.

Dessa forma, esse cenário tem contribuído para o florescimento do debate acerca da formação de professores indígenas, hoje bastante presente no contexto das academias, na busca por uma formação docente específica. Nessa perspectiva, visualizamos a Etnomatemática, em seu fazer mediante a leitura de mundo, como uma possibilidade tanto no que se refere à expectativa de uma formação mais humana, quanto no que diz respeito às possibilidades que ela oferece para compreender o que traremos nesse tópico.

Ao trazer a Etnomatemática para o cerne desta tese, de modo a compreender os dados, é importante destacar alguns elementos. Dessa forma, concordamos com Souza (2015, p. 39), para quem

Em várias pesquisas que utilizam o termo Etno, o pesquisador se insere em outro contexto sociocultural, porém, como seus pressupostos, para analisar o conhecimento do “outro” à luz do conhecimento que foi ou é apreendido e difundido por ele na academia. Vale ressaltar que o Programa Etnomatemática, concebido nesta pesquisa, não vai ao encontro desta perspectiva, ao contrário, busca o diálogo entre as diferenças formas de compreender o fenômeno, em seus diferentes contextos socioculturais.

Essa discussão nos mostra que pesquisar não é nada fácil, tampouco quando queremos trazer um relato de como as relações comerciais indígenas estão sendo perpassadas pela lógica da comercialização desde os princípios das invasões e explorações dos colonizadores. A modernização colonizadora vem alterando as relações de trabalho, o comércio e o modo de produção dos povos indígenas e, como consequência, as relações comerciais são marcadas por intensas pressões financeiras e substituições perante o capitalismo.

Nesse sentido, os colonizadores/opressores estão cada vez mais convencidos de que os povos indígenas não conseguem gerenciar suas finanças, seus bens materiais e imateriais, bem como de que não são capazes de serem lideranças políticas. Esse modo de ver demonstra que os opressores/colonizadores percebem esses povos como populações sem autônias, sem lideranças e, até mesmo, sem direitos, o que é uma extrema falácia.

Essa exploração e interferência no modo de vida dos povos indígenas fere sua cultura e seus modos de vida, mas, apesar dessas adversidades, encontramos populações que resistem dentro e fora da cultura, afinal, alguns indígenas se veem obrigados a lidar com as “novas” realidades desde o início da colonização.

Diante do exposto, e ao conjugar essas problemáticas, trazemos o seguinte questionamento, que buscamos identificar nesta tese: de que modo, a partir do tema contextual Cultura e Comércio, o curso de Educação Intercultural da UFG contribui para a percepção do estudante indígena em formação, no que diz respeito às relações comerciais e à influência do capitalismo, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural de distintas comunidades?

“Cada povo indígena possui seu sistema econômico próprio, que rege sua organização social, costumes e ocupação territorial” (VILLARES, 2009, p. 21-22), porém, as relações comerciais indígenas foram negligenciadas e altamente mascaradas. Estão, outrossim, intimamente relacionadas com as modificações influenciadas pelo capitalismo e pela conduta e influência do sistema monetário.

O desequilíbrio, a falta de liberdade, a forma de comércio imposta aos povos indígenas, além das lutas políticas contra essas relações opressoras adquirem, portanto, importância ao longo dos escritos.

Condizente com essa delimitação, o texto que ora se apresenta possui o seguinte objetivo geral: Identificar, a partir do tema contextual Cultura e Comércio, como o curso de Educação Intercultural da UFG contribui para a percepção do estudante indígena em formação, no que diz respeito às relações comerciais, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural de distintas comunidades. De modo mais específico, são elencados os seguintes objetivos: analisar os impactos nas relações comerciais dos povos indígenas; e, identificar as influências dos demais segmentos populacionais frente as relações comerciais

tradicionais dos povos indígenas, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural de distintas comunidades.

Este trabalho considera a relevância da temática e dos propósitos supramencionados. Afinal, é nossa intenção trazer para o debate, no campo educacional, os problemas enfrentados pelos povos indígenas ocasionados pelos demais segmentos da sociedade nacional. Assim, trazemos nos parágrafos abaixo a organização e o planejamento lógico, político e cultural deste texto, amparada por referencial teórico vinculado à perspectiva da Etnomatemática, como pressuposto conceitual. O pensamento aqui manifesto pode ser entendido como expressão de resiliência e proposição alternativa à perspectiva epistemológica do conhecimento colonizador que, cotidianamente, interfere no equilíbrio sociocultural das distintas comunidades indígenas.

Baseados na perspectiva de D'Ambrosio (2002) intentamos identificar estratégias, caminhos a serem seguidos, visando uma finalidade específica. Em outras palavras, o caminho aqui escolhido, aliado à opção política e cultural, é o da liberdade, ou seja, o que visa buscar superar as fronteiras metodológicas ocidentais-eurocêntricas no processo de investigação.

O desenvolvimento desta pesquisa se justifica, por um lado, pela necessidade de busca pela compreensão de como o curso de Licenciatura em Educação Intercultural, mediante o tema contextual Cultura e Comércio e de relatos de estudantes indígenas, contribui, na atual complexa conjuntura, para a percepção desses estudantes no que tange às relações comerciais, e a influência do capitalismo brasileiro, que vêm interferindo nos modos de vida dos vários povos indígenas brasileiros. Justifica-se, também, por colocar uma perspectiva inclusiva no cenário, a qual pressupõe a luta que visa encontrar a *práxis* de transformação das distintas comunidades indígenas.

Além do já explicitado, propomos, ademais, identificar a importância das relações comerciais tradicionais para os povos indígenas, considerando algumas novas formas de aglutinação política que promovem a aproximação entre os grupos interétnicos (concernente às relações e trocas entre povos diferentes). Dessa maneira, a descolonização que se propõe a “mudar a ordem do mundo” é, portanto, “um programa de desordem absoluta, um processo histórico feito por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade” (FANON, 2001, p. 30-31).

A ciência, em suas variedades naturais e sociais, é uma forma de fazer e de pensar orientada ao objeto e não ao sujeito. A escolha pela Etnomatemática se volta para o sujeito enunciante, valendo-se da máxima de que o conhecimento do outro, válido, é aquele que se sujeita às normas disciplinares, isto é, ao conhecimento por gerenciamento político, imposto pela humanidade (MIGNOLO, 2008). De acordo com Nazareno, Magalhães e Freitas (2019, p. 499), “os conhecimentos indígenas foram sendo paulatinamente apropriados e incorporados ao modo de vida do colonizador”.

A perspectiva da Etnomatemática aqui debatida parte de pré-condição para que o diálogo intercultural seja fluente, e essa perspectiva é particularmente importante quando consideramos o contexto dos movimentos indígenas, pois ele é constituído de pessoas que sofreram (e sofrem) uma histórica submissão e subalternação das relações culturais e comerciais. Essas pessoas foram (e ainda são), por diversas vezes, negligenciadas por ações políticas e em decorrência do capitalismo.

Pensar a linha de raciocínio implementada neste trabalho, especialmente no atual cenário, é, de fato, mais complexo, tanto por envolver a argumentação do reconhecimento quanto por defender discursos politizadores. Esse reconhecimento é resultado de lutas sociais e políticas dos povos indígenas, que enfrentam a (re)produção das relações de dominação e exploração, a qual é utilizada pelo modelo hegemônico eurocêntrico de matriz liberal, para (re)afirmar o padrão de poder no cenário brasileiro.

Em harmonia com esse entendimento, e tendo em vista a intenção de tornar sustentável a abordagem de cunho teórico-epistemológico, apoiamos-nos nas visões de D’Ambrosio acerca da Etnomatemática. Nesse entremeio, e motivados pela identificação da necessidade de debater a formação de professores indígenas no cenário brasileiro, articulamos a seguir outros caminhos, por intermédio das relações comerciais e da Etnomatemática, em consonância com o objeto de estudo.

Assumimos uma investigação nas concepções de D’Ambrosio, reconhecendo que o diálogo a conduzir as reflexões aqui presentes perpassa uma gama de perspectivas, no sentido da ação crítica dos estudantes indígenas sob o prisma da Etnomatemática. Trabalhamos, portanto, a Etnomatemática como ação pedagógica, pois “liberta-se do padrão eurocêntrico e [procura] entender, dentro do próprio contexto cultural do indivíduo, seus processos de

pensamento e seus modos de explicar, de entender e de desempenhar na sua realidade” (D’AMBROSIO, 2002, p. 11).

Dessa maneira, a pesquisa traz uma pluralidade de discussões presentes no tema contextual Cultura e Comércio referentes à Matriz de Formação Básica, nas turmas de 2019, 2020 e 2021, que envolve debates sobre comércio e relações comerciais.

Assim, buscamos valorizar a percepção do estudante em formação no que tange à lógica do capitalismo. O estudo se baseia na hipótese, pautada na minha observação enquanto monitor/colaborador no curso de Educação Intercultural, de que nos últimos anos a lógica exploratória de terras (fauna e flora) e conhecimentos tradicionais, imposta pelo capitalismo, vem se intensificando, gerando consequências para as relações comerciais tradicionais dos povos indígenas em diversos aspectos.

Defendemos o desenvolvimento de um estudo que se firma na construção científica pela transcendência e pelos diálogos, amparados pelas normativas constitucionais, área responsável pela consolidação da intangibilidade dos direitos e justiça fundamentais dos povos indígenas. Entretanto, visando outras formas de compreender os novos olhares sobre a realidade, pois fundamentamos em pesquisadores que se dedicam aos estudos das culturas e povos culturalmente distintos.

Para o tratamento do material selecionado, escolhemos a análise de caráter descritiva. O propósito é abranger a descrição do objeto em estudo, pois ela “parte de princípios que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estritas e essenciais com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 2009, p. 138).

A questão de cunho epistemológico-intercultural, manifestada na Etnomatemática, inspira cuidados por parte do(s) pesquisador(es) no sentido de adequar-se aos objetivos. Ela constitui uma maneira de perceber as diversas lentes do mundo social. Nosso posicionamento teórico epistemológico pressupõe uma inquietude diante da problemática proveniente da atuação política e propõe encaminhamentos que relacionem com a face de uma “nova” realidade mundial, menos subalterna para os interesses dos opressores ocidentais e mais justa para os oprimidos.

Na perspectiva D’ambrosiana, esse campo define o objeto de estudo como “os processos de geração, organização e sistematização do conhecimento em diversos sistemas

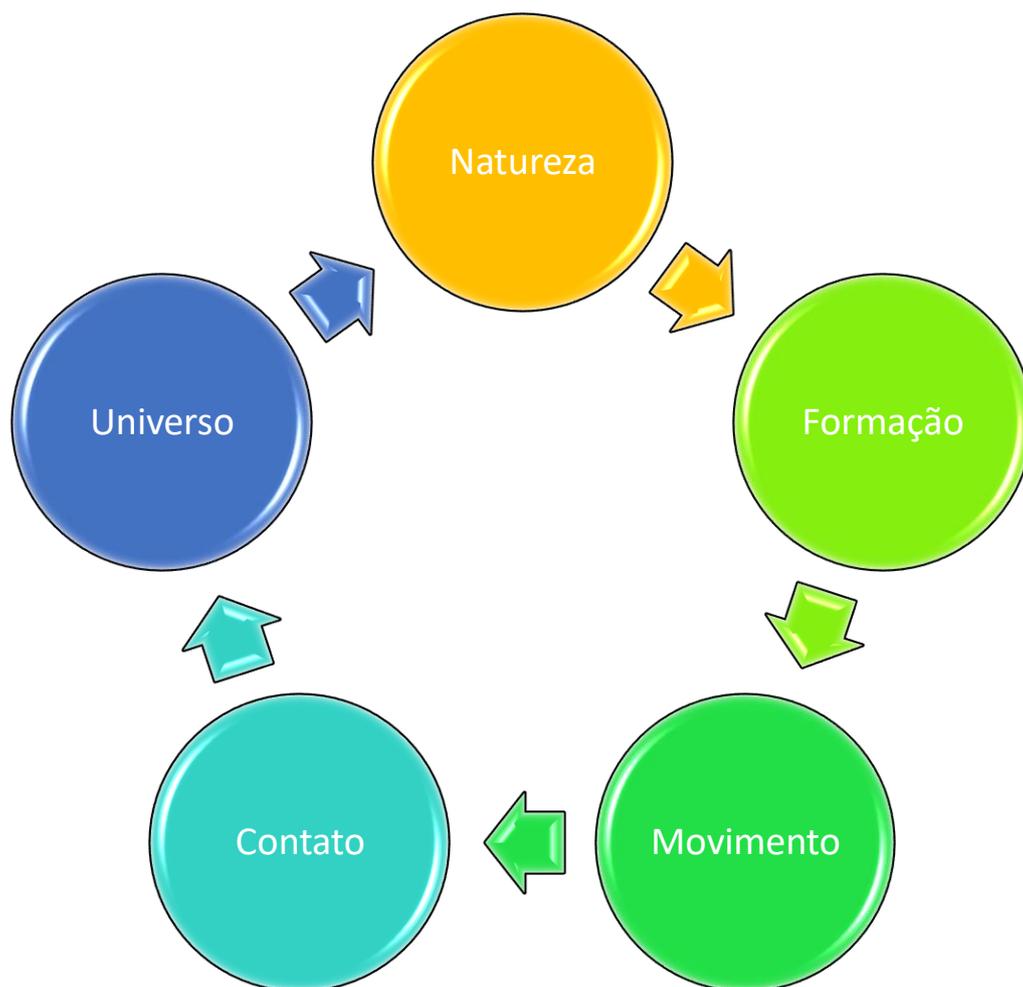
culturais e as forças interativas que agem entre os processos” (D’AMBROSIO, 2002, p. 7), cujo enfoque abrangente permite outras formas de pensar e agir, como formas de Etnomatemática.

Como marco desta trajetória, trazemos, a seguir, cinco capítulos que constituem esta tese. No primeiro capítulo apresentamos um relato sobre a luta dos povos indígenas contra a influência do capitalismo realizados pelos demais segmentos da sociedade nacional e seus enfrentamentos. No segundo capítulo buscamos trazer as influências e os elementos que modificam as relações comerciais tradicionais dos indígenas no cenário atual. Além disso, refletimos sobre Constituição de Federal 1988 no que concerne ao reconhecimento da existência dos “vários mundos”, dos indígenas e dos outros segmentos populacionais da sociedade, polarizados e distintos.

Em vista disso, o capítulo três apresenta o que compreendemos pela definição e concepção de cultura, além de relatar a influência ou o impacto do conhecimento colonizador na formação de professores indígenas, desde a formação inicial, e, também, os saberes interculturais concebidos em meio ao diálogo com a Etnomatemática.

No quarto capítulo discutiremos o papel do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG na formação superior dos povos indígenas, e os motivos da escolha do tema contextual Cultura e Comércio para compor os dados da tese. E, por fim, o quinto capítulo aborda os caminhos trilhados por esta tese, ou seja, os resultados da investigação e análise aqui proposta acerca dos impactos da comercialização no cotidiano de algumas comunidades de estudantes indígenas Xavante e Bororo, que são estudantes do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG.

1 MOVIMENTOS ENTRE LIBERDADES E OPRESSÕES



Fonte: autoria própria

1.1 Resistências e lutas dos povos indígenas contra a influência dos outros segmentos da sociedade nacional

No Brasil, onde os indígenas continuam sendo tratados como indigentes, ora selvagens, ora idealizados como peças de museu, esta certamente não é uma opção para seu desenvolvimento sustentável [...] Essas alternativas de desenvolvimento levam as comunidades a mercantilizar o produto de suas relações internas, justamente quando esses representam os únicos produtos genuinamente indígena (o ritual, os adornos utilizados nas festas para turistas etc.) que deveriam permanecer fora do alcance da comercialização (GALLOIS, 2001, p. 182-183).



Desde o longo processo de apropriação dos europeus de territórios indígenas, a história desses povos tem sido marcada pela opressão, extinção e dominação. O contato com o homem não indígena⁵ gerou uma relação de dominação, opressor e dominador, a partir da dinâmica cultural estabelecida entre os diferentes, designando uma relação direta com a dominação política, territorial, religiosa e cultural imprimida sobre esses povos, que influenciou profundamente as relações tradicionais e comerciais nessas comunidades.

Uma das razões para a existência desses problemas está vinculada à relação econômica, financeira, comercial e capitalista, pois essa questão, tal como é tratada pelos outros segmentos da sociedade nacional, tende a gerar conflitos e disputas por territórios, poderes e lucros, tendo em vista que objetiva o domínio mercantilista, as questões religiosas, entre outros.

Diante dessa realidade, os movimentos indígenas de resistência, buscam construir caminhos diversos, com o intuito de promover a valorização e a preservação das relações comerciais tradicionais de suas comunidades e favorecer a construção de vias outras que levem à dignificação de vários povos indígenas. Essa valorização, em alguns casos, é aceita pelas mudanças nos processos de comercialização⁶, que incluem até mesmo o escambo (trocas tradicionais). Para exemplificar essa relação trazemos o discurso oral de um dos interlocutores dessa pesquisa, que revela essa realidade descrita:

Já mudou um pouco as relações comerciais no povo xavante, mas continua ainda um pouco a troca de produtos entre o povo xavante, quando há necessidade isso depende da pessoa, de quem atende outra pessoa, outros não preferem mais as

⁵ Neste contexto, os não indígenas são as pessoas vinculadas ao garimpo, ao agronegócio; às explorações territoriais e ao Estado.

⁶ Entendemos comercialização, ao longo do trabalho, como efeito de comercializar, venda por meio da moeda.

trocas de produtos comerciais [...] isso já está acontecendo até na família, muito diferente do que no passado. (Informação Verbal)⁷

Esse excerto mostra as relações comerciais praticadas por uma família Xavante. Destacamos, por meio desse registro, a presença do dinheiro; e o fato de as trocas tradicionais (escambo) serem substituídas por trocas equiparadas monetariamente. O dinheiro se torna mais presente nos dias atuais.

Para Mizusaki (2017, p. 41), “a compreensão da lógica interna do capitalismo é destacada como central para se compreender a dinâmica comercial, em torno do eixo do capital”. Consoante o que Mizusaki (2017) expõe, trazemos o relato de Bailes (2004, p. 42):

Quando há pressões econômicas e políticas por parte de grande empresa na implementação ou expansão de projetos de desenvolvimento em terras indígenas, o antropólogo que defende publicamente direitos indígenas pode enfrentar hostilidade aberta, tanto do público não-aborígene quanto de aborígenes, frequentemente sujeitos a pressões das empresas envolvidas.

Ainda no que se refere às populações indígenas, são mais de 500 anos de resistências e lutas, não homogêneas, pelo reconhecimento da sua autonomia fora de suas comunidades. No universo politicamente capitalista, a territorialização se inscreve no espaço da mercadoria, produzindo contradições por apropriação mediante concepções de natureza e sociedade.

O modo de produção capitalista propicia uma visão que objetiva a acumulação, o que contribui, por sua vez, para a reprodução das relações que intentam a desigualdade. Nessa perspectiva, Harvey (2004) elucida que o capitalismo se funda na estrutura de classes e se identifica com “um sistema de empresa individual, tomado como sinônimo de um regime de *laissez-faire* e, em alguns usos do termo, de um regime de concorrência” (DOBB, 1971, p. 14).

A partir desses pressupostos, trazemos o impacto do capitalismo e da influência do sistema monetário nas relações comerciais em comunidades indígenas, considerando o estágio atual da mundialização econômica, que cotidianamente interfere no equilíbrio sociocultural dos povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, entender esse impacto do capitalismo é relevante, na medida em que auxilia na valorização da cultura e na compreensão das dinâmicas internas do capitalismo no que diz respeito às relações comerciais indígenas na

⁷ O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Xavante, na modalidade de ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

atualidade. Para exemplificar essa relação trazemos outro discurso oral que revela essa realidade:

No entanto, é preciso que nós, indígenas, valorize e mantenhamos o nosso conhecimento tradicional vivo e juntamente com o conhecimento ocidental adquirida do *tapyín'piat* [homem branco], com objetivo de garantir a prática saudável [...] os acadêmicos com sua ampla visão sobre diversos métodos corretos de usufruir conhecimentos deve manter a conversa com as lideranças para juntos prezarem para o bem-estar da comunidade indígena. (Informação verbal, grupo Xavante, 2020)⁸

Nesse universo, Quijano (2005) diferencia capital de capitalismo, embora reconheça que o capitalismo se articula com as formas de trabalho e controle em torno do eixo do mercado mundial. Com a expansão do capitalismo, foram criados os instrumentos de “deixar viver e de fazer morrer; quando o indivíduo para de produzir, passa a ser uma despesa. Ou você produz as condições para se manter vivo ou produz as condições para morrer” (KRENAK, 2020, s/p.).

Nessa complexidade de tramas e relações, as formas têm sido assinaladas pela descontinuidade e heterogeneidade. Para Quijano (2005 p. 11-12), essa diferenciação, também histórica, demonstra

Que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle de trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias articulados nele [...] em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterógena e descontínua, ou mesmo conflitiva. Assim, cada uma dessas relações de produção é em si mesma uma estrutura heterogênea. Especialmente o capital, desde que todos os estágios e formas históricas de produção de valor e de apropriação de mais-valia estão simultaneamente em atividade e trabalham juntos numa complexa rede de transferência de valor e de mais-valia.

No período colonial, foram utilizadas (e ainda são) diversas práticas de apropriação de riquezas, de controle financeiro e comercial, essa última articulada ao capitalismo mundial. Quijano (2005) explica que muitos indígenas foram detidos durante esse período, submetidos a formas de servidão (escavidão) e exploração pelos não indígenas, práticas estas que

⁸ O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Xavante, na modalidade e ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

denunciam a incorporação do capitalismo de usurpação. Dessa forma, no desigual processo de desenvolvimento social e econômico, com as políticas públicas de integralizar os povos indígenas como trabalhadores, “as histórias e a geografia deles têm sido marcadas por lutas e resistências, conformando também, configurações territoriais que se expressam como contradições ao sistema” (MIZUSAKI, 2017, p. 48).

Diante dessa realidade, Harvey (2004) destaca que o capitalismo é um sistema puramente egocêntrica, econômica e exploratória do Ocidente. Na verdade, essa prática, oriunda das grandes corporações e mercados, é mediada pela desigualdade, sendo denominada acumulação por espoliação, processo capaz de determinar o que é essencial para o desvendamento da questão comercial. O autor ainda destaca que esse processo envolve,

A acumulação por espoliação, incluindo mercadificação e a privatização da terra, a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos. Inclui também ao longo da discussão, a pilhagem, a guerra, o comércio de escravos, dentre outros (HARVEY, 2004, p. 121).

Sob essa perspectiva, a expansão capitalista buscou (e busca) a divisão do trabalho, contudo, apesar do assimilacionismo ofensivo do capital, os indígenas reafirmam seu modo de ser, lutam pelos seus direitos e pela incorporação política de identificação como povos indígenas. Para Villares (2009, p. 17), “direito não é o simples ajuntamento de constituições, leis, decretos, medidas provisórias, etc. O direito é uma prática de ordenação social, que convive com outras ordenações não jurídicas”.

A luta dos povos indígenas não deve ser reduzida a uma categoria econômica propriamente dita, afinal, tal como explicita Moreira (2010), é necessário ampliar o conflito para além do capital e trabalho. Nesse sentido, as relações comerciais de alguns povos indígenas se baseavam na economia tradicional, de trocas (escambo) entre bens materiais e imateriais, o que não condiz com algumas práticas realizadas hoje, como podemos ver abaixo:

As relações comerciais no contexto indígena do povo xavante no passado, se baseava na troca de bens dos produtos, os nossos bisavôs, bisavós, trocavam objetos por produtos como arco e flecha, sem tirar as vantagens do outro e sem interesse de valor. As trocas de produtos por outros, ocorria quando a pessoa não é membro da família e deseja algo, mas quando é da família apenas oferecia, sem querer pedir

nada em troca. Isso era as trocas comerciais do passado, era tudo na base de troca. (Informação verbal, grupo Bororo, 2020)⁹

Dessa forma, enquanto leis e normativas federais comprometidas com a intangibilidade dos direitos fundamentais de vários povos indígenas não são mostradas e discutidas pelo sistema político capitalista, a exploração e as lutas estarão presentes nas mais diversas conjunturas, permeadas pela lucratividade e pelas retenções de vantagens e conhecimentos. Essas lutas (territoriais, culturais e capitalistas) estão circunstanciadas pelos aspectos econômicos, financeiros, sociais e políticos, que internacionalizam a estrutura do capitalismo. Enquanto isso, os direitos, as liberdades e relações (modo de ser) dos povos indígenas vêm sendo usurpados.

Em conformidade com esses apontamentos, percebemos que “o capital invade as terras indígenas com propósito, como inimigo” (MIZUSAKI, 2017, p. 55). Vivemos, hoje, uma situação de barbárie, cujo interesse concentra-se na economia e no capitalismo migratório, que interfere no equilíbrio sociocultural dos diversos povos.

Apesar dessas adversidades oriundas do capitalismo, que podem ser traduzidas como práticas contraditórias e desiguais que afetam cotidianamente os povos indígenas, é preciso ressaltar que esses povos conseguem manter suas raízes culturais, a despeito das complexas mudanças ocorridas até os dias atuais. “A diversidade de culturas e povos no mundo não é um problema; é, ao contrário uma grande riqueza, que revela a incrível capacidade da população de encontrar soluções diversas para o bem viver e para a satisfação de suas necessidades básicas” (GRUPIONI; VIDAL, 2001, p. 31).

Essas adversidades, conforme Leitão (1997, p. 32), são provocadas pelos demais segmentos populacionais, que “busca atender uma necessidade que é típica do capitalismo moderno e de sua expansão no campo, anexando novas áreas, por outro lado, as sociedades indígenas, situadas em áreas atingidas por estas expansões, lutam pela manutenção dos seus territórios”.

Para compreender melhor essas adversidades, é preciso elencar o que pretendemos neste texto, o que buscamos e quais serão as vozes dialogadoras necessárias para retratar os

⁹ O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Bororo, na modalidade de ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

impactos e as interferências do capitalismo no que tange às relações comerciais indígenas afetadas cotidianamente pelos demais segmentos populacionais da sociedade nacional.

1.2 Ação e reflexão sobre as distintas sociedades

Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó¹⁰, que dormia tranquilo, numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha! Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um *tu* ou um *ele*. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva (FREIRE, 2000, p. 65).



Queremos, inicialmente, a mudança de uma sociedade vista como oprimida para uma população de direitos iguais, pois assim será possível proporcionar uma busca pela paz. Para tanto, remetemos à preocupação de Freire (1983) no que diz respeito à possibilidade de se implementar uma educação e um cenário libertador e transformador, que não julgue o outro pela sua característica física e cultural. Nesse sentido, trazemos alguns relatos de autores como Freire (1983) e D'Ambrosio (2002), que denunciam a educação e os comportamentos neutros, isentos de ações preconceituosas, como características das classes dominadoras.

Não podemos nos esquecer de que a sociedade, que busca o movimento de colonização, da Europa ocidental, faz parte desse processo de opressão. Esse fato corrobora a necessidade de se reafirmar o compromisso social com os povos indígenas, além de nos proporcionar alguns elementos que merecem ser debatidos. Nesse sentido, nossa educação,

[...] é sustentada por dois tipos de humanismo que, embora se combatem entre si, são ambos conservadores o humanismo idealista, e por outro lado, o *humanismo tecnológico*, reduzindo toda educação a um arsenal de metodologias e de instrumentos de aprendizagem, despolitizando a grande massa de população, mais frequentemente professado pelas escolas oficiais e burocráticas (FREIRE, 1983, p. 13-14).

Uma das condições para que uma população assuma um ato de paz é lançar mão da ação e da reflexão pautada em sua manifestação cultural. Não há homem sem mundo, não há

¹⁰ A morte de Galdino Pataxó.

ação e reflexão fora do meio sociocultural. Podemos pensar, mediante essa análise, que estamos num “beco sem saída”, porque a realidade, dominada pelo não indígena, dificulta o pensar autêntico, afinal, ela está comprometida com a desumanização.

Há, também, a questão dos conflitos políticos e territoriais oriundas dos vários outros segmentos da sociedade brasileira; ademais, quanto maiores as preocupações, mais desfavorável se torna o clima do e para o compromisso com os ameríndios. Afinal, uma libertação sem esperança não é libertação (FREIRE, 1983).

Observamos, portanto, que a decisão econômica, política e cultural dessa sociedade não inclui os povos indígenas. É uma sociedade fechada que simboliza a manutenção de *status*, caracteriza o ser alienado, não procura um mundo autêntico e tampouco traduz uma ação concreta. É fundamental partir de nossas possibilidades para sermos e pensarmos em nós mesmos. No entanto,

as atitudes dos dirigentes oscilam entre um otimismo ingênuo ou um pessimismo, ou desespero. É ingenuidade pensar que a simples importação de soluções salvará o povo. Isso se passa entre os candidatos que, por não conhecerem a fundo os problemas do poder, fazem mil promessas e ao chegar ao poder encontram mil obstáculos que, às vezes, os fazem cair no desânimo. Não se trata de desonestidade, mas de ingenuidade (FREIRE, 1983, p. 36).

Existem vários fenômenos sociológicos que possuem ligações com a sociedade fechada¹¹ (FREIRE, 1983). Para Freire (1983), essas sociedades são vistas como autoritárias, com uma elite que predomina e silencia o outro. Para o autor as massas descobrem, na educação, uma ligação com *status* e começam a exigir mais; percebe, ainda, que outros possuem mais facilidade do que eles e visualizam que a educação proporciona mais perspectiva. A elite acha isso um absurdo e cria condições e mecanismos para manter a exploração, e o distanciamento do outro – culturalmente diferente.

A elite tem ciência de que uma sociedade justa dá ferramentas às massas, proporcionando-lhes opções – consciência criadora e comunicativa –, e isso amplia a democracia. O problema é que uma sociedade com essas características não interessa à elite, mesmo apesar de saber que um dos papéis do homem é criar, manipular e transformar o mundo, é ser sujeito de sua ação.

¹¹ Para Freire (1983), são sociedades autoritárias, com uma elite que predomina e silencia o outro.

A concepção de percepção aqui estabelecida requer que ultrapassemos a esfera de apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica. Essa percepção é um compromisso histórico com os povos indígenas – assumindo o papel de sujeitos que refazem o mundo. A prática de libertação aqui mencionada está em estreita relação com a consciência, que produz a desmitologização (FREIRE, 1983). Por isso, a percepção é o olhar mais crítico possível da realidade, isso porque desvela o conhecer da sua estrutura e realidade.

Quem melhor que os oprimidos para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Dessa forma, Freire (2002) nos instiga a pensar sobre os efeitos da opressão e da libertação, de modo que possamos reconhecer o que é necessário para alcançar a liberdade.

Só os ditos oprimidos podem lutar contra seus opressores, libertando a si mesmos. Dado o contexto precedente, a realidade nos mostra que nos vemos diante de uma grande e verdadeira opressão: algumas classes opressoras unem-se aos oprimidos, visando ampliar sua exploração sobre esses grupos por meio do acesso aos seus modos de vida, suas culturas e economias locais.

Para compreendermos melhor essa questão, lançamos mão de alguns debates sobre a realidade histórica e cultural dos povos indígenas que, em conformidade com o explicitado por Freire (1983), chamaremos de “a cultura do silêncio”. Essa cultura determina a infraestrutura, sobrepõe-se à alienação e nasce da relação da sociedade com a metrópole. Ela parte da relação entre os dominados e dominadores.

O autor argumenta que essa realidade parte da ação cultural e empreende-se “contra a elite dominadora do poder, enquanto a revolução cultural desenvolve-se em harmonia com o regime revolucionário, apesar de isto não significar que esteja subordinada ao poder revolucionário” (FREIRE, 1983, p. 95). Dessa forma, para lidar com esse cenário, é preciso compreender as concepções políticas e culturais que lançamos mão neste texto, bem como o que pretendemos alcançar com a pesquisa que gerou a tese.

2 RELAÇÕES COMERCIAIS EM REALIDADES INDÍGENAS



Fonte: <https://www.portual.com.br/blog/relacoes-comerciais-america-latina-e-caribe/>

Neste capítulo abordaremos a influência do capitalismo sobre relações comerciais praticadas pelos povos indígenas, e apresentar a influência do capitalismo em aldeias indígenas, baseado em estudos que trazem, nas últimas décadas, a crescente expansão do capitalismo e seus impactos para os povos indígenas. Mostramos ainda os princípios constitucionais relativos à defesa desses povos, “analisando os aspectos jurídicos que norteiam os direitos indígenas na atualidade brasileira” (VILLARES, 2009, p. 7).

Para o indígena Franklin Silva (2019, p. 28), “nos tempos dos ancestrais, os Baniwa viviam apenas dos próprios conhecimentos (sabedorias, políticas, técnicas, religião e mitologias) e dos recursos naturais”. Hoje, muitas formas tradicionais de viver e práticas culturais não são as mesmas, comparadas com o passado de realidades de alguns povos indígenas do Brasil. A cultura desses povos não deve manter em

[...] uma suposta integridade, o que deve ser preservada é sua diferenciação em relações às outras, são as fronteiras, e essas são traçadas por elementos que têm origem cultural, mas não escolhidas em contextos. É natural que corram as mudanças nas culturas, tradições, línguas e demais aspectos sociais humanos ao longo dos tempos. Mas, quando estas mudanças não convêm com o bem-estar social causam preocupações e devem ser investigadas, discutidas e analisadas para que a sociedade não corra o risco de enfrentar problemas irreversíveis no futuro (SILVA, 2019, p. 29).

Essas são, uma das grandes, repercussões da presença do capitalismo em aldeias indígenas – diversos povos indígenas estão envolvidos na cultura capitalista (SILVA, 2019). Ano após ano a expansão do capitalismo vem influenciando o modo de vida dos povos indígenas. Essa situação pode possibilitar ainda mais um desequilíbrio social e cultural, pois estamos percebendo uma invasão territorial nas comunidades indígenas. Nesse sentido, para Silva (2019), é preciso olhar a partir do ângulo do sistema do capitalismo, pois, assim, percebemos que a realidade de alguns povos indígenas brasileiros está mudando, tanto no aspecto econômicos quanto cultural.

2.1 Influência da comercialização nas relações comerciais indígenas

Estamos sempre circulando na nossa terra para tirar produtos para nós e para vender na cidade. Não vamos deixar nosso modo de ser, mas estamos preocupados em saber como vamos cuidar das coisas dos brancos que estamos acostumados a usar: motor de popas, carro, espingardas. Precisamos ter dinheiro para isso. Estamos usando essas coisas que os brancos trouxeram e agora são nossas, mas continuamos a viver como índios, com nosso modo de ser. Não deixamos nosso modo de vida (KASIRIPINA WAJĀPI).¹²



partir da primeira atracada nos territórios indígenas, os quais foram nomeados de Brasil, os contatos entre portugueses e os povos indígenas foram marcados por pressões e imposições capitalistas, nas quais prevalecia o olhar imposto pelo dominador invasor. Assim, utilizando mecanismos de força, substituíram-se elementos culturais e imateriais dos distintos povos indígenas, com a intenção de assumir o espaço indígena, seja cultural, político, social e econômico. Desde a década de 1980,

[...] o Brasil vêm sendo alvo de sucessivas campanhas de pressões políticas, em grande medida orientada do exterior, cujo objetivo principal é influenciar as políticas públicas de ordenação da ocupação física e exploração dos recursos naturais do território nacional, para propósitos alheios aos do desenvolvimento do país [...] Essas intervenções têm resultados em conflitos sociais motivados por demarcações de terras indígenas em áreas produtivas ocupadas há décadas, além de rastros, e, em muitos casos, o impedimento de numerosos projetos de infraestrutura em todo território nacional – processo que se assemelha a uma guerra irregular, de efeitos mais eficientes que os de uma agressão militar convencional (CARRASCO; PALACIOS, 2013, p. 87).

Nesse sentido, é necessário tratar dos princípios da dignidade da pessoa humana, além das ações exploratórias e econômicas, para, posteriormente, entender a influência do capitalismo no contexto indígena e relatar a existência de direitos fundamentais na ordem jurídica brasileira, os quais auxiliam na redução da lógica capitalista e exploratória do dominador, por interferir no equilíbrio sociocultural e socioeconômico desses povos.

A discussão, aqui apresentada, se fundamenta nas compreensões das leis presentes na Constituição Federal de 1988, uma vez que acreditamos ser fundamental fazer correlação dos conhecimentos econômicos, culturais e tradicionais que lhes são garantidos

¹² Parecer do Kasiripina Wajãpi sobre os porquês da venda/comércio de artesanatos. In: WAJĀPI, K. *Livro do artesanato Wajãpi*, 1999. Esta publicação foi desenvolvida em 1993 no segundo curso para professores Wajãpi.

constitucionalmente com os conhecimentos que, na prática, lhes são disponibilizados, pois, para o indígena Silva (2013, p. 12):

O mundo atual, por natureza não indígena, é capitalista e industrial (dinheiro e produtos industriais). Isso leva a dependência e interdependência às aldeias em todos os aspectos. Por isso, os povos indígenas não vivem mais somente dos conhecimentos dos seus antepassados, dependem também dos conhecimentos não indígenas para garantir suas existências [...] os povos indígenas também começaram buscar nos conhecimentos não indígenas as formas de viver o mundo capitalista e industrializado: novos mecanismos, modelos e condições sociais, econômicas e ambientais para garantir a sobrevivência e sustentabilidade.

Logo, ao pretender projetar respostas por meio desta reflexão, eclode a necessidade de romper com os limites historicamente estabelecidos que procuram minimizar os efeitos das ações usurpadoras que violentam saberes, sujeitos, sociedades e culturas. Limites nos quais alguns povos indígenas foram reduzidos populacionalmente “devidos às perseguições sofridas durante o período colonial e a massacres” (BORGES; LEITÃO, 2020, p 36).

A lógica do capitalismo é danosa à economia da população originária, pois promove a extinção e a exploração e contrapõe-se às relações comerciais tradicionais, fortemente caracterizadas pelo escambo. Para Krenak, grande líder indígena brasileiro da atualidade, “dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação” (2020, s/p.). Nessa prática, encontra-se a natureza comunitária, compartilhada e solidária dos povos indígenas (sistema de interdependência), que é menosprezada por mecanismos que, temporalmente, alicerçam a ação capitalista. Assim sendo, na ordem econômica

É o domínio da acumulação da apropriação da mais-valia, que é essencial. Na ordem dos signos (da cultura), é o domínio do dispêndio, ou seja, da transubstanciação do valor de troca econômica em valor de troca/signo, a partir do monopólio do código, que é decisivo [...] e por uma operação política/econômica, o valor-signo é transmutado em valor de troca econômica. (MARAFON, 2006, p. 93)

A sociedade que tem, em sua base, o pensamento colonialista tem o lucro como foco principal, sendo que, para obtê-lo, utiliza os recursos naturais provenientes das populações originárias. Ações como essas estão na essência de movimentos de alguns povos europeus que compactuam com o pensamento exploratório, sendo responsáveis por desencadear um

processo evolutivo insustentável do chamado mercantilismo. A esse respeito, Bond (2010, p. 17-18) discorre:

A invasão das Américas, nos séculos 15 e 16, envolveu grupos poderosos de vários pontos da Europa. As navegações, na verdade, não foram bancadas apenas pelos reis espanhóis e portugueses, mas, sim, também pelas classes ricas de comerciantes, empresários e financistas europeus com total respaldo da Igreja. O saque do território americano por tais grupos de poder é que ajudou a gerar o capitalismo. A América e suas nações indígenas foram invadidas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capitalismo comercial, o chamado *mercantilismo*. O roubo das riquezas do Novo Mundo (incluindo a escravização da mão de obra) foi o fator mais importante para a acumulação de capitais pela Europa, possibilitando o primeiro passo para o surgimento de uma nova etapa na economia mundial, chamada *revolução industrial*. Isto é, o capitalismo moderno, em sua etapa atual de imperialismo, em fase de decomposição, é "herdeiro" daquele que invadiu a América e massacró seus povos originários. Este sistema, que desde sempre aplica o lema de Robin Hood ao contrário (tira dos pobres e dá aos ricos), que é o maior responsável pela fome e doenças de milhões de pessoas, além da tão falada crise ambiental de hoje, ligada à poluição das águas e aquecimento do clima, é 'filho' e herdeiro daquele outro. Daquele sistema que, a partir do século XV, provocou o desastre da civilização indígena americana.

Essa argumentação contribui para compreendermos o porquê de os povos indígenas serem permanentemente excluídos e distanciados em contextos de perversa influência do capitalismo. O desrespeito sociocultural aos vários povos indígenas, há tempos, faz-se ação comum na realidade brasileira.

2.2 O direito e a proteção econômica dos povos indígenas



Constituição Federal (BRASIL, 1988) elenca valores supremos que também são aplicáveis às relações comerciais, tais como à segurança, à liberdade, à igualdade e à justiça. Todos possuem como fundamento a dignidade da pessoa humana, portanto, tais valores têm como pretensão erradicar a desigualdade e as explorações de diversas naturezas perante a diversidade étnica.

A Constituição de 1988 busca concretizar um Estado democrático laico mediante as questões sociais e econômicas e promover a eliminação, da exploração, da imposição, da usurpação, da pobreza e da desigualdade social das populações diversas. Assim, pressupõe-

se, levar em consideração três fundamentos do estado democrático de direito: soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana.

Soberania remete aos fundamentos do Estado, que traz uma ideia de poder ligado ao ser humano: seu traço contém um viés independente, autoritário ou democrático. A cidadania é considerada uma forma de ter direito, é entrelaçada à dignidade da pessoa humana, além de classificar os participantes da vida do Estado. Por sua vez, a dignidade da pessoa humana parte de um princípio maior, concedendo o direito e a garantia fundamental do ser, que geralmente é negado ou mascarado para os distintos povos indígenas. Dessa forma, é possível perceber uma falta de sistematização, percepção e conhecimento por parte dos envolvidos.

Essa organização do Estado apoia-se nas propriedades privadas, cujo modo de fabricação e comercialização é fruto do capitalismo. No sistema capitalista, que preserva a hierarquização, há várias formas de poder, por isso o Estado, por sua regulação, pode interferir nos setores econômicos, limitando as relações envolventes e proteger os direitos, salvaguardando aos indígenas a dignidade e o respeito.

Assim, a atividade econômica, tende, também, a buscar estratégias que reduzam as desigualdades sociais, o uso fraudulento de cartões, os empréstimos sem consentimento, por parte de alguns não indígenas, além de outras práticas danosas para os povos indígenas, como é apontado por alguns estudantes do curso de Educação Intercultural desde sua criação. Não obstante, a desigualdade econômica, tanto nos países capitalistas quanto nas diversas comunidades, perpassa diversos fatores, entre eles: a diversidade cultural, ação colonialista entre outros.

2.3 Lutas e direitos contra a exploração comercial e a biodiversidade: o saber indígena como mercadoria e produto comercial



ediante alguns princípios vigentes no campo da Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Povos Indígenas (DUPI), a corrida desenfreada em busca da exploração, do lucro e do benefício próprio faz com que o colonizador visualize, no

conhecimento indígena, um elemento passível de mercantilização, gerando usurpação de saberes ancestrais. Essa prática é predatória, pois “apropriar-se dos bens culturais, registrá-los após adaptação e devolvê-los como mercadorias protegidas por patentes, inclusive aos países onde tais conhecimentos foram desenvolvidos” (BARBIERI, 2014, p. 58).

A sabedoria indígena, na medida em que é identificada pelo invasor, chama a atenção pelo valor inestimável dos conhecimentos que gera. Isso leva à situação de exploração. Logo, a preservação e a valorização do saber indígena, no qual incluem suas relações comerciais tradicionais, encontram permanentemente ameaçadas.

Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas são acumulativos e estão em estreita relação com o universo e a natureza, diferentemente do conhecimento do sujeito colonizador, que abrange o caráter quantitativo, exploratório, hierarquizado e reducionista. Esses saberes e práticas tradicionais estão protegidos por meio dos artigos III e XXIV do documento brasileiro da Declaração Universal dos Povos Indígenas, divulgada pela ONU, em 2007. Os artigos assim se fundamentam:

Artigo III – Os indígenas têm o direito à autodeterminação [...] e a buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo XXIV – Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais (BRASIL, 2007, p. 7-17).

Em conjunto, os estados brasileiros devem adotar medidas capazes de proteger e preservar o patrimônio cultural, imaterial e comercial dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, evitar as práticas exploratórias, que levam alguns povos indígenas a ficarem à mercê dos tidos “falsários”, latifundiários, empresários, madeireiros e garimpeiros. A complexidade do tema aumenta, como mostra Furriela (2010, p. 62):

As comunidades indígenas entendem que, vetando-se a possibilidade de apropriação por quem quer que seja, estar-se-ia limitando o interesse sobre o conhecimento e a biodiversidade dessas comunidades, na medida em que limitaria possibilidade de eventual titular explorar, em caráter de exclusividade, esse patrimônio.

Essa preocupação mostra que “o contexto secular de exploração colonizadora pode produzir uma perigosa tentativa de associar a lógica do capitalismo a meios formais e legais de apropriação de saberes, gerando novos modos de colonização” (SILVA; RIBEIRO; FERREIRA,

2021, p. 5), e também o impacto na cultura tradicional pela lógica de comercialização dos não indígenas dentro das várias comunidades.

Em meio a essa problemática, compreendemos que os povos indígenas e o meio ambiente permanecem na mira do desenvolvimento econômico. Colonização e globalização, juntas, potencializam os processos de degradação, vitimando diferentes sociedades e culturas em todo o mundo e, potencialmente, na própria realidade brasileira.

Até a Constituição Federal de 1988, as políticas indigenistas transitaram no universo da negação do indígena, culminando na incorporação de uma nova política econômica e governamental para esses povos. O Estado, portanto, desde o último século, reordena as políticas públicas destinadas aos povos indígenas em face do mercado pautando nas assimilações dos indígenas à população nacional. Essa articulação tem gerado epistemicídio e colocado, em risco permanente, os povos tradicionais.

Desse modo, devido à ineficácia do Estado no controle das explorações, além de negligências e conflitos de interesse resultantes, surgem questionamentos e medo entre os indígenas, visto que, enquanto alguns visualizam, criticamente, o perigo que significa a usurpação de seus conhecimentos, outros veem, nesse mercado marginal, uma oportunidade de lucrar financeiramente. Desta forma, evidencia-se o individualismo característico do modo de organização capitalista que violenta a essência do pensamento coletivo indígena.

Contudo, lembramos que, por séculos, os povos indígenas têm sua autonomia as vezes negada e sofrem com o impacto do colonialismo político. Quijano (2002) explica o processo de subalternação e dominação que coloniza o poder, o ser e o saber. Para o autor, os povos tradicionais sofreram um processo de colonização eurocêntrica, o que provoca a substituição das relações comerciais praticadas em contexto tradicional.

Vale lembrar que os direitos indígenas presentes na Constituição incluem a natureza coletiva dos povos. O artigo 203, do código penal, no que lhe concerne, estabelece a detenção por fraudar ou violentar direito assegurado pela legislação, bem como o artigo 175, que pune quem enganar, no exercício da atividade comercial, o adquirente ou o consumidor. Esses povos possuem direito de exercer sua autonomia analítica acerca das mudanças culturais e comerciais ocorridas em suas terras, por influências exteriores às suas realidades.

O grande dilema que apontamos é a alienação das relações comerciais praticadas em contextos indígenas por outros segmentos populacionais da sociedade nacional. Como os

povos indígenas residem em áreas do território de grande riqueza de fauna e flora são muitos os interesses econômicos escusos que rondam suas terras. Os conhecimentos indígenas constituem uma fonte infindável para o mercado consumidor que, predatoriamente, visa ao lucro. Conforme Marés (2010, p. 81):

A população ocidental despreza esses conhecimentos quando não há nenhuma expectativa de lucro ou vantagens, o que abre o caminho para o extermínio das populações e de seus saberes; ou facilitam a rapinagem das empresas sobre esses conhecimentos.

É importante ainda frisar que os conhecimentos indígenas, há séculos, são usurpados por inúmeras pessoas, países e instituições financeiras. Essa prática torna-se perversa quando alicerçada pelas novas gerações que restringem a utilização de saberes tradicionais pelos próprios construtores, o que impede o usufruto pela autossustentabilidade (SILVA; RIBEIRO; FERREIRA, 2021). Trata-se de um claro contexto de guerra comercial e apropriação indevida de saberes alheios.

3 CULTURA E ETNOMATEMÁTICA: CONHECIMENTOS DIVERSOS



Fonte: <http://novotempo.com/audios/dois-mundos-diferentes/>

3.1 A cultura como papel epistêmico e simbólico: princípios e conhecimentos

O papel da cultura é o de codificar o mundo, ou melhor dizendo, a cultura contém a trama de signos com que as pessoas significam os objetos, os acontecimentos, as situações e as outras pessoas que as rodeiam. Cada indivíduo, de posse do código, se movimenta facilmente no universo de sua cultura, age na certeza de ter seu comportamento confirmado pelo grupo (MONTEIRO; OREY; DOMITE, 2006, p. 22).

Conforme o cenário político contemporâneo e das manifestações no âmbito global, os povos indígenas assistem aos seus valores e às suas práticas tradicionais – ou seja, suas culturas –, serem afetados pelas incessantes interferências de vários segmentos da sociedade nacional. Para Valle (2016, p. 32), entender esses povos e suas culturas permite associar a colonização a um caráter civilizatório, no qual foi possível construir “não somente um novo padrão de poder, mas igualmente um padrão cognitivo, isto é, uma perspectiva epistemológica segundo a qual todo conhecimento correspondia ao passado primitivo, passível de ser sobrepujado e despojado”.

Essa matriz ou padrão colonial de poder, que inclui também um padrão cognitivo, equivale ao conceito de colonialidade. Este, por sua vez, “pode ser descrito como um complexo de relações que se escondem detrás da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2008 *apud* VALLE, 2020, p. 32). Dessa forma, o termo colonialidade é entendido como processo herdado da colonização (do controle político, epistêmico, social e econômico), imposto e exercido por outra nação, isto é, pela cultura do não indígena. Para Conrado (2006, p. 81), cultura é um termo da moda que:

Incessantemente gera neologismo, sintagmas insólitos, expressões à primeira vista desconcertantes, quando, em certos casos, realizam associações imprevistas (funcionários da cultura, indústria da cultura). Essa proliferação de palavras, simples ou compostas, que resulta em ampliar indefinidamente um campo semântico por si só muito complexo, por certo não é mera expressão de uma moda; vários indícios provam que na realidade, ela traduz exigências e preocupações diversas e profundas.

Durante os séculos XVIII e XIX, a concepção de cultura se expandiu, sendo que, por meio de seu desenvolvimento, foi possível compreender a constituição das Ciências Sociais e Antropológicas no período. Nesse contexto, o entendimento de cultura “induz indivíduos a sentir, pensar, imaginar, contar ou mesmo a aceitar e adotar, conhecimentos e comportamentos próprios” (RIBEIRO, 2006, p. 56).

Ante o exposto, podemos pensar que o ser humano se encontra, por diversas vezes, em situações nas quais se vê confrontado pelos seus próprios valores e, para sobreviver, precisa aprender sobre demais saberes e fazeres culturais e respeitá-los. Desta forma, Silva e Ribeiro (2019, p. 29) corroboram os apontamentos acima, afirmando que:

A cultura não deve se manter em uma suposta integridade; o que deve ser preservada é sua diferenciação em relações às outras, são as fronteiras, e essas são traçadas por elementos que têm origem cultural, mas são escolhidos em contexto. É natural que ocorrem as mudanças nas culturas, tradições, línguas, e demais aspectos sociais humanos ao longo dos tempos.

De tal maneira, percebemos que a sociedade é resultado de diversos processos históricos, e, “tomando o significado usado por D’Ambrosio, que se refere a um grupo de pessoas com práticas desenvolvidas, conhecimentos e em particular, jargões e códigos” (BARTON, 2006, p. 54). Ademais, a repercussão do processo histórico cumulativo reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelos antepassados.

Os povos indígenas agem, pensam, fazem, comercializam, aprendem e se desenvolvem, de certa forma, por meio da herança cultural, obtida de seus antepassados, e das ações educacionais, usando ainda, como referência, o meio sociocultural que os abrange.

Dessa forma, é possível perceber a existência de vários conhecimentos produzidos pela população. Tais conhecimentos são adquiridos por cada indivíduo ao longo de sua evolução e constituem meios de sobrevivência e transcendência (RIBEIRO, 2006). Assim, não há como negar que o ser humano pode ser modificado pelo meio e busca sua sobrevivência recorrendo a sua herança cultural, que o leva, no que lhe concerne, a realizar várias mudanças em seu comportamento.

Essas mudanças é uma característica crucial (do ser humano) e pode evitar comportamentos preconceituosos e exploratório tendo em vista a existência de populações pluriétnicas. Esse é um dos modos de proporcionar e preparar o homem para encarar o mundo, fazendo-o compreender as diferenças existentes dentro e fora de um sistema cultural.

Dessa forma, cada grupo culturalmente distinto desenvolve, em seu meio social, um ciclo vital, com características próprias. Dessa forma, a cultura, bem como a realidade, está em constante movimento e sofre algumas modificações e intervenções. Assim, para retratar essa realidade é preciso compreender as manifestações comerciais, que também são culturais, assim como a língua, os ritos e as danças entre os distintos povos.

3.2 Etnomatemática na formação inicial de professores indígenas: diálogos entre as manifestações culturais e comerciais

A Etnomatemática não consiste nas ideias matemáticas de outras culturas, nem é a representação dessas ideias pela matemática. Esses constructos podem ser parte da etnomatemática, mas não são sua essência. A etnomatemática é uma tentativa de descrever e entender as formas pelas quais ideias são compreendidas, articuladas e utilizadas por outras pessoas que não compartilham com a mesma concepção. (BARTON, 2006, p. 55).



o relacionar a Etnomatemática, na contribuição para a formação inicial de professores indígenas, frente à percepção crítica desses sujeitos, no que tange às relações comerciais, à lógica do capitalismo e aos aspectos socioculturais e políticos, remetemo-nos ao professor/pesquisador Ubiratan D'Ambrosio, "brasileiro reconhecido como aquele que cunhou a expressão Etnomatemática" (KNIJNIK, 2003, p. 105).

Vale aqui ressaltar que nos dedicamos, neste estudo, particularmente, à investigação em que D'Ambrosio fundamenta sua teoria, inspirada na sociedade pluricultural. Esse campo de investigação, e também de ação didática, visa estudar a evolução de específicos grupos socioculturais em seus distintos contextos e preocupa-se com a liberdade social, etimológica e política.

Ao mesmo tempo, trazemos enquanto posicionamento, além de D'Ambrosio (2000), algumas ideias de Domite (2000), Monteiro (2002) e Santos (2006) frente a essas discussões da Etnomatemática. Santos (2006, p. 229) afirma, por exemplo, que "na busca das teorizações de D'Ambrosio acerca da educação está a formação docente", mostrando que existem, nos fundamentos da Etnomatemática, argumentos sólidos para a formação do professor. Por outro lado, Monteiro (2002, p. 18) argumenta que "o processo educacional na perspectiva da Etnomatemática reivindica transformações que superam aspectos metodológicos". Seguindo essa mesma linha de pensamento, Domite (2000) discute variedades de reflexões sobre a Educação num viés da Etnomatemática e analisa questões sobre diversidade cultural, inclusão, entre outras.

Antes, porém, observamos que tecer informações sobre o surgimento e as concepções da Etnomatemática não é uma tarefa fácil. No entanto, faz-se necessário lançar um olhar

sobre alguns elementos que têm como referência “as categorias próprias de cada grupo sociocultural dentro do seu contexto” (SOUZA, 2015, p. 35).

A intenção é explorar os caminhos pelos quais a Etnomatemática contribui com este estudo e demonstrar como ela muda as concepções educacionais e pessoais, de maneira a modificar a cultura colonizada, substituindo-a por uma cultura moderna não dominante. Nessa perspectiva, Barton (2006, p. 50) corrobora os apontamentos acima dizendo que,

[...] para D’Ambrosio, a Etnomatemática é inerente aos indivíduos na relação com o meio ambiente. O conhecimento estruturado que é produzido nesta interação é expropriado pela estrutura de poder e devolvido ao povo [...], mas a Etnomatemática relaciona-se à construção do conhecimento em todas as culturas [...] é um corpo vivo e mutável de conhecimento e torna compreensível o mecanismo do efeito colonizador ocidental.

Nosso interesse parte na valorização dos saberes e nas manifestações culturais, e, portanto, políticas e comerciais presentes em debates desenvolvidos no tema contextual Cultura e Comércio, do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. Dessa forma, ao relacionar a diversidade ao processo de ensino, é nosso propósito trazer como a Etnomatemática se entrecruza com esse cenário por sua perspectiva sociocultural e filosófica. Vieira (2008, p. 166) explica que “a Etnomatemática repousa sobre o conceito de ciclo do conhecimento, a partir da dinâmica de geração, organização e difusão de conhecimento em uma cultura e da dinâmica de encontros culturais”.

D’Ambrosio (2015) explica as preocupações e razões que o levaram a pensar sobre essas questões, uma vez que a Etnomatemática se consolidou como área de pesquisa na Educação Matemática (KNIJNIK, 2013) apenas em 1984:

A principal razão resulta de uma preocupação que tenho com as tentativas de se propor uma epistemologia, e, como tal, uma explicação final da Etnomatemática. Ao insistir na denominação Programa Etnomatemática, procuro evidenciar que não se trata de propor uma outra epistemologia, mas sim entender a aventura da espécie humana na busca de conhecimento e na adoção de comportamento. (D’AMBROSIO, 2000, p. 17)

O interesse do autor é tratar das histórias dos povos que foram (e são) invisibilizados por não pertencerem às classes hegemônicas dominantes. Nessa perspectiva, pelo seu caráter sociopolítico, histórico, filosófico e educacional, a Etnomatemática não atende aos interesses dos opressores e tampouco aos dominadores (D’AMBROSIO, 2008).

A Etnomatemática, contudo, não denuncia o lugar do outro, mas sim, diante das diversas dimensões, invoca uma visão holística para garantir que a verdade exista para cada problema (MONTEIRO, 2002). Nesse sentido, a Etnomatemática possibilita uma *práxis* transdisciplinar, que atua para modificar o paradigma universalista. Para D’Ambrosio (2015, p. 121), “a Etnomatemática é caracterizada como um movimento pendular de resistência e de crítica às concepções acerca do conhecimento identificado com o colonialismo, patriarcal e capitalista”.

Ademais, D’Ambrosio (2000) propõe para a Etnomatemática é extenso, pois, mais do que as próprias práticas, o autor trata também da concepção de mundo (a cosmovisão e os saberes) sobre a qual as ações se fundamentam e apresentam o fortalecimento das práticas culturais e comerciais subalternizadas, niveladas ou até mesmo extintas pela sociedade dominante. D’Ambrosio (1986, p. 85) afirma que:

Ao estudar as culturas indígenas, a matemática escolar se apresenta com uma roupagem de superioridade, com o poder de descolar, de eliminar a ‘matemática do índio’. Mas o mesmo se dá com outras formas culturais, como comportamento, medicina, arte religião. Em particular essas duas últimas seções reduzidas a folclore [...] em particular na geometria e na aritmética notam-se violentas contradições. Por exemplo, a geometria do índio é colorida, enquanto a geometria grega eliminou a cor.

Aqui, vale ainda refletir que uma das maiores problemáticas na área da Educação consiste em pensar que o conhecimento pode ser aprendido de uma única maneira (unilateral), isolando-se as raízes e as manifestações culturais do indivíduo (D’AMBROSIO, 2000). No entanto, o conhecimento etnomatemático não consiste em ideias matemáticas isoladas de outras culturas. Diante desses argumentos, muitos pesquisadores, como Ribeiro (2006), Ferreira (2005), Barton (2006) e D’Ambrosio (2000, 2004a, 2004b) vêm (re)pensando como conceber a Etnomatemática, de modo a combater as várias interpretações correntes, que até então insistiam em concebê-la de forma simplificada e equivocada, tratando-a como se ela caracterizasse tão somente a matemática do outro.

Essa discussão corrobora os escritos de D’Ambrosio (2004b, p. 17), que afirma: “o grande motivo do programa Etnomatemática é procurar entender o saber/fazer matemático ao longo da História da humanidade, contextualizado em diferentes grupos de interesse, comunidades, povos e nações”. Para isso, o autor estabelece seis dimensões para a Etnomatemática, a saber: conceitual, histórica, cognitiva, epistemológica, política e

educacional. Ele ressalta, ainda, que “a Etnomatemática é um programa de pesquisa em História e Filosofia da Matemática com óbvias implicações pedagógicas” (D’AMBROSIO, 2004a, p. 27).

Essas implicações são percebidas à medida em que concordamos que qualquer prática sociocultural, particularmente a do comércio e da Educação, é influenciada pelas concepções dos professores não indígenas frente às ideologias ocidentais. Entender, portanto, a pluralidade comercial e educacional no mundo significa repensar as visões sobre a Educação Matemática em nosso meio.

Nesse sentido, a Etnomatemática, com debates em torno da diversidade cultural e das relações comerciais, é fruto de questionamentos que vêm ocupando esses espaços. Ademais, esse campo do conhecimento assume diversos saberes fora das instâncias institucionalizadas, estudando também os diversos processos de produções comerciais dos povos indígenas e investigando não apenas os saberes e fazeres “prontos e acabados”, mas também os “plurais” de dada comunidade, com suas formas e construções.

É possível perceber, portanto, que a Etnomatemática possui amplitude e assume um papel central entre saberes distintos e não hierarquizados, dado que compreende as necessidades de cada povo. Além de apresentar a valorização e a visibilidade dos mais variados contextos, a Etnomatemática trilha perspectivas e busca a transcendência para a construção da paz entre as pessoas. Dessa forma, é necessário discutir, entender e reconhecer, no universo dos povos indígenas,

[...] as diferentes técnicas, modos de conhecer, interpretar, politizar, comercializar e imaginar as maneiras de vida dos indígenas no processo formativo. Nesse cenário, surge a necessidade de estabelecer conexões entre a universidade, a formação de professores indígenas e a Etnomatemática (SILVA, 2018, p. 94).

Nesse sentido, uma abordagem pautada na Etnomatemática é fundamental, pois pode possibilitar ao futuro professor indígena, um caminho para a valorização da prática comercial e de seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, a Etnomatemática, como discorrida por Ribeiro (2006, p. 108), “conduz à apreensão dos indivíduos, por um lado, voltados internamente, buscando uma assimilação de si próprios, das formas de raciocinar, sentir, recordar, imaginar, contar, decidir, e interferir no seu meio”. Assim, a formação docente indígena, conduzida por esse campo, pleiteia algumas

mudanças quanto aos aspectos ocidentais e capitalistas. As diversas propostas, desse campo de conhecimento, apresentam visões em virtude das questões socioculturais e comerciais e exigem uma postura de inclusão, valorização, respeito, diálogo e espaço para a diversidade cultural, valorizando os saberes e fazeres econômicos nos diferentes contextos. Afinal, cada pessoa

[...] carrega consigo raízes culturais, históricas e comerciais que vêm de sua casa, desde que nasce. Aprende dos pais, dos amigos, da vizinhança, da comunidade. O indivíduo passa alguns anos adquirindo essas raízes. Ao chegar à sala de aula, normalmente existe um processo de aprimoramento, transformação e substituição dessas raízes (D'AMBROSIO, 1986, p. 17).

No entanto, assente aos escritos de Ribeiro e Ferreira (2006), intuímos várias inquietudes frente aos embates que perfazem a dinâmica cultural, comercial e profissional dos povos indígenas. Esse processo de formação, interligado à Etnomatemática, colabora para a interlocução, mostra o respeito à diferença, valoriza os etnoconhecimentos, sem hierarquias, e busca soluções para lidar com as explorações e as modificações comerciais inseridas nos diversos contextos indígenas. Desta forma, a Etnomatemática floresce,

[...] no contexto pedagógico, como um condutor para compreensão não-conflituosa das expressões culturais entre grupos distintos. Assim, conduz a uma relação intensa de troca e partilha entre saberes locais. Por isso, acreditamos que uma formação indígena que caminha de mãos dadas com a Etnomatemática contribui para a formação, entre os professores indígenas, de uma dinâmica cultural que – apesar de não participar das tradições de outros tempos – traz junto a si as atuais necessidades do povo junto ao qual se estabelece (RIBEIRO; FERREIRA, 2006, p. 159-160).

Para Silva (2018, p. 56), essa combinação nos leva, ainda, “à diferença, à solidariedade, à liberdade, a não subalternação, à confiança e à busca de qualidade na convivência com os diversos povos”. Dessa forma, a articulação dos debates aqui apresentados com a Etnomatemática favorece o diálogo mútuo, proporciona uma contribuição e valorização do outro em diferentes contextos socioculturais.

4 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA: O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM DEBATE



Fonte: <https://intercultural.lettras.ufg.br/p/20020-nucleo-takinahak-de-formacao-superior-indigena-ntfsi>

4.1 A Licenciatura em Educação Intercultural da UFG: a formação superior indígena



o considerarmos o campo histórico da noção de cultura, edificado após fatos históricos, notamos que o debate em torno da Educação Intercultural proporciona a forma de pensar a educação, principalmente, a superior indígena. A formação de professores, especificamente do professor indígena, tem sido objeto de debates em diversas áreas, congressos e linhas de pesquisa, e em geral é um elemento primordial em prol da melhoria da qualidade educacional. Também constatam que o professor formador tem um poder-ação sobre o sujeito no processo formativo quando ele, o docente, assume o diálogo mútuo e respeitoso.

Dessa forma, apresentamos, aqui, o projeto pedagógico do curso (PPC) da Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da UFG, publicado em 2006, para identificar a forma e os componentes curriculares. De acordo com Nazareno, Magalhães e Freitas (2019), o curso foi criado em 2007, tendo como público-alvo alguns povos indígenas da bacia Araguaia-Tocantins. Os princípios pedagógicos do curso são:

A interculturalidade crítica e a transdisciplinaridade, pensadas a partir de uma perspectiva Decolonial e como potencializadores para a emergência de novas bases epistemológicas que construam na construção de matrizes curriculares interculturais e interepistêmicas para as escolas indígenas (NAZARENO; MAGALHÃES; FREITAS, 2019, p. 501).

Para isso, destacamos a estruturação do curso a fim de atender aos nossos objetivos e aos aspectos formativos. Entendemos que esses apontamentos apresentados por Nazareno, Magalhães e Freitas (2019) corroboram o compromisso ético e coletivo do curso, baseado em opções políticas para a formação dos povos indígenas.

É primordial para o ensino nas escolas das comunidades uma educação de qualidade. Em algumas escolas indígenas, dependendo do povo e do segmento de ensino, as responsabilidades de lecionar os conteúdos específicos são delegadas a professores não indígenas. Muitos desses profissionais não indígenas, entretanto, não têm o (re)conhecimento cultural e histórico para exercer tal função consoante a realidade social e linguística dos indígenas. Dessa forma, a UFG vislumbrou a necessidade de:

Implantar o curso de Licenciatura para que os professores indígenas tenham oportunidade de prosseguir seus estudos e para que se possa garantir aos jovens indígenas uma educação de qualidade: uma educação que não se limite apenas na inserção dos indígenas no mercado, mas que proponha a esses os manejos de conhecimentos universais, o acesso ao bem-estar, à saúde, à defesa do território, de seu patrimônio, com sua conseqüente valorização, simultaneamente à promoção de condições econômicas que garantam a sobrevivência cultural e física dos indígenas (UFG, 2006, p. 14).

Diante dessas e de outras questões, foi pensado na UFG, levando-se em consideração as necessidades específicas dos povos indígenas, um espaço de discussão e formação (garantido constitucionalmente) de professores indígenas. Com efeito, o projeto pedagógico decorrente da criação do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, ao longo dos anos de 2004 e 2005, foi articulado.

O referido processo de criação contou com a participação de alguns professores indígenas dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Roraima e Rondônia, no qual pensaram em um curso objetivando “formar e habilitar professores indígenas em Educação Intercultural, para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, para atender a demanda da comunidade” (UFG, 2006, p. 12). O processo de criação do curso foi realizado por professores de História, Linguística e Ciências Sociais da UFG. Com o caminhar da proposta, esta se tornou transdisciplinar e passou a abarcar outras áreas do conhecimento. Seu reconhecimento parte da Constituição Federal de 1988, que:

Trouxe conquistas significativas em relação à política linguística e à cultura. Essa política rompeu com a anterior, que visava à integração gradativa e “harmônica” dos índios à sociedade não-indígena. Na prática, a implementação das novas conquistas exige definição de medidas claras. No campo da educação, por exemplo, apresenta-se como fundamental a formação dos professores indígenas, visto que, uma vez capacitados, poderão ajudar suas comunidades a traçar seus destinos e a se libertar, de verdade, da política de dominação cultural (UFG, 2006, p. 7-8).

O Curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena representa um espaço político de formação docente e de debates interculturais para as comunidades indígenas (UFG, 2006). Além disso, atua na formação intercultural, em nível superior, proporcionando aos estudantes indígenas condições formativas para atuarem nas escolas de suas comunidades. Para Silva (2018, p. 22), desde a sua implementação, o curso “realiza um processo de construção de bases epistemológicas que visa a renovação das matrizes

curriculares das escolas indígenas para suprir a perspectiva disciplinar de raiz ocidental, imposta mediante um modelo de educação assimilacionista”.

O caráter transdisciplinar do curso em Educação Intercultural parte da atitude decolonial e sua estrutura não estabelece uma linguagem ou raciocínio único de nossa sociedade, preservando uma ação a qual permita aproximar diferentes formas de saber – as não indígenas e indígenas. Os eixos de sustentação do curso são pautados pela

Diversidade e a sustentabilidade, definidos com base nas sociedades indígenas, no reconhecimento da diferença étnica, na situação em que cada comunidade vive e no seu relacionamento com outros povos. Levaram-se em conta tanto os contextos culturais, linguísticos, políticos e econômicos quanto os relacionamentos cotidianos dessas sociedades com a não indígena; não se esqueceu de dar atenção também os projetos político-pedagógicos das escolas indígenas, às políticas linguísticas adotadas nas aldeias e aos programas alternativos de desenvolvimento econômico (UFG, 2006, p. 11).

Além disso, uma de suas finalidades é contribuir para que os indígenas consigam solucionar problemas que atendam às solicitações e necessidades não só culturais, mas também econômicas. A formação, portanto, parte do princípio segundo o qual cada povo possui sua própria forma de perceber e ver a realidade, além de considerar os vários modos de saber/fazer, caracterizados pelos grupos diversificados. O objetivo do curso é “formar e habilitar professores indígenas em Educação Intercultural, com vistas a atender a demanda das comunidades indígenas no que toca à formação de seus professores, contribuir com a inserção dos professores indígenas nas comunidades científicas” (UFG, 2006, p. 12).

Ademais, o curso tem duração de cinco anos, nomeadamente sendo: os dois primeiros anos destinados à formação básica e, os três últimos, à formação específica (opção pelas áreas de conhecimento, sendo elas Ciências da Cultura, da Linguagem e da Natureza), dentro do curso existe uma gama de temas contextuais. Para Nazareno, Magalhães e Freitas (2019, p. 503),

[...] temas contextuais é parte de uma estratégia metodológica com o objetivo fundamental de evitar estruturas curriculares que tenham por base as disciplinas. Por meio dos temas contextuais existe a possibilidade de que os conhecimentos, ocidental e indígena, coexistam sem que ocorra hierarquização, mas muito mais uma relação de complementaridade.

Os temas contextuais, bem como os estudos complementares, os estágios e as práticas como componentes curriculares, são desenvolvidos em quatro etapas anuais: duas delas

feitas entre os meses de janeiro e fevereiro e, posteriormente, julho e agosto, nas dependências da UFG, no Campus Samambaia, e as outras duas durante os meses de abril e maio e, depois, outubro e novembro, nas aldeias dos discentes. Nesse sentido, o tema contextual tem

Uma configuração epistêmica própria, que lhe permite o exercício do pensamento crítico, e que conduz a uma visão política de cidadania, capaz de integrar saberes, valores [...] Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos; há constelações de conhecimentos. O tema contextual é, portanto, mais do que uma simples oposição à disciplina. É uma forma diferente de conhecer e produzir conhecimentos. Há vários tipos de temas contextuais: intraculturais, interculturais, e, até mesmo, transculturais (UFG, 2006, p. 16).

O surgimento do curso propõe uma nova concepção ao assumir competências que visam à interação de diversas ações, promovendo a diversidade. A diversidade é a riqueza dos povos indígenas e serve como perceptiva para a garantia das diferenças.

Ajudam-nos saber que somos nós, como estamos nos construindo e como estamos construindo nossas histórias. Diferenças nos ajudam a reconhecer que nós somos porque existimos os outros, como seus saberes, conhecimentos. Deste modo para nós indígenas, estar pisando na nossa terra aqui e agora é garantia de nossas vidas, histórias, trabalhos, projetos, ações. (KRENAK, 2018, p. 11)

Em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural, de 2006, espera-se que o futuro professor indígena tenha uma formação que lhe permita trabalhar e discutir o ensino monolíngue, bilíngue e plurilíngue, além de contribuir com a melhoria do ensino em sua comunidade. Seu currículo formativo possui uma carga horária de 3.646 horas, distribuídas em seis tópicos, a saber: estudos presenciais no Núcleo Takinahakỹ; estudos em terras indígenas; pesquisa e seminário; estágio supervisionado, prática curricular e projeto extraescolar. O quadro a seguir apresenta essa estruturação:

Quadro 1: Estruturação do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG

Estudos presenciais	Período de formação na UFG, durante os meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, nos quais são trabalhados elementos formativos nos temas contextuais e estudos complementares das matrizes básica e específica, orientações sobre estudos, pesquisas e estágios.
Estudos em terras indígenas	A parte mais específica do curso é desenvolvida em terras indígenas, cujo propósito é o diálogo dos alunos indígenas com seus respectivos projetos. Estes são realizados por comitês/etnias sob orientação de docentes do curso, assessorados pelas respectivas comunidades.
Atividades complementares (Pesquisa e seminário)	Momento em que os alunos indígenas socializam os resultados de seus estudos durante o curso. O seminário auxilia na sustentação das políticas linguísticas, luta pela cidadania e também para estímulo do ingresso de intelectuais indígenas em cenários científicos.
Estágio supervisionado	O acompanhamento é sob orientação de professores dos comitês de orientações do curso, ¹³ conforme a área de abrangência do projeto. O estágio é desenvolvido em estreita relação com a prática curricular, cujo objetivo é contribuir com a formação teórica/prática dos futuros professores indígenas.
Prática como componente curricular	Essa ação educacional é utilizada na promoção de oficinas pedagógicas e produção de materiais didático-pedagógicos. As atividades são vinculadas aos projetos sociais das comunidades indígenas.
Projeto extraescolar	Se constitui como ação/projeto específico para a formação do professor indígena, documentando seus saberes próprios e suas línguas maternas. Visa a valorização, o fortalecimento e a propagação desses saberes, tanto na comunidade quanto na escola.

Fonte: adaptado de Universidade Federal de Goiás (2006)

A estrutura curricular do curso está amparada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual reconhece o direito cultural, intercultural e linguístico dos povos indígenas. Assim sendo, os ingressantes têm acesso a uma Educação Superior específica e diferenciada. Ainda na Constituição de 1988 (artigo 215, § 1), “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos particulares do processo civilizatório nacional”. Conforme o PPC, o texto constitucional,

¹³ Os comitês do curso são compostos por professores da UFG e orientadores do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. São organizados por etnias, proximidades geográficas ou algum critério definido pelo corpo docente. Os comitês são responsáveis pela discussão e execução de atividades como práticas de componentes curriculares, estágios, orientações de pesquisa etc. (UFG, 2006)

[...] rompeu com as políticas integracionistas de homogeneização cultural e étnica e estabeleceu um novo paradigma com base no pluralismo cultural, no qual se insere o direito a uma educação escolar específica. Garante o respeito aos seus processos próprios de aprendizagem, inclusive assegurando que o ensino seja feito na língua materna dos índios, como meio de comunicação e aprendizagem (UFG, 2006, p. 28).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394, de 1996, “definiu-se como dever do Estado com a colaboração do Ministério da Cultura e órgão federal indigenista a oferta de uma educação bilíngue e intercultural” (UFG, 2006, p. 28), cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais nas comunidades indígenas.

Os artigos 78 e 79, do Ato das Disposições Gerais e Transitórias, da Constituição Federal de 1988, destacam os sistemas de ensino por técnicas e financiamento; a educação intercultural às comunidades indígenas; e fortalecerão as práticas socioculturais de línguas maternas. Consoante essa determinação, a Resolução CNE n.º 3, estabelece “no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escola com normas e ordenamentos jurídicos” (BRASIL, 1999, p. 30). Para que a União implemente essa política supramencionada e alcance as metas estabelecidas, é necessária a participação das universidades, especialmente das federais.

A Universidade Federal de Goiás, no que lhe concerne, possui um quadro com docentes mestres e doutores no curso de Licenciatura em Educação Intercultural, os quais trabalham com estudos voltados às populações indígenas, consolidando, por conseguinte, a pesquisa/formação intercultural. Desta forma, os princípios do curso estão sustentados,

Na transdisciplinaridade e interculturalidade, entendidos aqui de forma dialógica, tanto no que se refere à relação entre as diferenças culturais quanto à interação entre as várias áreas do saber. Nesse sentido, as áreas de conhecimento das diferentes ciências estarão relacionadas umas com as outras, sem separar, por exemplo, matemática de geografia, língua de história, literatura de arte, ou seja, nessa concepção a transdisciplinaridade e a interculturalidade acontecerão normalmente (UFG, 2006, p. 32-33).

Além disso, a formação intercultural proposta pelo curso da UFG prioriza a autonomia do sujeito e o fortalecimento das várias populações indígenas. Vale ressaltar que o referido curso tem papel importante na formação, especialmente no atual contexto político, uma vez que visa a mobilizar e a conscientizar os estudantes a enfrentarem as consequências sofridas pelo capitalismo, pelo papel exercido pela mídia e pelas ações do governo, que vem

implementando práticas genocidas e de retirada de direitos, estes conquistados pelos povos indígenas mediante muitas lutas.

Levando-se em consideração tal autonomia, o curso se estrutura por vários elementos, um deles os temas contextuais, a serem estudados nas matrizes de formação e que objetivam fornecer, aos estudantes indígenas, subsídios para a construção de uma metodologia alternativa capaz de contemplar a realidade sociocultural das comunidades e suas escolas.

4.2 O tema contextual *Cultura e Comércio* em debate: a escolha para a tese



curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG possui um currículo formativo composto por temas contextuais, por estudos complementares e por estudos em terras indígenas, estágios, projeto extraescolar, atividades complementares e práticas como componentes curriculares. As áreas de conhecimento pertencentes ao curso, Ciência da Cultura, Ciência da Linguagem e Ciências da Natureza¹⁴, estão correlacionadas e um de seus objetivos é contribuir, de diversas formas, com os distintos povos indígenas das regiões Araguaia-Tocantins¹⁵, Minas Gerais¹⁶ e Xingu¹⁷, na busca de soluções para problemas e situações enfrentadas por eles no dia a dia.

Como já mencionado, o programa curricular do curso de Licenciatura em Educação Intercultural é pautado na transdisciplinaridade e na interculturalidade. A estrutura curricular concebida dessa forma evidencia o caráter cultural, político, econômico e histórico. Essa proposta possibilita aos futuros professores indígenas uma formação capaz de construir uma nova base educacional, de caráter antropológico, que visa a considerar as singularidades e as diferenças culturais.

Dentre os diversos componentes curriculares presentes no curso, escolhemos para apresentação, nesta tese, o tema contextual *Cultura e Comércio (CC)* pertencente à matriz de

¹⁴ Estamos olhando para o primeiro PPC, de 2006, apesar de trazermos para a tese dados das turmas de 2020 e 2021. Essas turmas entraram no curso na nova reformulação do PPC. Vale ressaltar, também, que no novo PPC o nome desta Matriz específica se altera, sendo denominada Ciências da Natureza e Matemática.

¹⁵ Povos habitantes do Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão.

¹⁶ Desde 2019 tem estudantes de Minas Gerais, do povo Xacriabá.

¹⁷ A partir de 2013, os povos do Xingu passaram a fazer parte do curso de Educação Intercultural Indígena da UFG.

formação básica. Esse tema estabelece um espaço educativo de debates e reflexões a respeito das relações comerciais tradicionais e atuais de cada povo, tomando como orientação as transformações ocorridas ao longo da história. Ademais, é de fundamental importância para a formação do futuro professor indígena, pois discute a concepção de sistemas de trocas comerciais; medidas econômicas; relações com a prática e o capitalismo; saberes matemáticos que subsidiam as relações econômicas e comerciais nos diferentes contextos; transações e relações comerciais tradicionais ao longo dos tempos; produção de bens para o consumo, troca e comercialização; redes de trocas e de mercadorias; trocas simbólicas e reciprocidade nas comunidades indígenas; moedas e valores de produtos comerciáveis; conversões de moedas, bem como relações comerciais praticadas entre povos/culturas.

O debate presente nesse tema contextual é essencial na formação inicial de professores indígenas, pois é por meio dele que se torna possível constatar e problematizar, por exemplo, o motivo da usurpação e da retenção de cartão de créditos dos povos indígenas, sem consentimento, empréstimos e exploração de terras e produtos (materiais e imateriais).

Essas informações são essenciais para o desenvolvimento de ações baseadas no respeito à diferença, pois ajudam a elucidar as problemáticas encontradas no sistema econômico e político brasileiro que se dão, na maioria das vezes, pela criminalização da usurpação indevida de práticas tradicionais indígenas. Hoje, é necessário estabelecer um diálogo entre saberes, além de reconhecer a defesa e os direitos dos povos indígenas nos referidos aspectos citados.

4.2.1 Motivos outros da escolha do tema contextual Cultura e Comércio: turmas de 2019, 2020 e 2021 na modalidade de ensino remoto

Com a aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)¹⁸, pensamos quais turmas do tema contextual CC seriam convidadas a participar da pesquisa. Contudo, ao fazermos uma busca de temas que colaborassem para este estudo, notamos que alguns deles foram desenvolvidos antes de 2019, período em que esta pesquisa foi aprovada no CEP e, dessa forma, não poderiam entrar no *corpus* da análise.

¹⁸ Número do parecer: 3.250.684.

A partir disso, após a aprovação da pesquisa no PPGECM e no colegiado do curso de Licenciatura em Educação Intercultural em 2019/1, buscamos identificar quais temas poderíamos utilizar em nossa análise. Assim, escolhemos o tema CC, em virtude da problemática e das hipóteses aqui levantadas.

Dos temas trabalhados durante a etapa remota, pensamos em alguns fatores que levaríamos em consideração e na escolha dos anos. O recorte foi baseado em alguns fatores, como ano de ingresso (após 2019), modalidade de ensino (remoto), povos com mais de um integrante por grupo em atividades, tronco linguístico e temas realizados em anos consecutivos. Inicialmente pensamos analisar os dados nos temas CC e Quantificações e Relações Socioeconômicas (QRSE). Contudo, durante a situação da pesquisa durante a pandemia da Covid-19, optamos por utilizar os dados somente das turmas remotas. Dessa forma, fizemos um levantamento das turmas que participaram dos dois temas supraditos nessa modalidade (*vide* Quadro 2)

Observando o quadro abaixo, percebemos não haver coincidência de turmas presentes nos dois temas inicialmente propostos na modalidade de ensino remoto. Dessa forma, optamos por não utilizar o tema QRSE por não conseguirmos identificar os elementos próprios da cultura, por isso, nos baseamos no tema CC, ofertado para as turmas de 2019 e 2020 e 2021.

Quadro 2: Distribuição das turmas de estudantes do curso de Educação intercultural em relação aos semestres em que cursaram os temas CC e QRSE

Semestre letivo	Ano de ingresso no curso – CC	Ano de ingresso no curso – QRSE
2019/2 (presencial)	Turma 2018	X
2020/1 (presencial)	X	Turma 2018
2021/1 (remoto)	Turma 2019 e 2020	Turma 2017
2021/2 (remoto)	Turma 2021	X

Fonte: autoria própria

Ao analisarmos os Quadros 3 e 4, percebemos a pluralidade de povos/comitês que participaram do tema contextual CC (turmas de 2019, 2020 e 2021). Os estudantes, então, foram divididos por povos para realizar a atividade (Anexo C), Seminário¹⁹ (passado, presente

¹⁹ A escolha dessa atividade se voltou ao objetivo desse trabalho, para compreender as relações comerciais ao logo do processo histórico, e assim perceber como o tema pode contribuir para a formação do estudante indígena no que tange as relações comerciais, que contidamente pode interferir no equilíbrio sociocultural de sua comunidade.

e futuro). Quando não havia um quantitativo de, no mínimo, dois estudantes para a formação do grupo, esses eram reagrupados, a partir do critério de proximidade cultural e linguística, conforme quadro abaixo.

Quadro 3: Quantitativos e estudantes e comitês nas turmas de 2019 e 2020

Quantitativo de alunos nos grupos	Ano de ingresso	COMITÊ	GRUPOS
1	2019	XAVANTE	GRUPO1
2	2019	XAVANTE	GRUPO1
3	2019	XAVANTE	GRUPO1
4	2019	XAVANTE	GRUPO1
5	2019	XAVANTE	GRUPO1
6	2020	XAVANTE	GRUPO1
7	2020	XAVANTE	GRUPO1
1	2019	XAVANTE	GRUPO2
2	2019	XAVANTE	GRUPO2
3	2019	XAVANTE	GRUPO2
4	2020	XAVANTE	GRUPO2
5	2020	XAVANTE	GRUPO2
6	2020	XAVANTE	GRUPO2
7	2015	XAVANTE	GRUPO3
1	2019	XAVANTE	GRUPO3
2	2019	XAVANTE	GRUPO3
3	2019	XAVANTE	GRUPO3
4	2019	XAVANTE	GRUPO3
5	2019	XAVANTE	GRUPO3
6	2020	XAVANTE	GRUPO3
1	2019	KAYABI	GRUPO4
2	2019	KAYABI	GRUPO4
3	2019	KAYABI	GRUPO4
4	2019	KAYABI	GRUPO4
5	2020	KAYABI	GRUPO4
6	2020	KAYABI	GRUPO4
1	2019	KAYABI	GRUPO5
2	2019	KAYABI	GRUPO5
3	2019	KAYABI	GRUPO5
4	2020	KAYABI	GRUPO5
5	2020	KAYABI	GRUPO5
6	2020	KAYABI	GRUPO5

7	2020	KAYABI	GRUPO5
1	2019	BORORO	GRUPO6
2	2019	BORORO	GRUPO6
3	2019	BORORO	GRUPO6
4	2019	BORORO	GRUPO6
5	2020	BORORO	GRUPO6
1	2019	KRIKATI	GRUPO7
2	2014	KRIKATI	GRUPO7
3	2019	GAVIÃO	GRUPO7
4	2019	GAVIÃO	GRUPO7
5	2019	GAVIÃO	GRUPO7
6	2019	GAVIÃO	GRUPO7
7	2020	GAVIÃO	GRUPO7
1	2020	KRAHO	GRUPO8
2	2020	KRAHO	GRUPO8
3	2019	CANELA	GRUPO8
4	2019	CANELA	GRUPO8
1	2020	TAPIRAPÉ	GRUPO9
2	2020	TAPIRAPÉ	GRUPO9
3	2020	TAPIRAPÉ	GRUPO9
4	2020	TAPIRAPÉ	GRUPO9
1	2019	IKPENG	GRUPO10
3	2020	KUIKURO	GRUPO10
4	2020	KUIKURO	GRUPO10
5	2020	TXICAO	GRUPO10
1	2019	JURUNA	GRUPO11
2	2020	KAMAIURA	GRUPO11
3	2020	JURUNA	GRUPO11
4	2020	KAMAIURA	GRUPO11
6	2020	JURUNA	GRUPO11
7	2020	KAMAIURA	GRUPO11
1	2020	WAURA	GRUPO12
2	2020	WAURA	GRUPO12
3	2020	WAURA	GRUPO12
4	2020	WAURA	GRUPO12
1	2019	KARAJÁ	GRUPO13
2	2019	KARAJÁ	GRUPO13
3	2015	KARAJÁ	GRUPO13

4	2015	KARAJÁ	GRUPO13
5	2018	CANELA ARAG.	GRUPO13
6	2019	XAMBIOÁ	GRUPO13
	2015	KARAJÁ	GRUPO 13
1	2019	GUAJAJARA	GRUPO14
2	2020	GUAJAJARA	GRUPO14
1	2020	XERENTE	GRUPO15
	2015	XERENTE	GRUPO15
2	2019	XAKRIABA	GRUPO15
1	2019	METUKTIRE	GRUPO16
2	2020	METUKTIRE	GRUPO16
3	2020	TAPAYUNA	GRUPO16

Fonte: elaborado pelo autor

Tendo em conta o recorte que fizemos para buscar temas, dentro da área Ciências da Natureza, que retratassem e discutissem, em sua matriz, elementos voltados ao comércio, às transações comerciais, ao sistema monetário brasileiro, dentre outros, pensamos em diversos critérios, desde o ano de ingresso do estudante, finalização da atividade proposta e pertencimento ao mesmo tronco linguístico. A partir disso, optamos por selecionar estudantes ingressantes em 2019, 2020 e 2021, que pertencessem ao mesmo povo e, portanto, grupos mistos (pessoas de comunidades diferentes) não foram selecionados para a pesquisa, pois não íamos conseguir identificar os elementos próprios da cultura em grupos etnicamente diferentes. À vista disso, dos vários povos matriculados no tema CC, ingressantes em 2019 e 2020, discutiremos sobre três grupos do povo Xavante (G1, G2 e G3) e um grupo do povo Bororo (G6), considerando o recorte supracitado, ambos do tronco linguístico Macro-Jê.

Os grupos foram formados por estudantes da seguinte forma, o grupo composto por 7 estudantes do povo Xavante: Agostinho Tsere Ubnoiwe Õmõre, Alberto Pariwawi Tserebuwa, Clesio Ru Ratsiwe Tsowa O, Edson Wawate Urebete, Felipe Mi'é Paratsé, Duilio Tserebudu Moritu e Jefferson Rai Rite Tsibdadze); grupo 2 formado por 6 interlocutores do povo Xavante: Hélio Junior Sereparam, Lubertzio Tsere Wanhiwa Re Tsimrihu, Norberto Tseredawa Tseredze Tsare, Joao Gilberto Tserepopo Odi Tsimi Udo, Lindomar Tsirobo e Marcelina Roonhiwe); grupo 3 formado por 7 interlocutores do povo Xavante: (Aldo Tsimrihu

Wa?Aire, Amado Dzuwede' Wa Aba' Re, Boaventura Walua Xanon, Marculino Tseredzadi Tseretsu, Geraldo Hoibadzawere Abdzu, Sam Amilton Seredi e Airton Tseredi); e, grupo 6, composto por 5 interlocutores do povo Bororo: Ana Paula Parikokurereudo Apó, Antonio Jukureakireu, Iolanda Silva Bokorokurireudo, Luciene Jakomearegecebado e Marizete Joware Ewororo)²⁰

Se observarmos o Quadro 4 abaixo, turma de 2021, temos novamente uma pluralidade de povos e, também, utilizamos o mesmo recorte para selecionar os grupos (G1, G16, G17) que fariam parte do *corpus* de nossa análise, divididos na seguinte estrutura: grupo 1, do povo Bororo formado por 4 interlocutores: Cleide Kuogoytoudo, Rafael Jowaremijera, Maria Lina Toriedo Kuwogoreudo e Eliane Enemare)²¹; grupo 16, do povo Xavante, formado por 3 interlocutores: Baioque Tsaranate, Garcia Tsibdadze Xavante e Paulinho Anderson Tsere Ura); e, grupo 17 formado por 3 interlocutores do povo Xavante: Cirilo Wa Amaipo Tsiwatse, Gilma Ro Otsi Utorio O Paratse e Maria Salete Peneptsu Tshobo).

Quadro 4: Quantitativos e estudantes e comitês nas turmas de 2021

Quantitativo de alunos nos grupos	Ano de ingresso	COMITÊ	GRUPOS
1	2021	BORORO	GRUPO1
2	2021	BORORO	GRUPO1
3	2021	BORORO	GRUPO1
4	2021	BORORO	GRUPO1
1	2021	CANELA	GRUPO2
2	2021	CANELA	GRUPO2
1	2021	GAVIÃO	GRUPO3
1	2021	GUAJAJARA	GRUPO4
2	2021	GUAJAJARA	GRUPO4
1	2021	IKPENG	GRUPO5
2	2021	IKPENG	GRUPO5
3	2021	IKPENG	GRUPO5
1	2021	KAIABI	GRUPO6

²⁰ Ele foi formando por 5 integrantes, mas acabou gerando 3 trabalhos distintos, pois o grupo não conseguiu efetuar o trabalho de maneira conjunta.

²¹ Ele foi formando por 4 integrantes, mas acabou gerando 2 trabalhos distintos, pois o grupo não conseguiu efetuar o trabalho de maneira conjunta.

2	2021	KAIABI	GRUPO6
1	2021	KAMAYURA	GRUPO7
1	2021	KARAJA	GRUPO8
2	2021	KARAJA	GRUPO8
3	2021	KARAJA	GRUPO8
1	2021	KRAHÔ	GRUPO9
2	2021	KRAHÔ	GRUPO9
3	2021	KRAHÔ	GRUPO9
4	2021	KRAHÔ	GRUPO9
5	2021	KRAHÔ	GRUPO9
6	2021	KRAHÔ	GRUPO9
1	2021	KRIKATI	GRUPO10
2	2021	KRIKATI	GRUPO10
3	2021	KRIKATI	GRUPO10
1	2021	KUIKURO	GRUPO11
2	2021	KUIKURO	GRUPO11
3	2021	KUIKURO	GRUPO11
1	2021	MATIPU	GRUPO12
1	2021	SUYA	GRUPO13
2	2021	SUYA	GRUPO13
3	2021	TAPIRAPE	GRUPO14
4	2021	TAPIRAPE	GRUPO14
1	2021	XACRIABÁ	GRUPO15
2	2021	XACRIABÁ	GRUPO15
1	2021	XAVANTE	GRUPO16
2	2021	XAVANTE	GRUPO16
3	2021	XAVANTE	GRUPO16
1	2021	XAVANTE	GRUPO17
2	2021	XAVANTE	GRUPO17
3	2021	XAVANTE	GRUPO17
4	2021	XAVANTE	GRUPO 17
1	2021	XERENTE	GRUPO 18
2	2021	XERENTE	GRUPO 18

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, tanto nas turmas de 2019 e 2020 e 2021, nosso foco encontra-se estreitado em compreender como se dão as relações comerciais dos povos Xavante e Bororo no passado, presente e futuro, e, para isso, precisamos compreender um pouco da história e das raízes culturais desses povos indígenas, considerando sua evolução histórica.

4.3 Um pouco sobre a história do Povo Xavante

Ao início do século XVIII, depois da descoberta do ouro na então província de Goiás, a chegada de mineradores, bandeirantes, colonos e missionários pressionou as populações indígenas locais, provocando conflitos entre elas e os novos habitantes. As populações nativas reagiram de diferentes modos às incursões dos forasteiros. Algumas recorreram à prática de ataques repentinos e à guerra; outras, ao estabelecimento na área ou à migração. Na segunda metade daquele século, vários grupos, incluindo alguns identificados como “xavante”, estiveram assentados em aldeamentos patrocinados pelo governo, onde sofreram os efeitos devastadores de doenças epidêmicas. Depois, em algum momento do final do século XVIII ou do início do XIX, os antepassados dos Xavante cruzaram o rio Araguaia. Esse deslocamento rumo a oeste separou definitivamente os Xavante dos Xerente, que permaneceram na margem leste do rio (GRAHAM, 2021, s/p).

O povo Xavante, autodenominados *A’uwē Uptabi*, juntamente com os Xerente, formam um grupo etnolinguístico pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Segundo a literatura, o nome Xavante foi concebido pelos não indígenas, o que os diferenciavam dos outros *A’uwē*, especialmente em relação aos demais Xerente.

Em 2020, o povo Xavante somava, em média, 22.256 pessoas residentes em várias aldeias distribuídas em territórios pelos vales dos rios “Kuluene, Batovi, e Kuluene, no leste mato-grossense. Localizados em meio a um conjunto de básicas hidrográficas responsáveis pela rica diversidade regional e, portanto, base da vida tradicional indígena, essas regiões vêm sofrendo diverso impactos ambientais” (GRAHAM, 2021, s/p.).

Como outras populações indígenas, esse povo sofreu uma perda populacional mediante o contato com os não indígenas. Hoje, existem, em média, 165 aldeias Xavante pelo Brasil, espalhadas por nove territórios no estado do Mato Grosso.

Além das perdas populacionais, diversos foram os relatos, na mídia, retratando esses povos como os “bons”, uma visão retrógrada e distorcida acerca dos povos indígenas. Para Graham (2021), eles foram os primeiros povos a se tornarem “famosos” no Brasil, como heroicos e bravos. No entanto, foi em meados de 1960,

[...] que o “contato” Xavante completou-se. Àquela altura, todos os grupos Xavante já haviam estabelecido ou admitido relações pacíficas com representantes da sociedade nacional, mas os modos e os momentos em que o fizeram foram distintos. Esgotados pelas doenças, pela fome e pelos conflitos com colonos, alguns grupos dirigiram-se a postos do SPI; outros buscaram refúgio em missões salesianas ou protestantes (GRAHAM, 2021, s/p.).

À medida que esse povo cedia às expansões e às pressões governamentais, seus territórios tornavam-se acessíveis ao colonizador, que buscava (e ainda busca) produções econômicas, exploratórias e capitalistas. Entre os anos 1960 e 1970, por medidas do governo, o desenvolvimento econômico por terceiros (colonos, fazendeiros, latifundiário e outros) se expandiu em terras indígenas. Para disponibilizar as terras indígenas às produções e às explorações capitalistas, a mídia e diversas autoridades da época modificaram mapas e as localizações geográficas das aldeias, atestando a não existência de indígenas naquele local.

Em alguns lugares, os colonizadores (não indígenas) ocuparam grandes quantidades de cidades e de territórios, o que provocou diversas lutas pela reivindicação das terras indígenas, que, em vários momentos, estava sob domínio de grandes empresários e empresas. Mediante esses problemas, o povo Xavante, engajado na luta pela demarcação de seus territórios, pressionou o Estado e enfrentou grandes fazendeiros e políticos.

Devido a esses conflitos de interesses, a intrusão de atividades voltadas para a exploração modificou o estilo de vida do povo Xavante. Esse fato é assegurado por Graham (2021, s/p): “apesar do esforço Xavante em manter seu modo de vida tradicional, a intrusão das atividades voltadas para o mercado evidentemente desordenou significativamente o estilo de vida e a economia tradicionais Xavante”.

Paralelamente a esses conflitos, várias lideranças Xavante, como apresenta Graham (2021), lutam em prol de seus direitos territoriais, culturais e econômicos, pois, com a entrada do homem branco (fazendeiro, político, entre outras pessoas desse segmento explorador), muitos aspectos tradicionais foram modificados, visando sempre a exploração e o lucro devido à apropriação indevida de terras e bens indígenas.

4.4 Um pouco sobre a história do Povo Bororo

O termo Bororo significa, na língua nativa “pátio da aldeia”. Não por acaso, a tradicional disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo, caracterizado por uma complexa organização social e pela riqueza da sua vida cerimonial. A despeito de hoje terem direito a um território descontínuo e descaracterizado, o vigor de sua cultura e sua autonomia política têm atuado como armas contra os efeitos predatórios do contato com o “homem branco”, que se estende há pelo menos 300 anos (SERPA, 2001, s/p.).

O povo Bororo se autodenomina *Boe*. Hoje, essa é a denominação oficial do povo. Seu território abrangia a Bolívia, a região centro sul de Goiás, a região do Rio Xingu e as proximidades do Rio Miranda – que banha uma parte do estado de Mato Grosso do Sul. A língua original usada pelos Bororo é o *Boe Wadáru*. Atualmente, essa língua é falada por grande parte da população Bororo:

Até o final da década de 1970, contudo, crianças e jovens sofriam a imposição de um regime escolar da missão indígena que proibia que se falasse a língua nativa nas aldeias de Meruri e Sangradouro. Um processo de reavaliação e autocrítica dos salesianos culminou no resgate da língua original e do ensino bilíngue. Assim, em todas as aldeias, a maioria da população fala português e Bororo (SERPA, 2001, s/p.).

Os Bororo possuem seis terras demarcadas no Mato Grosso, um território muito menor do que o original (tradicional). Por meio do contato com o não indígena, muitas lutas e reivindicações começaram a aparecer.

Relatos históricos, por meio da literatura, destacam que o contato desses povos com os demais segmentos da sociedade nacional remonta ao século XVII, quando “as bandeiras jesuítas vieram de Belém rumo à região da bacia do Rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço, em direção ao rio Paraguai” (SERPA, 2001, s/p.).

Conforme apresentado no *site* pib.socioambiental, os dados demográficos de 1997 destacam a situação do povo Bororo, deixando evidente que nas últimas décadas, do século XIX, havia cerca de dez mil indígenas Bororo, naquela região. Contudo, com a entrada de garimpeiros e exploradores (não indígenas), grande parte dessa população diminuiu, efeito do contato com o não indígena, por meio de fome, de epidemias e de guerras.

Figura 1: Dados demográficos do povo Bororo

Terra Indígena	Aldeia	População
TI Meruri	Meruri	328
	Garças	61
TI Sangradouro (Xavante)	"Morada Bororo" (ocupada pelos Xavante, essa área não é reconhecida como bororo)	63
Bacia do Rio Araguaia		
TI Jarudori	(Área Indígena totalmente ocupada pela cidade Jarudore)	-----
TI Tadarimana	Tadariamana; Pabori; Paulista; Praiã; Jurigue	173
TI Teresa Cristina	Córrego Grande	254
	Piebaga	66
TI Perigara	Perigara	79
Bacia do Rio São Lourenço		572
População total		1.024

Fonte: Serpa (2001, s/p.)²²

A base econômica desse povo é realizada pelas atividades de caça, de pesca, de coleta e de agricultura. O contato com o não indígena acarretou outras formas de relações comerciais, como o trabalho assalariado, vendas de artesanatos, uso de cartões de crédito, entre outros. Algumas atividades tradicionais, entretanto, ainda estão presentes em seus territórios, pelo conhecimento da cultura e da natureza.

A mudança mais perceptível foi a extinção das práticas nômades. Em contrapartida, as práticas agrícolas se intensificaram, com a inserção de técnicas e cultivos (SERPA, 2001). O povo Bororo pratica, com grande peso em sua cultura, a pesca e a caça, apesar da escassez em virtude do desequilíbrio socioambiental oriundo da exploração de suas terras (fauna e flora). Por fim, a autonomia do Bororo está ligada ao plano político e social, comparado ao econômico (SERPA, 2001).

²² Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: Acesso em: 20 jul 2022.

5 OBSERVAR E ESCREVER: SABERES TRADICIONAIS E OS IMPACTOS DA COMERCIALIZAÇÃO
NAS RELAÇÕES COMERCIAIS



Fonte: <https://novaescola.org.br/plano-de-aula/5771/praticas-e-trocas-comerciais-em-diferentes-espacos-e-tempos-historicos>

5.1 Observar e escrever: saberes tradicionais e o capitalismo em discussão



Este capítulo reconhece o aspecto cultural e legal, como constituinte também da raiz dos povos indígenas. Longe dos limites normativos e ideais doutrinários, recorreremos às contribuições da Etnomatemática, considerando os saberes dos interlocutores dessa pesquisa e seus sistemas próprios de conhecimentos socioeconômicos, para identificar as contribuições e as conexões feitas nos capítulos anteriores. Também, convém destacar a importância das relações comerciais e as valorações sociais etnocêntricas, tendo em vista que, tal como destaca Villares (2009, p. 8); “é necessário olhar também para o presente, mas sobretudo, com a pretensão de querer um futuro onde os povos indígenas integram sua cultura, sua economia e as relações sociais”.

Por que, então, debater questões sobre capitalismo que, cotidianamente, interfere no equilíbrio sociocultural das comunidades indígenas? Silva e Ribeiro (2019, p. 30) argumentam acerca da inquietação acima e nos diz que “a cada ano cresce e expande a cultura capitalista nas aldeias [...] Esse processo, de modo geral, é visto como “desenvolvimento” social e econômico das comunidades, mas, na verdade, traz consequências preocupantes”. Ainda para os autores, a comercialização e a exploração em terras indígenas proporcionam mudanças no cotidiano desses povos.

Desta forma, temos por objetivo identificar como o curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena vem contribuindo, por meio do tema contextual CC, para a percepção dos estudantes indígenas, no que tange às relações comerciais e à lógica do capitalismo impostos pela sociedade dominante não indígena, que interferem, cotidianamente, no e para o equilíbrio sociocultural das distintas comunidades. Para o indígena Silva (2013, p. 16), do povo Baniwa, a questão econômica “desafia os estudantes indígenas. Os povos indígenas, por mais que tenham mais de quinhentos anos de contatos com o mundo capitalista, continuam vivendo suas tradições e culturas livres de custos financeiros para alimentar-se e dormir”.

Neste trabalho, descreveremos essencialmente, as principais mudanças nas relações comerciais indígenas dos povos Xavante e Bororo. Por meio da utilização da perspectiva da Etnomatemática, nosso estudo focou, portanto, na análise sobre relações comerciais do ponto de vista dos alunos de Cultura e Comércio, nas turmas de 2019, 2020 e 2021.

5.2 Pensar, agir e refletir: os caminhos trilhados

No decorrer desta tese, refletimos sobre várias questões acerca dos acontecimentos entre indígenas e não indígenas, evidenciando como a comercialização ocidental, do não indígena, modifica a cultura dos estudantes indígenas do povo Xavante e Bororo, a partir de uma complexa trama envolvendo apropriações, imposições e resistências. É nesse momento que trazemos as experiências vivenciadas no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG para a elaboração das informações na perspectiva da Etnomatemática.

Nossos caminhos metodológicos foram pautados na pesquisa compartilhada e colaborativa, além de utilizar a articulação de Oliveira (1996) no que se refere ao olhar, ouvir e escrever. Essa relação parte da experiência do pesquisador em campo, tendo por base a observação, para investigar o objeto.

Dessa forma, assumimos o papel de pesquisador observador frente aos interlocutores observados, pois o analisar e escrever é uma continuação do confronto intercultural. Concordamos com Oliveira (1996, p. 20) quando afirma que, no que se refere à interação entre o observado e o pesquisador,

[...] a rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante o etnólogo não cria condições de efetivo 'diálogo'. A relação não é dialógica. Ao passo que, transformando esse informante em 'interlocutor', uma nova modalidade de relacionamento pode (e deve) ter lugar.

Cada um dos materiais que serão analisados, posteriormente, trará informações importantes para este trabalho, visto que os resultados podem possibilitar importantes contribuições no que se refere ao significado e impacto do sistema econômico para os povos indígenas Xavante e Bororo, do ponto de vista dos interlocutores da pesquisa que são estudantes do curso de Educação Intercultural.

Nesse sentido, propomos, neste texto, assumir um posicionamento crítico referente à modernidade/colonialidade, sob o viés da resistência e da luta. Ailton Krenak, (*apud* DANNER; DORRICO; DANNER, 2009) nos diz que vivemos em um mundo completo, endógeno,

capitalista e politicamente incorreto, o que o leva a afirmar que o Ocidente é uma monocultura de ideias.

Para responder a essa pergunta é necessário, principalmente, ouvir os interlocutores indígenas a partir da perspectiva cultural, trazer, enfim, como ressalta Oliveira (1996), a memória²³ dos estudantes para as discussões. Deste modo, pretende-se, mediante a Etnomatemática, aproximar os etnoconhecimentos que compõem o componente curricular aqui analisado, tendo como foco principal as conexões entre os impactos do capitalismo e a Constituição Federal de 1988.

Os procedimentos metodológicos utilizados na parte empírica desta pesquisa envolveram a observação participante direta, a coleta de depoimentos, os registros em diários de campo e notas a partir de gravações, conversas informais e análise das atividades desenvolvidas no tema contextual CC (como produção de desenhos, textos, seminários e apresentações não formais, presentes nas conversas e em outras ações)²⁴. Em todo momento da análise, foram feitas gravações e fotografias dos acontecimentos e das situações vivenciadas ao longo das aulas, pautados nos princípios aqui investigados.

A opção por tais procedimentos metodológicos se ancora no interesse que tínhamos em trazer para a discussão a questão do capital como tensão, quando abordado sob a perspectiva dos povos indígenas, porém, não apenas no sentido negativo do termo, mas como processo que envolve problematizações e confrontos.

5.3 Lutas e realidades frente às relações comerciais e à lógica do capitalismo nas comunidades indígenas: pensando o tema contextual Cultura e Comércio nas turmas de 2019, 2020 e 2021



As reflexões em torno do tema contextual Cultura e Comércio foram realizadas com as turmas de 2019, 2020 e 2021, em contexto remoto, devido a pandemia da Covid-19,

²³ “A memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é mais bem alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever” (OLIVEIRA, 1996, p. 31).

²⁴ As coletas das informações, os dados e conversas informais aconteceram durante vários momentos das aulas do tema contextual CC, durante a etapa remota.

com os estudantes indígenas, dos povos Xavante e Bororo, do curso de Educação Intercultural da UFG, no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena.

Pretendemos, desse modo, o desenvolvimento de um estudo pautado em concepções da abordagem Etnomatemática. Escolhemos essa abordagem porque, em nosso entendimento, ela propiciará uma melhor compreensão da realidade de nossos interlocutores. Para o desenvolvimento do trabalho, foi escolhida a atividade de Seminário do tema contextual CC, textos escritos e fala dos interlocutores, o qual foi analisado seguindo uma análise descritiva à luz da Etnomatemática.

No interior deste movimento, um dos nossos instrumentos para a análise envolveu as atividades textuais, isto é, atividades não-verbais e verbais (fala, escrita, desenho etc.) que foram concebidas de acordo com o contexto. Essa opção se justifica na medida em que, de acordo com Ludke e André (2014), os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados e a análise documental pode representar uma valiosa técnica de abordagem dos materiais qualitativos.

É importante ressaltar que o olhar político aqui adotado é resultado de uma maneira específica de enxergar o mundo social e, mais especificamente, as relações comerciais, dentro e fora, dos contextos indígenas. O posicionamento teórico, por sua vez, é consequência de uma inquietude diante da problemática explicitada e do intuito de propor encaminhamentos que de fato colaborem para o nascimento de uma “nova” realidade para os povos indígenas, mais justa e menos subalterna aos interesses da sociedade nacional.

Dessa forma, nesta nossa análise intentamos identificar elementos relacionados ao comércio e ao capitalismo nos povos indígenas Xavante e Bororo, a partir do ponto de vista dos grupos de estudantes do curso de Educação Intercultural no contexto do tema contextual CC. Para tanto, os grupos tiveram de retratar na atividade Seminário (durante o desenvolvimento do tema), painéis, suas concepções frente às modificações econômicas dentro e fora de suas comunidades. As informações verbais trazidas para essa análise basearam-se nos vídeos enviados pelos estudantes, textos e exposições verbais durante as aulas síncronas e atividades escritas e em formato de vídeo/áudio.

Para isso, foram lançados três questionamentos, a saber: como eram realizadas as relações comerciais no passado? Como são as relações comerciais hoje? E como imaginam que as relações comerciais serão no futuro?

A seguir, apresentamos o primeiro conjunto, das turmas de 2019 e 2020, de alguns desenhos realizados pelos grupos e trazemos alguns relatos, reflexões e discussões que ocorreram durante a realização dos seminários (com a transcrição de algumas das falas).

Os excertos apresentados no decorrer da análise são falas dos interlocutores no decorrer das atividades textuais e orais realizadas durante o tema contextual, portanto serão categorizadas como interlocutores pertencentes ao grupo, durante a apresentação e observação virtual das aulas percebemos que a produção foi coletiva e não individual. Vale ressaltar que os desenhos escolhidos para compor nossa análise não foram aleatórios, mas selecionados conforme o objetivo e recorte deste trabalho (material escrito e desenhos). Para isso, nas próximas duas seções, estaremos refletindo os dados acerca de 4 grupos da turma de 2019 e 2020, e 3 grupos para a turma de 2021.

5.3.1 Reflexões sobre o Seminário em Cultura e Comércio das turmas 2019 e 2020: um olhar etnomatemático

Para nossa análise, trazemos o Grupo 1, formado por estudantes do curso de Educação Intercultural, turma 2019 e 2020, do povo Xavante, que possui 7 interlocutores, a saber: Agostinho Tsere Ubnoiwe Ōmõre, Alberto Pariwawi Tserebuwa, Clesio Ru Ratsiwe Tsowa O, Edson Wawate Urebete, Felipe Mi'é Paratsé, Duilio Tserebudu Moritu e Jefferson Rai Rite Tsibdadze. Esse grupo, traz em sua atividade diversos registros importantes sobre o passado – *duréi hã* – de seu povo Xavante. Por meio das falas inseridas a seguir, e da Figura 1, é possível compreender que as trocas, no passado do grupo Xavante, eram feitas por distribuição entre o seu povo, ou seja, entre pessoas da comunidade, e ocorriam em repartição igualitária, tal como podemos verificar abaixo:

Nosso ancestrais do *A'uwẽ Uptabi*, o princípio fundamental da economia Xavante, é a distribuição e troca de bens. E nela manifesta a preocupação fundamental dos membros do nosso povo, e a igual repartição ou divisão dos bens entre família e o grupo. Garante-se, com um sistema de dar e receber ciclicamente organizado, a sobrevivência do nosso povo *A'uwẽ* (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Figura 1: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G1) no passado



Fonte: Grupo Xavante (G1)

As principais atividades econômicas do grupo Xavante, como é perceptível na figura acima, eram a caça, a pesca, a agricultura e o escambo. Dentre as atividades culturais se destacam a divisão das tarefas por gênero e idade e os ritos tradicionais. Podemos perceber, pelo excerto abaixo, que as trocas e o modo de vida dos *A'uwẽ* centravam-se na coletividade, sendo uma característica marcante nesse grupo, e as atividades eram realizadas por todos.

Os rendimentos dos nossos povos de produção vários de acordo com a oferta natural de recursos, e encontra-se a variedade de alimentos naturais. E a forma de organização social e a economia dos *A'uwẽ*, era bastante simples, e nas aldeias não tinham grandes concentrações populacionais e as atividades eram exercidas de forma coletiva. Se o homem que caça ou pesca e dividia o seu alimento com seus próximos familiar e os outros. A coletividade era uma característica marcante entre o nosso povo *A'uwẽ Uptabi* (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Paulatinamente, todavia, as trocas por necessidade, ou seja, o escambo, começaram a diminuir e vêm sendo substituídas por trocas monetárias. Essa troca tradicional, conhecida também como permuta ou troca direta, envolvia apenas coisas, serviços ou ambos. Para os interlocutores desse grupo, essas trocas eram comuns entre as comunidades Xavante. Dessa forma, percebemos um elo entre as tradições culturais tradicionais e as concepções da Etnomatemática acerca dos processos históricos da sociedade indígena (D'AMBROSIO, 2002),

Diante do destacado, notamos a importância das trocas tradicionais nas comunidades indígenas *A'uwẽ*, do grupo acima. Nesse sentido, a fala de um outro interlocutor retrata bem o exposto:

O trabalho decorrente do corte e do transporte da madeira feito pelos índios, extração de pele de animais, penas e artesanatos era “pago” com utensílios de pouco valor para os colonizadores, como, por exemplo: espelhos, facões, perfumes ou aguardente. Eram os utensílios que os índios recebiam dos portugueses. (Informação verbal, interlocutor do grupo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Mediante as argumentações supracitadas, há uma necessidade de se entender e compreender os impactos proporcionados pelas ações do colonizador, pautadas em seus conhecimentos, nos diversos cenários indígenas, tendo em vista que fica evidente o ato de modificar os modos de coletividade e privilegiar o lucro. Pois “chegamos a uma estrutura de sociedade, a conceitos perversos de cultura, da nação e da soberania, que impõe conveniência [...]”. (D’AMBROSIO, 2002, p. 80)

Trazemos alguns relatos dos impactos dessa ação nefasta no presente do grupo Xavante, bem como as fronteiras genocidas ocasionadas por essa prática ilegal. Para o grupo, as relações comerciais no presente vêm acarretando diversos problemas, tanto para a saúde dos membros como para a cultura e a economia. Com a presença da tecnologia e da comercialização dentro das aldeias, a inserção de alimentos e remédios industrializados, por exemplo, vêm provocando diversas reações no organismo desse povo. O grupo 1 traz na oralidade, durante a apresentação, que a saúde dos membros do grupo vem piorando, esse fato é vinculado a entrada de alimentos e remédio químicos nas comunidades. Esse fato pode ser comprovado pelo excerto a seguir:

E hoje em dia os jovens e rapazes estão comprado carne e frango na cidade, devido à falta e a redução da caça e pesca no nosso território [...] O antes do contato tínhamos uma vida harmoniosa, tínhamos muitas caças, pescas e colheitas, tínhamos uma alimentação cheia de abundâncias, nossa sobrevivência era natural e tradicional. Ela tem um poder espiritual na própria religião, e com a força da natureza e a energia natural curam os enfermos. No mundo atual, o povo *A’uwẽ* quase não valoriza mais a dieta alimentar. A maioria da população dos *A’uwẽ*, principalmente a juventude, está desvalorizando os alimentos que os antepassados comiam, considerando mais os alimentos artificiais dos não índios que trazem muitos prejuízos para a nossa saúde do povo *A’uwẽ*. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, do Xavante, da turma de 2019 e 2020)

O texto do interlocutor acima nos traz elementos, e condições, para que infiramos existir por parte dos *A’uwẽ* o reconhecimento da necessidade de se recuperar a alimentação tradicional do povo Xavante por meio da percepção dos jovens, e o vínculo de compra com os demais segmentos da sociedade é gerada pela redução na caça e na pesca, o que gera compras

na cidade, e esse fato é dito como uma prática comercial na atualidade. Durante a oralidade e apresentação da atividade, o grupo Xavante trouxe ainda outra questão importante, a saber:

Os principais dos nossos objetos fazem parte da cultura indígena e da nossa arte indígena, existem várias características comuns encontradas em diversas tribos, e temos objetos e a forma de cerâmica, cuias, cabaças, redes, remos, canoa, flechas, arcos, bancos, máscara, esculturas, pintura corporal, cestos e plumagem, mantos e cocares é uma arte indígena tradicional. Esses objetos são utilizados como moeda de troca ou são comercializados para o homem branco com a finalidade de geração de renda. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

No exposto acima percebemos o uso do dinheiro para realizar a comercialização e compras. Para o grupo, o homem não indígena utiliza da moeda para comercializar, o que implica em gerar renda. A partir da implantação da moeda, a troca tradicional de mercadorias e/ou trabalho ficou no passado, segundo a visão do povo Xavante, pois o que o grupo aborda é o comércio entre produtos tradicionais com os não indígenas de forma que isso oportuniza renda para eles. Hoje, é muito comum ver indígenas em supermercados, ou mercearias, fazendo suas compras, utilizando dinheiro e cartões como forma de pagamento. No entanto, para os membros do grupo, essa prática é uma forma de negociar/benefícios, eles possuem uma certa independência, como podemos observar pelo excerto a seguir:

O dinheiro nos trouxe uma certa liberdade, pois não somos obrigados a trabalhos pesados para obter nossos desejos, como acontecia no passado, onde havia uma certa exploração da nossa mão de obra e florestas. Nossos artesanatos, também, passaram a ter mais valor e o nosso trabalho a ser reconhecido. Hoje com a moeda (dinheiro) temos independência. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Isso se dá porque a produção e venda de objetos e artesanatos indígenas, em várias décadas, se articula à economia de mercado brasileiro, por meio, inclusive, da produção e comercialização de elementos próprios.

Apesar dos pontos positivos citados, percebemos, pelos diversos relatos orais dos integrantes do povo Xavante (G1), a preocupação com o futuro, pois já é perceptível, para esse grupo, que a tendência é que continuem fazendo uso das formas de comercialização dos demais segmentos da sociedade. Essa preocupação se justifica, como já mencionado, porque o modo de vida estruturado no passado era bem diferente do atual. Sobre esse modo de vida, outro interlocutor do grupo faz o seguinte relato:

Antigamente o povo indígena *A'uwẽ* vivia em paz, união e a felicidade, e também era muito forte a cultura, havia festa, crença, língua, pintura corporal, enfeites, casamento e demais outros rituais da cerimoniais. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Diante dessas constatações, trazemos o seguinte questionamento: o que será que o grupo espera para o futuro, não tão distante? Hoje, são diversas as influências, tanto políticas como econômicas, nas sociedades indígenas. As mudanças culturais, religiosas e econômicas, introduzidas pelo não indígena são nefastas para esses povos. Segundo relato de um dos membros do grupo pesquisado, as vestimentas, e mesmo as práticas tradicionais de casamento na comunidade, já estão sofrendo alterações e, em um futuro não tão distante, pode haver, inclusive, um esquecimento de práticas culturais tradicionais importantes para o povo Xavante:

Mas futuramente, com certeza a cultura está mudando de várias formas, mas o importante é preservar a nossa cultura. A cultura é dinâmica, não é estática, mas mesmo assim devemos preservar aquilo que nos pertence e o nossos antepassados, que é uma sabedoria milenar. Isso que nós vamos deixar sempre para o futuro de geração por geração para nossos *A'uwẽ* (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Vemos, por meio desse relato, a importância que os membros do grupo Xavante têm em valorizar sua cultura no futuro, preservação que depende dos jovens e da vontade de mudança. A figura abaixo, que representa elementos futurísticos, traz indícios da preocupação com a preservação cultural e de relações comerciais do interlocutor.

Figura 2: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G1) no presente e futuro



Fonte: Grupo Xavante (G1)

As preocupações que trouxemos mediante os relatos de alguns indígenas do povo Xavante são necessárias e fundamentais. Afinal, nos dias atuais, com a imposição da cultura e manipulação do homem ocidental, diversos problemas e manipulações podem ocorrer, como já descrito em diversos casos aqui presentes. O acesso à moeda, porém, não é para todos, tal como podemos perceber no seguinte relato:

Para conseguirmos o dinheiro aqui na aldeia é muito difícil, muitos de nós temos que vir para a cidade trabalhar e os que ficam na aldeia fazem roça, isso muda a cultura tradicional. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

O relato acima enfatiza a relação do dinheiro no cotidiano indígena e seus dois modos de ganho, e para o grupo isso não é nada fácil. Mais uma vez, percebemos a alteração na forma de vida do povo Xavante pela entrada de dinheiro em sua comunidade. Para D'Ambrosio (2011, p. 30), uma forma significativa de manter um indivíduo inferiorizado “é enfraquecer suas raízes, remover os vínculos culturais e a historicidade do dominado”

Ainda a respeito das trocas e do comércio, trazemos mais alguns relatos:

No nosso mundo Xavante, antes do contato com o não indígena, denominado por nós de *WARADZU*, não existia comércio, era tudo extraído da terra. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Raramente alguém precisava de algum mantimento ou objeto, por consideração de parentesco essa troca acontecia. Era trocado objetos como pena de aves, vários pássaros, algodão, entre outros, e assim todos ficavam satisfeitos por completar suas necessidades pessoais. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

O entendimento que o grupo 1 está colocando, vinculado ao comércio, é a troca. Antes a comercialização, por moeda, não existia, as relações eram feitas por trocas tradicionais. Essa relação entre terra, natureza e sujeito, apresentada acima, está vinculada à violência colonial, enquanto processo marcado por pressões políticas e econômicas de poder, caracterizada pela conquista do capitalismo (KRENAK, 2018). Com esses apontamentos, percebemos o movimento feito pelos indígenas entre trabalho (ganho) e produtividade no dia a dia, com o intuito de conseguirem sustentar suas famílias. Conforme apresentado em oralidades, durante as aulas síncronas, em algumas aldeias Xavante ainda é possível perceber a prática tradicional do escambo: eles trocam produtos da roça por mantimentos industrializados.

Dessa forma, percebemos, contudo, a luta e a resistência desses povos, que almejam exercer sua liberdade e sua própria concepção de função social no meio em que vivem. Esse desejo de serem verdadeiramente livres é representado pela fala a seguir:

[...] orgulho de ser *A'uwẽ Uptabi*, é usos e costumes tradição culturais, e o modo de viver, e a memória histórico da realidade do nosso povo, passado, presente e futuro, assim finalizo ao relato de grupo. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

A fala acima traz a importância da cultura tradicional para o povo *A'uwẽ*. Para Grupioni e Vidal (2001, p. 30), é preciso “buscar um lugar para os povos indígenas no mundo contemporâneo, para que possam viver em paz e se perpetuarem ao longo da história, para que possam manter suas tradições para as futuras gerações”.

Por outro lado, o grupo 2, do povo Xavante, composto por 6 estudantes: Hélio Junior Sereparam, Lubertzio Tseré Wanhiwa Re Tsimrihu, Norberto Tseredawa Tseredze Tsare, Joao Gilberto Tserepopo Odi Tsimi Udo, Lindomar Tsirobo e Marcelina Roonhiwe, destacou diversas contribuições e elementos pertinentes acerca da proposta estabelecida.

Para esse grupo, as relações comerciais praticadas pelos antepassados se baseavam na troca tradicional de bens, pois eles trocavam diversos objetos por produtos, como, por exemplo, arco e flecha, e não havia vantagens e interesses econômicos. Para esse grupo, quando uma pessoa era da mesma família havia a relação comercial por troca, quando necessário, e também aconteciam com pessoas que não faziam parte do meio familiar. Essa relação apontada pelo grupo é uma forma de comercializar, e afirmam, ainda, que havia as trocas de objetos entre as pessoas da comunidade e essas trocas comerciais ocorriam, também, como podemos ver a seguir e na Figura 3:

As relações comerciais no contexto indígena do povo Xavante no passado se baseavam na troca de bens dos produtos, os nossos bis-avô, avô, trocavam objetos por produtos como arco e flecha, sem tirar as vantagens do outro e sem interesse de valor. As trocas de produtos por outros ocorriam quando a pessoa não é membro da família e deseja algo. Mas quando é da família apenas oferecia, sem querer pedir nada em troca. Isso era as trocas comerciais do passado, era tudo na base de troca (Informação verbal, interlocutor do grupo 2, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Figura 3: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G2) no passado



Fonte: Grupo Xavante (G2)

Na figura acima vemos a presença das relações comerciais no passado. O grupo traz no cartaz a troca entre objetos no contexto do passado, e essa troca é uma forma de relação comerciais, só que sem o envolvimento da moeda.

Já outro interlocutor nos diz sobre as relações comerciais em seu povo e destaca as mudanças ocorridas no presente. Mesmo com as mudanças, o grupo destaca que as trocas tradicionais, sem envolvimento de dinheiro, ainda continuam, No entanto, por meio de sua fala, é possível perceber elementos da cultura tradicional praticada pelos antepassados, principalmente quando relata as trocas por necessidade. Podemos ver ainda que essas práticas comerciais passam a ser realizadas pelo dinheiro e, atualmente, as trocas se dão por meio da venda – comercialização.

Já mudou um pouco as relações comerciais no povo Xavante, mas continua ainda um pouco a troca de produtos entre o povo Xavante, quando há necessidade. Isso depende da pessoa, quem atende outra pessoa, outros não preferem mais as trocas de produtos comerciais, querem o valor em dinheiro com nota de R\$ 100,00 (cem reais), 150,00 (cento e cinquenta reais) etc. isso já está acontecendo até na família, muito diferente do que passado. (Informação verbal, interlocutor do grupo 2, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Contudo, é possível perceber pela fala acima, que há uma mudança nos comportamentos desse grupo, em que alguns indígenas não querem mais trocar produtos, mas sim fazer relações comerciais a partir da monetização do dinheiro. E essa comercialização

a partir da moeda acontece até hoje em algumas famílias indígenas, antigamente na família a troca era diferente.

Figura 4: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G2) no presente



Fonte: Grupo Xavante (G2)

Mediante a fala do interlocutor acima e a Figura 4, percebemos as comercializações por dinheiro praticadas pelas famílias do grupo Xavante, ou seja, a troca de alimentos por moeda começa a ser percebida no presente. Destacamos, por meio dos registros, a presença do dinheiro e que as trocas tradicionais começam a diminuir, sendo substituídas por trocas com valores equiparados monetariamente. Pois, o grupo traz algumas mudanças nos comportamentos dos membros familiares que nos levam a perceber essas modificações. Conseqüentemente, a comercialização vem sendo mais presente nos dias atuais. Nesse sentido, o excerto abaixo nos esclarece bem o viés da lógica capitalista:

[...] as relações com os comerciais para o futuro, acreditamos que não será o mesmo entre o povo Xavante, como do passado e presente, pois já está ocorrendo na forma de pagamento em valor, não será base de troca, isto é, não viveremos como povo Xavante (*A'uwē Uptabi*) vende tudo para outros e até mesmo para as famílias. (Informação verbal, interlocutor do grupo 2, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Essa argumentação só enaltece a existência de impactos negativos que a sociedade envolvente proporciona para os povos indígenas, no que tangencia às modificações e às interferências no equilíbrio sociocultural e comercial das comunidades. Concordamos com

Haber (2011) quando nos confrontamos com as modificações culturais expostas pelo grupo, pois a modernidade contribui para uma lógica capitalista exploratória e usurpatória.

Esses relatos corroboram muito com o posicionamento de Comapa (1997 *apud* GALLOIS, 2001, p. 177), para quem “não queremos mais servir de histórias nas escolas como coitados que precisam de assistência durante a vida inteira, alimentando assim os grandes funcionários que vivem às nossas custas das riquezas da Amazônia”. Como um grande líder indígena, ele nos diz: “não podemos esperar os recursos governamentais enquanto o meu povo está morrendo, mas sim, queremos todos participar deste processo que nos foi negado há muito tempo” (GALLOIS, 2001, p. 177).

Isso se manifesta em um dos traços do sistema econômico capitalista: a desigualdade. Dessa forma, corroboramos com D’Ambrosio (2000), segundo o qual os não indígenas têm se interessado pelas relações de poder estabelecidas através do conhecimento. Assim, a visão da Etnomatemática, aqui presente, possibilita um olhar na busca de superação e uma percepção da e pela paz (ambiental, política, social e pessoal). Isso porque, os interlocutores do grupo G2 do povo Xavante, em diversos momentos, manifestaram a preocupação com sua cultura e os impactos futuros provocados pela tecnologia, pela comercialização e ações políticas em suas comunidades.

Figura 5: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G2) no futuro



Fonte: Grupo Xavante (G2)

Assim sendo, por meio do exposto, vemos a presença do dinheiro (*vide* Figura 5) no futuro, nas relações comerciais indígenas do grupo Xavante. Essa relação parte da entrada da tecnologia, da lógica da comercialização e da sociedade envolvente nas comunidades indígenas, o que, por sua vez, altera os modos de vida tradicional. Para D’Ambrosio (2002, p. 18), “[...] para cada indivíduo, seu comportamento e seu conhecimento estão em permanente transformação”. Com isso, vemos a necessidade de escutar o outro – preocupação, também, do Programa Etnomatemática. Dessa forma, utilizamos da Etnomatemática, para lidar e compreender os dados, pois à medida que escutamos e dialogamos, com o outro, também o compreendemos.

Corroborando essa discussão, trazemos a análise do grupo 3, do povo Xavante, formado por 7 estudantes: Aldo Tsimrihu Wa’Aire, Amado Dzuwede’ Wa Aba’ Re, Boaventura Walua Xanon, Marculino Tseredzadi Tseretsu, Geraldo Hoibadzawere Abdzu, Sam Amilton Seredi e Airton Tseredi.

Durante a exposição oral, o grupo 3 aborda a necessidade de preparar os jovens de modo a conhecerem melhor a história e a cultura de seu povo. Isso porque os jovens, para eles, devem trabalhar com artesanatos, valorizar as línguas, a arte, e a cultura do seu povo. Afinal,

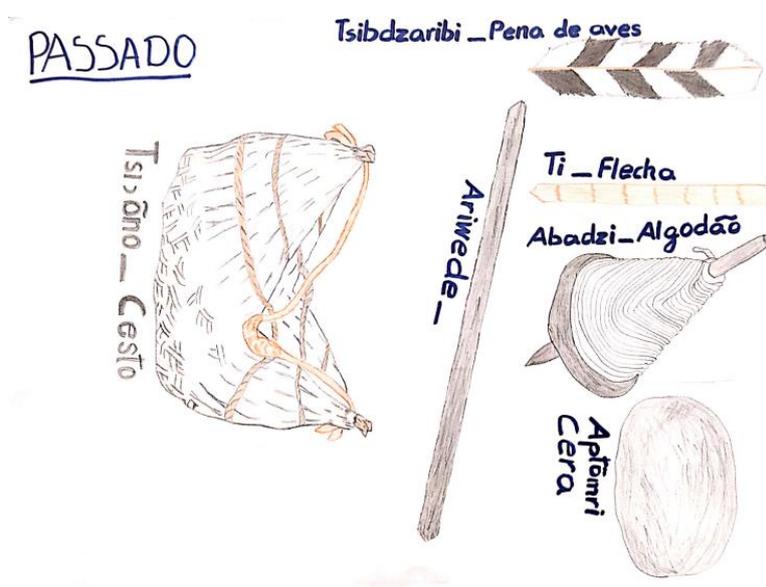
[...] cada indivíduo carrega consigo raízes culturais, históricas e comerciais que vêm de sua casa, desde que nasce. Aprende dos pais, dos amigos, da vizinhança, da comunidade. O indivíduo passa alguns anos adquirindo essas raízes. Ao chegar à sala de aula, normalmente existe um processo de aprimoramento, transformação e substituição dessas raízes. (D’AMBROSIO, 1986, p. 17)

Essa discussão, que parte do princípio da valorização do outro, da cultura tradicional e que possui conhecimentos próprios, corrobora os escritos de D’Ambrosio (2004b, p. 17), que afirma: “o grande motivo do programa Etnomatemática é procurar entender o saber/fazer matemático ao longo da História da humanidade, contextualizado em diferentes grupos de interesse, comunidades, povos e nações”. Nesse sentido trazemos o relato de um interlocutor do grupo Xavante que retrata esse fazer em sua comunidade, pensando o passado de seu povo:

Os nossos ancestrais viviam em absoluta harmonia sempre em comunidade, se uma família ou mais vão buscar as frutas, coleta, alguns participam bem ali [...] se uma família precisar de alguma comida, vai na roça junto com o proprietário, os visitantes eram atendidos de graça, por que um dia nós podemos precisar também. Mas também existiam as trocas de matérias-primas entre homens e mulheres, mas se não tem nada para oferecer para troca, um só entrega para completar as matérias-primas para o outro, sem custo e nada, fica por isso mesmo. (Informação verbal, interlocutor do grupo 3, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Dessa forma, é perceptível a presença da relação comercial pelo escambo no passado do grupo 3, do povo Xavante. Novamente, outro grupo traz em sua apresentação a importância da troca entre os membros familiares, e quando não possui o vínculo as trocas ainda aconteciam perante a necessidade de cada envolvido. Contudo, com o avançar do tempo as trocas tradicionais começam a diminuir e são substituídas pela comercialização com a moeda; logo o dinheiro se torna mais presente nesse momento. Tanto a argumentação acima como a Figura 6 evidenciam que, no passado do grupo, as relações comerciais se davam por meio das trocas, por necessidade dos objetos ou produtos, e pela presença fortemente dos artesanatos tradicionais.

Figura 6: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G3) no passado



Fonte: Grupo Xavante (G3)

Outro interlocutor se posiciona em relação a essa temática e nos diz que as trocas ocorridas no passado se fazem em menor escala no presente da comunidade:

Antigamente não existia comercialização, apenas as trocas de materiais necessários. Por isso é fundamental esse debate, meu povo se relaciona com o cotidiano, hoje ainda existe um pouco de trocas entre familiares. (Informação verbal, interlocutor do grupo 3, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Nesse sentido, o grupo vê a questão da comercialização quando tem relação com o dinheiro, e não percebe que trocas tradicionais é uma forma de comercializar. E, ainda, trazem a necessidade de se debater a temática no cotidiano.

Destacamos, por meio da fala abaixo, a importância desse tema, o qual possibilita um espaço dialógico de debates fundamentais e que, em sua maioria, são levados para suas comunidades, como elemento importante para a valorização e fortalecimento da cultura tradicional:

Contar a nossa história, do passado, sobre o comércio é de suma importância na cultura Xavante. Antigamente a história dos nossos ancestrais e dos antepassados era muito bom, viviam em paz, eles faziam festas, caças, pescas e também roça. Naquele tempo não existiam custo e valor não existia comércio, só tinha troca por troca, quando alguém tinha muita pena de arara, eles trocavam por outros objetos. (Informação verbal, interlocutor do grupo 3, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

O escrito acima é uma forma de valorizar o conhecimento, por muitas vezes subalternizados. É possível perceber, nessa informação verbal, a necessidade de valorizar e de salvaguardar sua cultura, que valoriza as diversas culturas. Assim, o grupo traz que no passado não havia relação comercial mediante pagamento por moeda, o que havia era troca entre objetos e alimentos. Para D'Ambrosio (2003, p. 59), a cultura se “manifesta no complexo de saberes/fazer, na comunicação, nos valores acordados por um grupo, uma comunidade ou um povo. Cultura é o que vai permitir a vida em sociedade”.

Já no presente, essas trocas são realizadas por interesse ou necessidade do dinheiro. Diante do destacado, notamos a inserção da moeda, do poder do capitalismo, e os impactos da tecnologia nas comunidades indígenas. Trazemos um registro desse grupo que discorre sobre os problemas que o capitalismo proporciona na atualidade.

A cultura do nosso povo está diminuindo, algumas pessoas já não participam das festas. Hoje já existe o comércio entre o Xavante [...] A maioria das mulheres agora acha que o dinheiro resolve o mundo. Por isso a minha preocupação, o comércio e a tecnologia estão mudando vida do meu povo. (Informação verbal, interlocutor do grupo 3, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

Fica claro, pela declaração acima, que o capitalismo, assim como a tecnologia e a entrada da sociedade envolvente, pode proporcionar algumas mudanças no cotidiano do grupo, e que o dinheiro modifica as relações comerciais tradicionais desse povo, e que o dinheiro pode salvar e resolver vários problemas locais. Outros interlocutores relataram, inclusive, durante a apresentação verbal do seminário, que alguns povos indígenas dão mais valor para o dinheiro do que para os costumes tradicionais e enfatizam que, mesmo estando no mundo globalizado, apesar de pouco, há ainda a produção do artesanato no seu povo, como é visto na Figura 7. Esses artesanatos são feitos de forma tradicional e, em alguns casos, vendidos, monetariamente, para não indígenas, e trocados por objetos entre as próprias famílias.

Dessa forma, é possível constatar que as comercializações no passado do grupo Xavante, como é apresentado, não existiam; o que havia era o oferecimento (doação) de produtos e artesanatos conforme a necessidade familiar, nada era comercializado monetariamente. Essa é uma realidade específica do grupo 3, do povo Xavante, mas é percebida também em outros grupos. Ou seja, o presente se apresenta na interface do passado e futuro, e está vinculado na ação.

Figura 7: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G3) no presente



Fonte: Grupo Xavante (G3)

Para fechar a discussão sobre o presente, o grupo relata que vivem momentos difíceis devido à autoprodução de produtos necessários para a sobrevivência. Esse momento é fruto, portanto, da produção individualizada, ocasionada pelos impactos do capitalismo nas aldeias.

Esse relato é carregado de preocupação, pois percebe as mudanças ocasionadas pelos demais segmentos populacionais da sociedade nacional. Mediante as argumentações acima, é fundamental compreender os impactos que o conhecimento colonizador, que gera exclusão, provoca nos modos de coletividade, acabando por privilegiar o lucro e a exploração.

Para o futuro, o grupo vê muitas modificações nas aldeias, eles relatam que: “a nova geração não vai participar da cultura tradicional, como da dança, do canto e da festa, explicando que a tecnologia mudou a geração”. E ainda, como pode ser visto na Figura 8, no futuro terá a presença do casamento tradicional, a tecnologia, o livro e o cesto tradicional, elementos que representam a mudança em alguns contextos indígenas.

Figura 8: Representação das relações comerciais do povo Xavante (G3) no futuro



Fonte: Grupo Xavante (G3)

As argumentações apresentadas aqui evidenciam os impactos negativos trazidos pelo capitalismo para o grupo Xavante, o que resulta na transformação de sua cultura. Com a entrada dos comerciantes não indígenas nas aldeias, muitos problemas territoriais e culturais apareceram. De acordo com um dos integrantes do grupo:

[...] o futuro da nova geração é incerto, a geração atual está confusa, lutando para entender, depois proteger e desenvolver seus projetos de resistência. Essa é uma das esperanças que queremos implementar para nossos jovens no futuro, uma geração humana. (Informação verbal, interlocutor do grupo 3, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020)

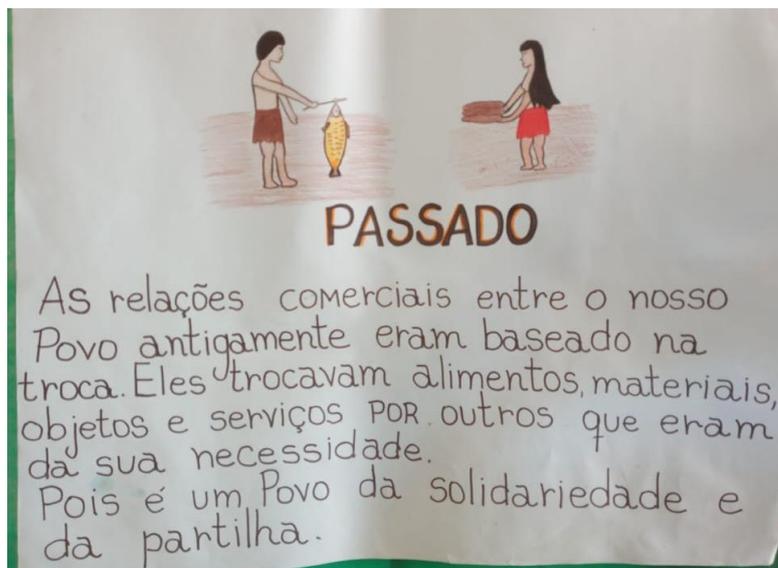
Essa incerteza que o grupo apresenta no excerto acima está vinculada a entrada da sociedade envolvente nas terras indígenas. Existe, também, outra preocupação do grupo presente no excerto acima de salvaguardar a cultura tradicional e preservar os ensinamentos e costumes dos antepassados. Esse fato é danoso para os povos indígenas, pois “o presente, como interface entre passado e futuro, se manifesta na ação. O presente está assim identificado com comportamento [...] o passado se projeta, assim, pela intermediação de indivíduos, no futuro (D’AMBROSIO, 2002, p. 55-56).

Nesse sentido, o grupo 6, do povo Bororo, formado por 5 estudantes: Ana Paula Parikokurereudo Apó, Antonio Jukureakireu, Iolanda Silva Bokorokurireudo, Luciene Jakomearegecebado e Marizete Joware Ewororo²⁵, articulam essa relação temporal com posicionamentos e visões acerca das relações comerciais em seu povo.

No passado do grupo Bororo, a base do comércio era a troca (escambo), e não havia intenção de lucro ou vantagem por parte de terceiros (indígenas). Para o grupo, não havia intenção de um lograr sobre o outro, ambas as partes ficavam satisfeitas ou tinham a sua necessidade resolvida. Dessa forma, concordamos com Santos (2008 *apud* HERKSEDEK; BEZERRA; PONTES, 2016, p. 130), que vincula as relações comerciais com o passado do povo Boe: “o comércio na comunidade indígena se constitui como elemento de fixos destinados a receber e distribuir elementos dos fluxos garantindo uma interação”.

²⁵ Ele foi formado por 5 integrantes, mas acabou gerando 3 trabalhos distintos, pois o grupo não conseguiu efetuar o trabalho de maneira conjunta.

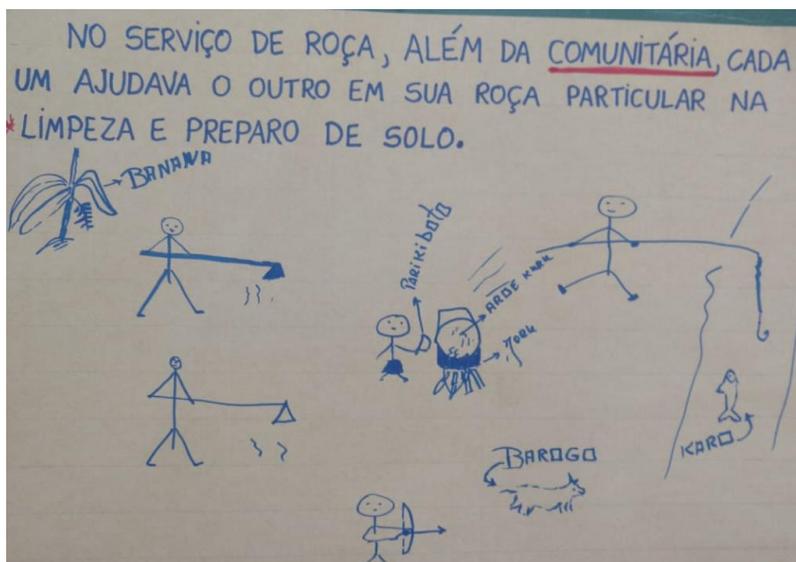
Figura 9: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no passado



Fonte: Grupo Bororo (G6)

As relações comerciais, para o grupo Bororo, no passado, eram praticadas mediante as trocas tradicionais. Havia a partilha, e como o grupo denomina a solidariedade entre os membros da comunidade. Outro elemento levantado pelo grupo, durante os momentos síncronos, quanto às festividades tradicionais, era as caçadas, as roças comunitárias e pescarias eram feitas com parentes mais próximos. Essas relações são percebidas na figura abaixo.

Figura 10: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no passado



Fonte: Grupo Bororo (G6)

Dessa forma, percebemos o trabalho comunitário, a relação com o outro, e não o individualismo, como estabelece o sistema político capitalista vigente. Hoje, no discurso do grupo Bororo, são praticadas as trocas tradicionais, mas houve (e ainda há) alguns impactos na cultura indígena provocados pela tecnologia.

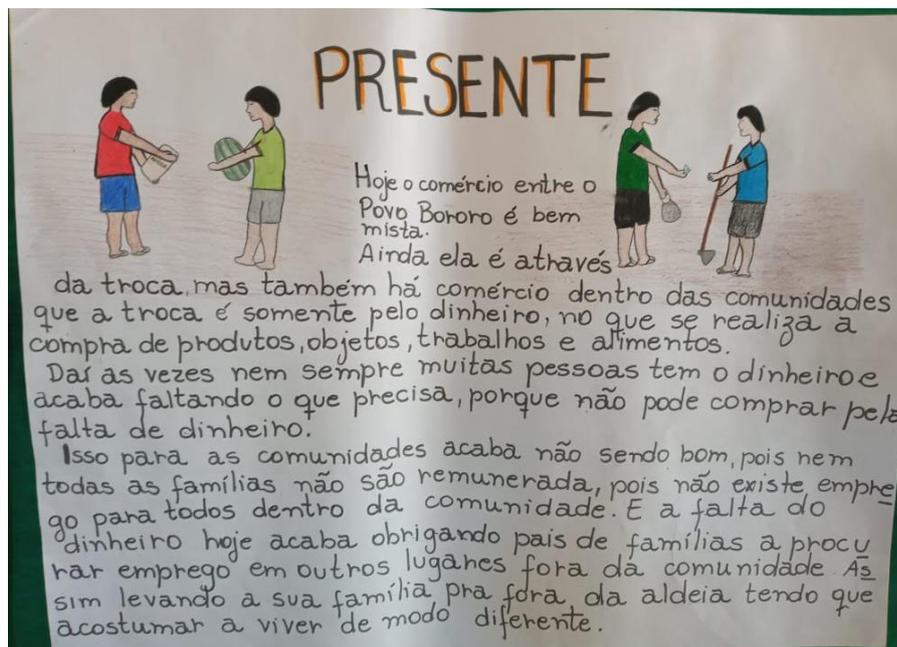
O grupo argumenta essa relação e esclarece sobre algumas mudanças, além de trazer suas compreensões sobre as alterações ocasionadas por essa lógica. Eles argumentam saber dos impactos ocorridos nos povos indígenas e também da necessidade de mudança do hábito alimentar e das suas necessidades diárias.

Analisamos, aqui, a prática da comercialização e sua influência em atividades exploratórias, além da própria lógica da comercialização, que interfere no equilíbrio sociocultural das comunidades. Dessa forma, percebemos vários elementos do capitalismo que se infiltraram na cultura indígena. Nesse sentido, o colonizador busca eliminar a historicidade dos minoritários, isto é “eliminar suas raízes” (D’AMBROSIO, 2002, p. 42).

Para Walsh (2009, p. 14), essa ligação que os interlocutores indígenas fazem com o capitalismo parte da ideia de colonialidade do poder: “[...] foi estabelecida uma hierarquia racializada: brancos, mestiços e, apagando sua diferença histórica, culturais e linguísticas, índios, negros, quilombolas, afro-descendentes e entre outros, como identificações culturais comuns e negativas”.

Atualmente, o comércio é visto pelo grupo como misto. É possível ver, na Figura 11, que o comércio tradicional ainda prevalece, contudo, as trocas são mediadas pelo dinheiro e com elas compram produtos e alimentos para a comunidade. Quando não se tem o dinheiro para adquirir os produtos, muitos indígenas deixam de obtê-los, já que as vendas são realizadas unicamente pela comercialização. Para eles, isso não é bom, uma vez que nem todas as famílias são remuneradas e não há empregos para todos.

Figura 11: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no presente

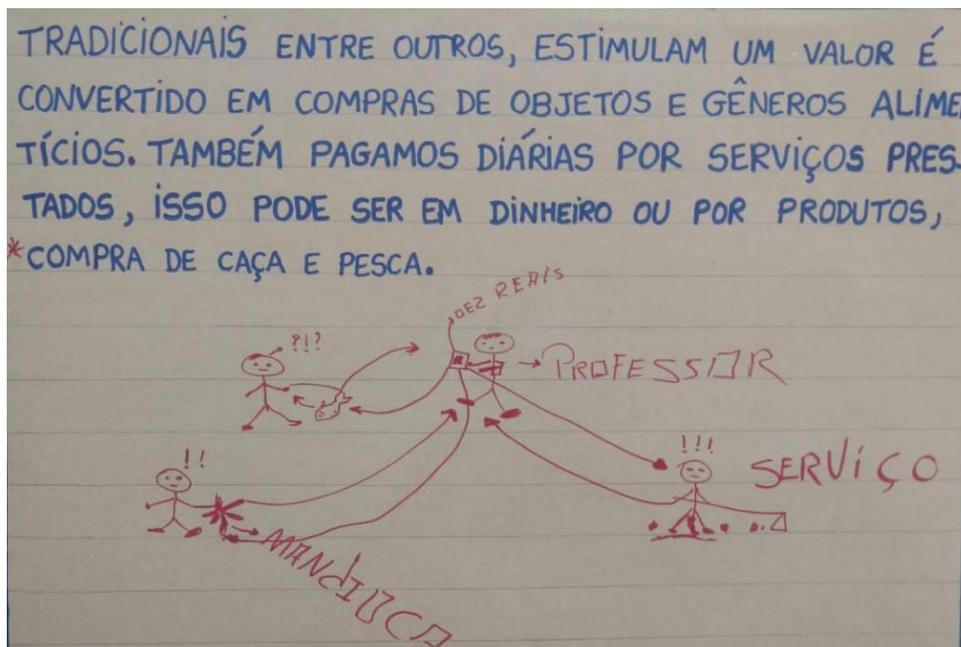


Fonte: Grupo Bororo (G6)

Na figura acima, o grupo traz o comércio em seu povo. Ressaltam a prática da comercialização pelo dinheiro, em que se realizam compras de produtos e alimentos e vendem para outros membros. Um fato importante levantado pelo grupo 3, é que quando uma família não tem dinheiro ela passa por necessidade, pois não por comprar alimentos, objetos ou algum produto pela falta do dinheiro.

Com a entrada do comércio, do não indígena, dentro da comunidade do grupo Boe, as trocas comerciais tradicionais foram substituídas pelo dinheiro, mas, para o grupo, é necessário conhecer e diferenciar as cédulas e compreender seu valor de mercado, pois quando utilizam dinheiro, ou trocam algo, observam os valores para que não haja prejuízo. Esse fato é visto na ilustração abaixo, pois, com o dinheiro muitos serviços, antes não cobrados, hoje são prestados mediante pagamentos.

Figura 12: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no presente

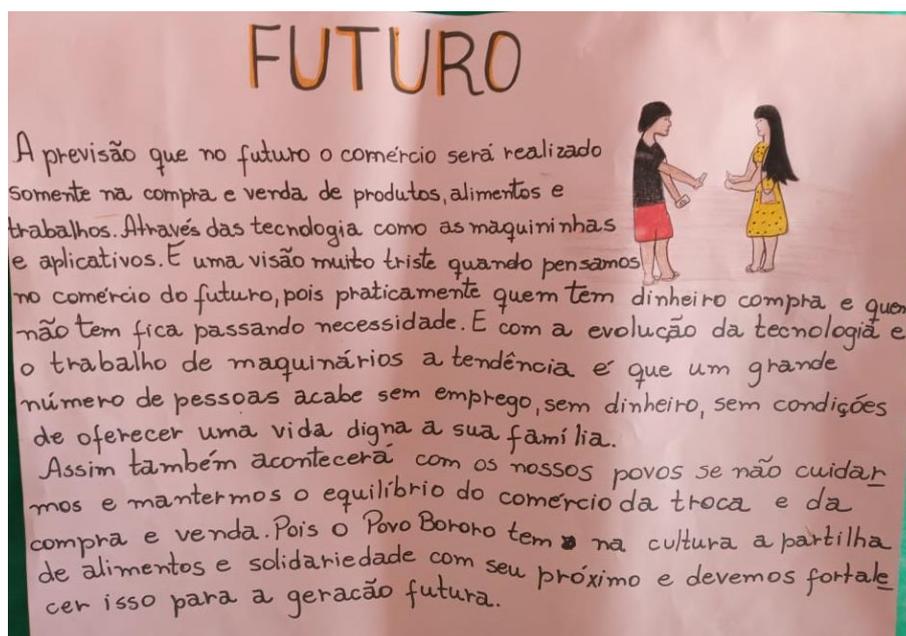


Fonte: Grupo Bororo (G6)

Durante a apresentação da atividade, o grupo traz, na oralidade, a inserção das máquinas de cartão de crédito nas vendas na comunidade, o que é algo preocupante para eles, pois não são todos os indígenas de suas comunidades que tem o conhecimento acerca de transações com cartões de crédito e débito. Segundo suas explicações, isso se deve à chegada da *internet*, que modificou uma parte da cultura tradicional e dos movimentos festivos. As execuções de projetos são feitas em longo prazo e com os aplicativos as formas de pagamentos se tornaram mais ágeis. Na figura acima, vemos o dinheiro sendo a forma de pagamento pelos serviços prestados na comunidade; e, novamente temos a influência da lógica capitalista nas comunidades, e que em alguns casos altera o equilíbrio sociocultural tradicional dos povos indígenas.

Nesse sentido, notamos que a moeda está presente nas aldeias desse grupo, tanto nas modificações quanto nas vendas de artefatos. Por muitos anos esses povos indígenas tiveram sua economia negligenciada, sofreram (e sofrem) com o impacto do colonialismo político.

Figura 13: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G6) no futuro



Fonte: Grupo Bororo (G6)

Já para o futuro, o grupo Boe identifica suas relações comerciais somente por compra e venda. É perceptível, a partir da imagem acima, a presença da tecnologia e das grandes empresas de cartões de crédito, diretamente relacionadas às mudanças e trocas ocasionadas pelo capitalismo frente às relações comerciais tradicionais. Ao emergir esses termos, observamos a preocupação e a defesa da cultura e do comércio indígena do grupo Bororo. Para os interlocutores, essa prática comercial praticada na sua comunidade é triste, pois quem possui dinheiro consegue comprar e quem não tem passa necessidade, além de trazerem que com a evolução da tecnologia o número de pessoas desempregadas aumenta, pois sem dinheiro não tem como possibilitar condições de possibilitar uma estrutura de vida digna para suas famílias (vide Figura 13).

Sendo assim, nos encontramos inseridos em diversas situações interétnicas, com relações econômicas e políticas oriundas dos vários outros segmentos da sociedade nacional. Dessa forma, voltamos nossa atenção às pressões econômicas e políticas proporcionadas pelos não indígenas – que, infelizmente, têm o poder de influenciar as decisões governamentais (BAILES, 2004).

Esse debate apontado pelo grupo é fundamental e particular. No contexto do Brasil, os povos indígenas são confrontados (e se veem) com a noção de tutela, particularmente

jurídica, inexistente em outras legislações. Dessa forma, é possível a valorização dada à educação. Os relatos e as figuras acima não deixam dúvidas quanto a isso.

5.4.2 Reflexões sobre a turma 2021

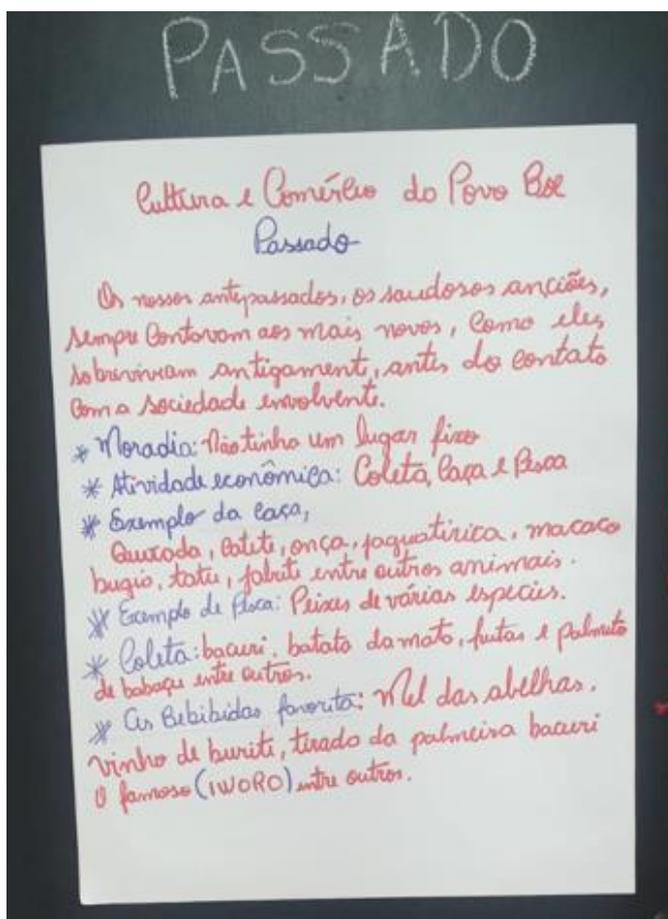
Para as reflexões acerca do tema Cultura e Comércio, da turma de 2021, trazemos o primeiro grupo, por estudantes indígenas do povo Bororo, formados por 4 interlocutores, Cleide Kuogoytoudo, Rafael Joware mijera, Maria Lina Toriedo Kuwogoreudo e Eliane Enemare²⁶. Para isso, trazemos o primeiro relato do grupo acerca das práticas tradicionais no passado de seu povo.

Antigamente usávamos o arco e flecha pra caçar e trazer o alimento para nossa família. Antigamente, na minha aldeia passava turista, e naquela época nos trocávamos enfeites por alimentos e roupas, e a roça comunitária fazia o plantio de arroz, milho, mandioca, tudo para nossa sustentação da nossa comunidade. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

Apesar da fala acima apontar para uma tentativa de se preservar as tradições comerciais indígenas no passado do grupo Bororo, concordamos com Silva, Ribeiro e Baumann (2021), mesmo não tendo sido diretamente falado pelo interlocutor, mas pelas leituras realizadas durante a apresentação oral (aulas síncronas), percebemos que as práticas de exploração proporcionam à sociedade indígena diversos prejuízos. Isso porque os não indígenas, que exploram as terras de diversos povos Bororo, detêm os conhecimentos para comercializar e utilizar-se de seu patrimônio imaterial e material de forma contrária às leis presentes na Constituição Federal de 1988.

²⁶ Ele foi formando por 4 integrantes, mas acabou gerando 2 trabalhos distintos, pois o grupo não conseguiu efetuar o trabalho de maneira conjunta.

Figura 14: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no passado



Fonte: Grupo Bororo (G1)

Na figura acima, percebemos a importância das práticas das relações culturais tradicionais do povo Boe. O grupo traz a forma como os antepassados viviam em sua comunidade, antes do contato com a sociedade envolvente. Eles apresentam elementos de sobrevivência importantes em sua cultura, antes do contato com os não indígenas, dentre eles: moradia, atividades econômicas tradicionais, caça e pesca. Ainda sobre o passado, um dos interlocutores disserta:

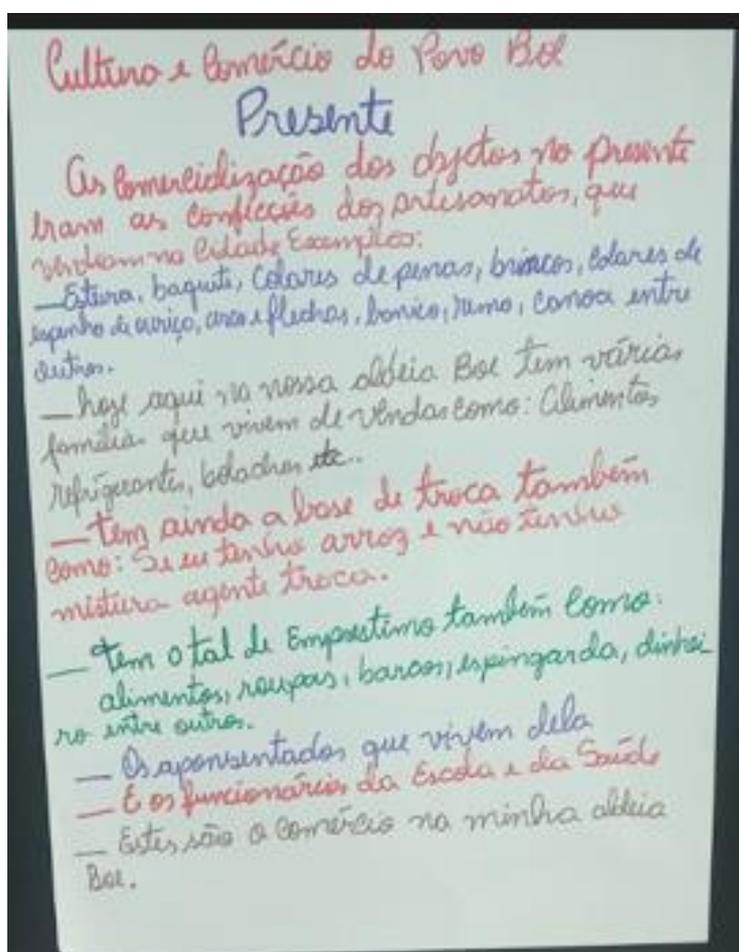
No passado, os nossos antepassados viviam na base de troca e alimento, um ajudava o outro, não tínhamos um lugar fixo de moradia, onde tinha alimentos; não tínhamos dinheiro, não conhecíamos moedas, um ajudava o outro. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

No passado do grupo as trocas eram feitas por trocas tradicionais, existia a ajuda entre os membros familiares, e não por relações financeiras. Se olhamos para a fala acima e a figura 14, percebemos que o modo de vida tradicional do povo Boe se assemelha aos estilos de vida

dos estudantes indígenas das turmas de 2019 e 2020, que trazem também a forma de comercialização no tempo dos antepassados.

Quando visualizamos a Figura 15, vemos que as práticas de escambo começam a diminuir e são substituídas pelas comercializações financeiras, o empréstimo (devendo haver sua devolução) e o dinheiro se tornam mais presentes nesse momento. Tanto a argumentação dos interlocutores como as figuras acima evidenciam que no grupo Boe, as relações comerciais se davam por meio das trocas tradicionais, por necessidade de produtos ou objetos.

Figura 15: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no presente



Fonte: Grupo Bororo (G1)

Pela figura acima, temos que o grupo retrata a comercialização (venda) de objetos, confecções e artesanatos que estão presentes na cultura do povo Boe. O grupo também apresenta a informação de que na atualidade há várias famílias que sobrevivem de vendas de

alimentos, e essas vendas são feitas para os aposentados, de salário de funcionários de escola e de saúde, o que possibilita o acesso ao ganho monetário.

Mediante essas argumentações, há uma necessidade de compreender os impactos proporcionados pelo conhecimento colonizado em terras indígenas, que por diversas vezes altera os modos de coletividade e partilha, e busca o lucro mediante a entrada do dinheiro em sua comunidade. Dessa forma, um membro do grupo ressalta:

Hoje temos carros, motos e bicicletas dentro da nossa comunidade, que busca lenha e palha. Hoje buscamos o alimento no comércio como arroz, óleo, feijão, e vendemos alguns itens para nossa família e comunidade. Já o barco serve para pescar e vender. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

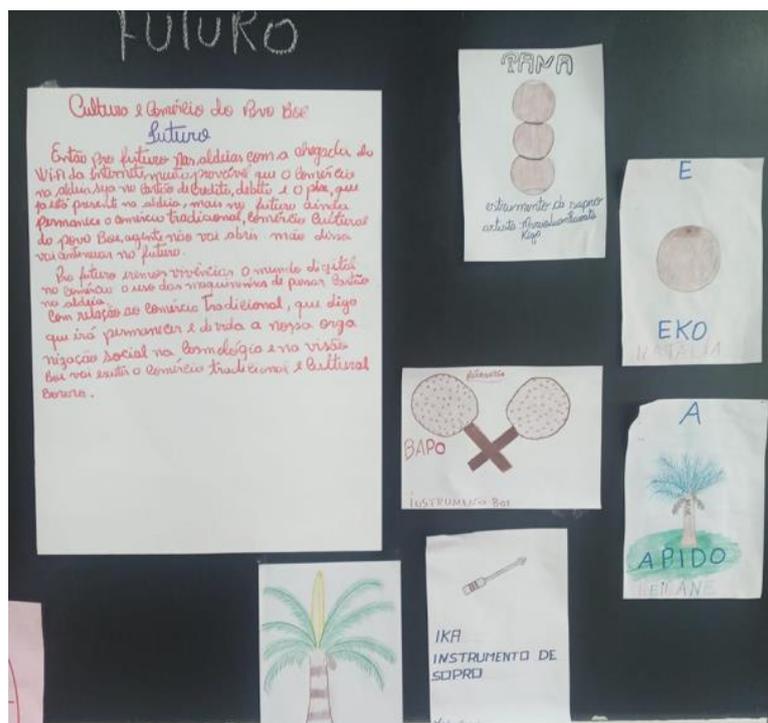
No excerto acima, o grupo 1, da turma de 2021, elenca no debate a venda de produtos tradicionais e de alimentos na comunidade. Isso acontece porque os comportamentos e “os conhecimentos indígenas foram sendo paulatinamente apropriados e incorporados ao modo de vida do colonizador” (NAZARENO; MAGALHÃES; FREITAS, 2019, p. 499).

Vejamos mais uma argumentação do grupo tratando da questão da coletividade e troca por empréstimo, ademais da forma como a inserção do dinheiro altera o modo de viver, pois, a partir dele, o grupo Boe adquire novos produtos e esses são direcionados às pessoas que cederam comidas ou artesanatos:

Hoje, na nossa aldeia, existe a comercialização de confecção de enfeites e artesanatos fabricados aqui. Temos o comércio de alimentos na aldeia, algumas famílias vendem comidas para outras, e ainda tem a base de troca – empresto e no dia em que comprar devolvo para família. Temos o empréstimo – roupa, barco, comida e tenho que dividir com o dono do objeto. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

Nesse sentido, é perceptível a modificação nos aspectos culturais tradicionais do grupo 1, do povo Bororo. Acima, é nítido o impacto, não negativo, que a comercialização provoca na cultura. O comércio presente na aldeia é uma forma de comercializar entre os membros, com e sem dinheiro. Quando não se tem dinheiro, as famílias realizam os empréstimos (havendo a necessidade de pagamento ou devolução futuro). Essa relação, na mudança cultural é traço do impacto da tecnologia e da lógica econômica existente em nosso mundo.

Figura 16: Representação das relações comerciais do grupo Bororo (G1) no futuro



Fonte: Grupo Bororo (G1)

Na figura 16, o grupo traz elementos que são esperados para o futuro, desde a valorização da natureza quanto a confecção e construção de adornos tradicionais. As falas e imagens, apresentadas pelo grupo, são carregadas de preocupações, pois identificam e percebem que as modificações trazidas pelos outros segmentos de nossa sociedade provocam grandes modificações na cultura tradicional. Podemos perceber essa relação e outra informação oral, carregada de preocupações ao compreender esses e outros prejuízos da entrada da comercialização e exploração em sua comunidade. Um interlocutor do grupo afirma:

Queremos que as crianças fortaleçam nossa cultura, pois é a nossa identidade. No futuro queremos fortalecer mais nossa cultura, falar a língua, respeitar os mais velhos, saber as danças, pinturas faciais, e fortalecer o povo. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

Em vários momentos, durante os momentos síncronos das aulas do tema CC, foi visível a preocupação com o futuro e com a cultura. Essa relação é percebida, também, na fala acima, onde o grupo elenca o desejo e a vontade do fortalecimento cultural para o futuro, perante os mais jovens, pois essa prática é o que define a identidade do povo Boe.

Por isso, a percepção é o olhar mais crítico possível da realidade, isso porque desvela o conhecer da sua estrutura e realidade, de forma que “liberta-se do padrão eurocêntrico e [procura] entender, dentro do próprio contexto cultural do indivíduo, seus processos de pensamento e seus modos de explicar, de entender e de desempenhar na sua realidade” (D’AMBROSIO, 2002, p. 11).

Vejamos mais uma argumentação oral de um membro do grupo tratando a questão do cartão de crédito e da inserção da tecnologia, que por diversas vezes altera o modo de viver desse povo.

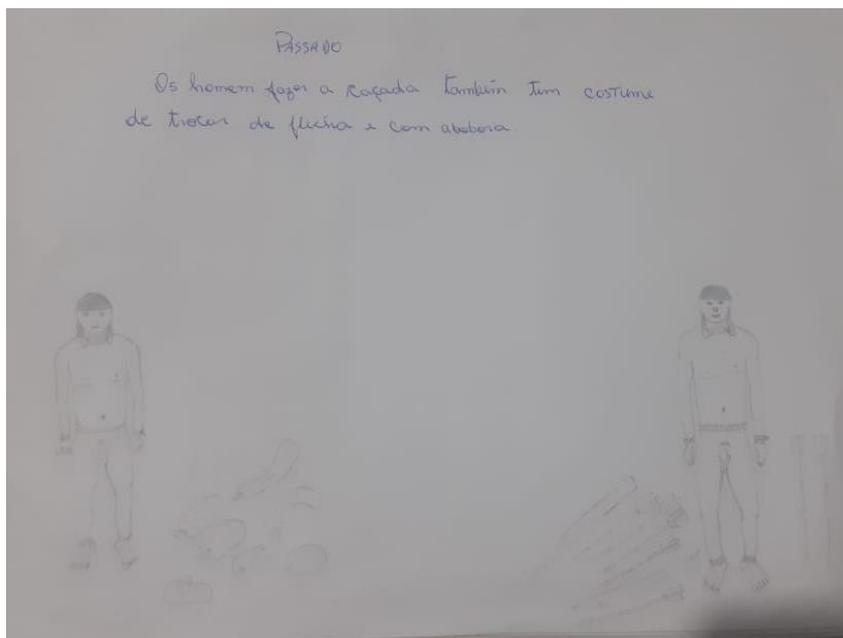
Temos o comércio no futuro, por meio do cartão de crédito e débito e *pix*, que está na nossa comunidade, e vemos um futuro digital, eu acredito que irá prevalecer, um pouco, o comércio tradicional, pois estamos valorizando no povo Boe. (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Bororo, da turma de 2021)

A fala acima enaltece os impactos do capitalismo em terras indígenas, e os prejuízos dessa prática no equilíbrio sociocultural. Esse interlocutor reconhece que no futuro a tecnologia estará cada vez mais presente na comunidade do grupo Boe, mas reforça que é importante valorizar o povo e a cultura.

Essa relação da tecnologia nas comunidades é assinalada também em outros grupos, pois o mundo politicamente capitalista busca um “novo mercado rentável que retira bens comerciais, saberes e recursos de terras indígenas, silencia vozes, além de reter sonhos de comunidades culturalmente tradicionais” (SILVA; RIBEIRO; FERREIRA, 2021, p. 6).

Em paralelo a esse debate, por outro lado, trazemos o Grupo 16, formado por 3 estudantes do povo Xavante, a saber: Baioque Tsaranate, Garcia Tsibdadze Xavante e Paulinho Anderson Tsere Ura. Os interlocutores desse grupo trazem, sobre o passado, elementos e desejos que seu povo gostaria que fossem vivenciados e, também, que as relações comerciais eram realizadas por meio de trocas tradicionais, ou seja, sem uso do dinheiro (*vide* figura 17).

Figura 17: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no passado



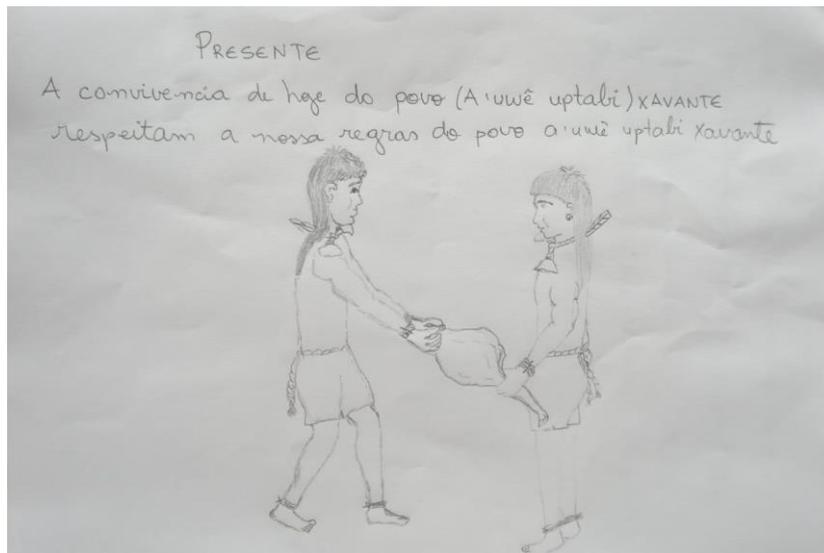
Fonte: Grupo Xavante (G16)

Nesse sentido, a figura acima traz que o homem realiza a caça e o costume de trocas tradicionais estão presentes em seu contexto cultural no passado, por meio da troca de objetos e artesanatos. Para compreender esse contexto, trazemos o relato oral de um dos interlocutores desse grupo:

[...] no passado não existia o comércio, existia a lavoura, mas não era comercializada, era coletiva. Tinha muitos alimentos, não eram comercializados, e sim trocados por outras comidas. Tinha muitas trocas, pelas peças e objetos que necessitavam [...]. (Informação verbal, interlocutor do grupo 16, povo Xavante, da turma de 2021)

A fala acima, e a Figura 18, relativa ao grupo Xavante mostra, como o grupo se organizou sobre os questionamentos efetuados. Eles enfatizam que a prática do escambo existe hoje entre as pessoas da comunidade e o respeito pelas regras tradicionais Xavante prevalecem. Pois, no passado o comércio não existia, nada era comercializado monetariamente, o que havia era o escambo, trocas feitas tradicionalmente.

Figura 18: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no presente



Fonte: Grupo Xavante (G16)

No presente, o grupo aborda o respeito e as regras do próprio grupo, sendo o elemento primordial para a convivência em harmonia do povo Xavante (*vide* Figura 18). Essa perspectiva é particularmente importante quando consideramos o contexto dos movimentos indígenas, pois ele é constituído de pessoas que sofreram (e sofrem) uma histórica submissão, desrespeito e subalternação das relações culturais e comerciais. Essas pessoas foram (e ainda são), por diversas vezes, negligenciadas por ações políticas e em decorrência do capitalismo.

Hoje, o modo de viver, para algumas pessoas, do grupo Xavante, foi modificado, comparado com o que trouxeram sobre o modo de vida no passado. Isso é percebido na Figura 19, na qual vemos a presença do dinheiro no valor dos artesanatos tradicionais indígenas. Para o grupo, o futuro tem que fazer acontecer.

Figura 19: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G16) no futuro



Fonte: Grupo Xavante (G16)

Os membros do grupo relataram, durante a apresentação oral, que ainda há um pouco da prática de trocas tradicionais, contudo, a venda de artesanatos está presente no cotidiano, e para eles esta modificação se estenderá até o futuro, pois o que se espera são vendas mediante pagamentos monetários. Esse fato é perceptível quando trazemos o relato oral de outro interlocutor do grupo Xavante:

No futuro vemos preços nas coisas, venda de alguns objetos [...]. (Informação verbal, interlocutor do grupo 16, povo Xavante, da turma de 2021)

De fato, é possível perceber, pela fala do grupo Xavante, a necessidade de valorização da cultura indígena para as próximas gerações, pois os problemas ocasionados pela incorporação do dinheiro (entrada da moeda), dentro e fora das aldeias, alteram o valor da troca tradicional, sem valor comercial entre os povos indígenas.

Ainda nesse sentido, o grupo 17, formado por 3 estudantes, Cirilo Wa Amaipo Tsiwatse, Gilma Ro Otsi Utorio O Paratse e Maria Salete Peneptsu Tsahobo, ambos do povo Xavante, relata que em sua comunidade, no passado, não tinha a venda, porque não havia a entrada de elementos da cidade (mercadoria) em suas terras. Os antepassados desse povo sobreviviam somente com os alimentos oriundos da natureza, da caça e da pesca; como destaca um dos interlocutores:

[...] quando os homens saiam para caçar e matavam um animal, eles repartiam para todo mundo sem receber nada troca. (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021.

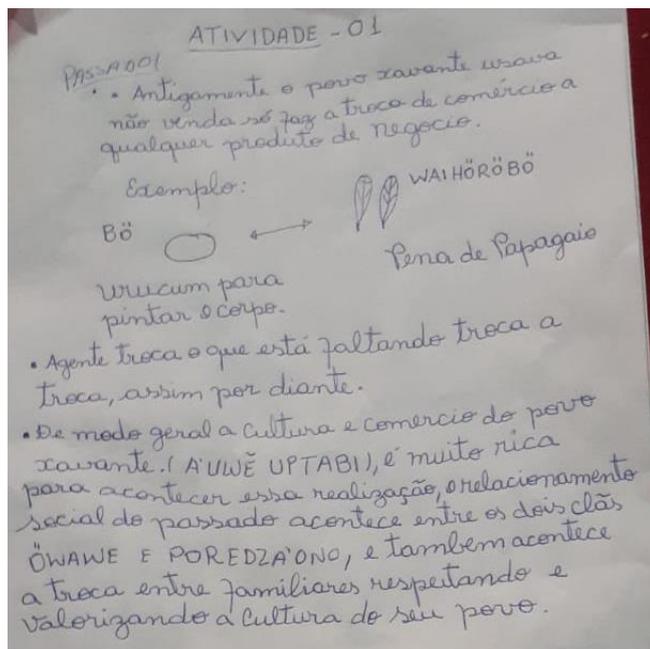
A coletividade é percebida também nesse grupo, quando eles trazem na fala cima a repartição de alimentos por meio da caça. Novamente, o individualismo é deixado de lado, e o compartilhamento é o que prevalecia no passado.

As trocas comerciais, no passado do grupo indígena Xavante, apresentados pelo olhar dos interlocutores, eram importantes, realizadas por necessidade, e não pelo interesse pessoal e/ou lucrativo. Eles consideram a cultura do povo Xavante é muito rica, e também corrobora a importância das trocas tradicionais para seu povo, nas quais não se levava em consideração o valor monetário de seus artefatos (*vide* figura 20). Novamente, podemos perceber que as trocas (escambo) eram movidas pela necessidade daquele que possuía o objeto, pois, conforme afirma D'Ambrosio (2000, p. 22),

[...] o cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura.

Percebemos o quanto forte eram as relações comerciais pautadas nas trocas do povo Xavante, já que mantinham a reciprocidade, a solidariedade entre as famílias de seu povo: a valorização da cultura de seu povo é sempre prioridade entre os envolvidos. Os saberes e fazeres próprios carregam traços culturais marcantes desse povo, uma vez que a coletividade faz parte do seu contexto socioambiental.

Figura 20: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G17) no passado



Fonte: Grupo Xavante (G17)

No passado as trocas eram feitas por negociações, trocavam pelo que estava faltando, havia o relacionamento social entre os clãs. Hoje em dia, a cultura tradicional do grupo Xavante está mudando devido aos problemas e às dificuldades financeiras na vida cotidiana, fato esse percebido pela entrada da tecnologia e da comercialização em terras indígenas, a exemplo do excerto a seguir:

[...] quando o homem traz o bicho no mato, ele vende, quando ele produz na roça ele vende, quando tem remédio natural ele vende; mas tudo isso vem da ideia do mundo civilizado e globalizado da Europa. (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021)

A produção para o grupo parte da necessidade da venda, pela interferência dos outros segmentos da sociedade nacional. A informação verbal abaixo mostra a relação da produção com a venda – a lógica da comercialização em terras indígenas –, e traz a influência (exteriores) da Europa na sua cultura. As falas do interlocutor abaixo mostram também que, atualmente, os interlocutores do grupo Xavante se relacionam com a comercialização (moeda e vendas):

Os Xavantes têm carro próprio, eles cobram por viagem de ida e volta de quem não tem. Hoje em dia não tem ajuda, não tem amizade, não tem amor e saudade de

outras pessoas. (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021)

Os excertos acima trazem algumas influências (negativas) do capitalismo na cultura Xavante. Ao longo de toda a apresentação do grupo foi possível vislumbrar, em suas falas, a preocupação com as relações comerciais no presente e no futuro, mediante as mudanças ocorridas ao longo da história. É possível constatar, ainda, que as comercializações, no passado do grupo não existiam: nada era vendido e eles praticavam o escambo, ao contrário do que acontece hoje:

Nos dias de hoje é muito diferente, não convivemos mais como os nossos antepassados. Nos dias de hoje existe troca, porque compramos as mercadorias para nos alimentar. Não colhemos mais quase nada [...] Por exemplo, se a pessoa pede um pacote de arroz emprestado, tem que devolver para a pessoa que pediu. Se a pessoa não quiser a troca, ela dá a metade de um alimento, só para ajudar. (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021)

Por meio dessa argumentação, é perceptível uma perda da herança cultural tradicional – um desequilíbrio sociocultural, nos dias de hoje. O grupo percebe o avanço e os impactos negativos do capitalismo e da cultura ocidental dominante sobre a comunidade Xavante, pois, por muitos anos, os povos indígenas tiveram (e têm) sua economia negligenciada, sofreram (e sofrem) com o impacto do colonialismo político (SILVA; RIBEIRO; BAUMANN, 2021).

Esse movimento das relações comerciais e do poder do dinheiro é percebido desde a inserção dos portugueses em terras indígenas, hoje denominadas brasileiras. Os contatos culturais no passado (e, também, ainda nos dias de hoje) estiveram marcados por pressões capitalistas, prevalecendo olhares impostos pelo dominador aos dominados e substituindo seus elementos culturais. Nessa discussão, Krenak (2018, p. 1) acentua que o colonialismo do poder proporciona diversos desastres para os povos indígenas, e “parte do lugar do outro – separado da sua existência com o lugar –, e do lugar de dominação ocupado pelo sujeito de poder”.

Já para o futuro, o grupo coloca que não sabe ao certo como será a vida em sua comunidade; tampouco sabem como será o futuro de seus netos, contudo,

[...] já estão fazendo troca troca com as mercadorias que vem da cidade. Não vai ter mais ajuda de um ao outro, não vai ter troca de alimento. Vão vender as mercadorias a si mesmo, dentro das aldeias, igual o branco. (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021)

Fica claro, pelas declarações anteriores, que o capitalismo pode modificar e negligenciar a cultura indígena do grupo Xavante, e com a entrada do dinheiro na comunidade fez com que as relações comerciais tradicionais diminuíssem. Para harmonizar os direitos dos povos indígenas, e evitar a possibilidade de exploração, é necessário haver uma percepção e entendimento das normativas presentes na Constituição Federal de 1988.

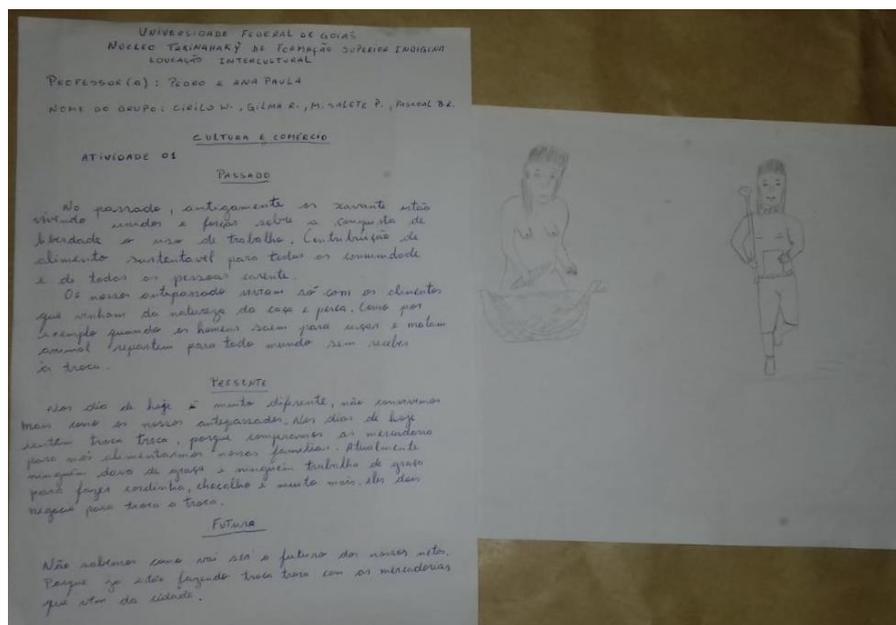
Em vista disso, durante séculos, sobretudo a partir do que se buscou classificar como modernidade, conhecimentos outros foram apropriados, subalternizados e silenciados pelo logocentrismo Ocidental. Entretanto, mesmo diante desse processo mostrado nas informações orais trazidas anteriormente, observamos um processo de resistência, nas manifestações de luta dos povos indígenas submetidos ao projeto colonizador.

Para fechar as discussões, trazemos o último relato que problematiza essa questão das relações comerciais praticadas hoje na cultura Xavante, percebido na Figura 21.

Hoje em dia, na minha comparação a nova geração já está mudando a vida de todos, por causa do comércio. Porque já estão fazendo troca troca com as mercadorias que vem da cidade. Mas, tudo isso parte da ideia do mundo civilizado, da Europa, que trouxeram uma exploração. Hoje em dia, os Xavantes, se relacionam apenas com a comercialização (Informação verbal, interlocutor do grupo 17, povo Xavante, da turma de 2021)

O relato acima aborda a nova geração, e o *troca troca* é algo nativo deles. Hoje eles praticam a comercialização nas aldeias e não percebem essa prática como algo puramente danosa para sua cultura. Nesse sentido, alguns aspectos tradicionais da cultura Xavante estão mudando, quando olhamos para suas práticas e acontecimentos no passado.

Figura 21: Representação das relações comerciais do grupo Xavante (G17) no passado, presente e futuro



Fonte: Grupo Xavante (G17)

É evidente que os povos indígenas se utilizam do consumo e das relações comerciais baseadas na moeda, mas o que se analisa aqui é a prática da comercialização e sua influência em atividades exploratórias, que interferem no equilíbrio sociocultural das comunidades. Dessa forma, utilizamos as concepções da Etnomatemática para compreender as diferenças culturais existentes entre as comunidades indígenas e não indígenas, confrontadas pelas relações comerciais e pela lógica da comercialização.

Assim, percebemos vários elementos destacados por todos os grupos, indícios de elementos específicos de estudantes do povo Xavante e Bororo, dentre eles: o processo de produção é coletivo, as comercializações por moeda (real) não existiam no passado, haviam comercializações com elementos tradicionais, práticas de escambo entre os familiares e comunidades, problemas que o capitalismo e a tecnologia proporciona nas comunidades, desejo de salvaguardar a cultura tradicional e valorizar os ensinamentos e costumes dos antepassados, as trocas por necessidade, ou seja, o escambo, começam a diminuir e vêm sendo substituídas por trocas feitas monetariamente. Ou seja, conseqüentemente, a comercialização vem sendo percebidas desde antigamente, contudo mais presente nos dias atuais devido ao contato com a sociedade envolvente

Sendo assim, o curso de Educação Intercultural, por meio do tema contextual Cultura e Comércio, busca, mediante desejos, uma percepção e/ou vontade, de que os alunos(as) possam assumir suas histórias, construir espaços de autonomia, relações com projetos políticos, econômicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fonte: <http://obind.eco.br/2020/04/25/cimi-maior-encontro-dos-povos-indigenas-do-brasil-sera-online/>

A pesquisa buscou identificar o modo que o curso de Educação Intercultural da UFG contribui para a percepção do estudante indígena em formação, no que diz respeito às relações comerciais e à influência da comercialização, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural de distintas comunidades.

A valorização do comércio tradicional, o respeito para com o outro e as diferenças culturais vieram ao encontro de nossas inquietações acerca das questões aqui levantadas. Nesse cenário, surge uma gama de diversidade, com modos próprios de perceber o meio e o mundo politicamente capitalista. Com o olhar da Etnomatemática, conseguimos compreender a percepção dos alunos no que tange as comercializações praticadas no contexto do passado, presente e futuro de interlocutores pertencentes aos povos Xavante e Bororo, na situação em que foi feito a pesquisa no curso de Educação Intercultural da UFG.

Nos capítulos anteriores, o debate da comercialização na formação inicial do professor indígena à luz do Programa Etnomatemática pode proporcionar laços respeitosos e mútuos com a diversidade, em prol de um convívio sem discriminação. A afirmação de Ribeiro (2006, p. 177), abaixo, corrobora essa perspectiva:

A formação de professores indígenas aponta para uma atitude em prol da superação de “ignorância” entre “culturas”. Estou convicto de que a estrutura educacional sustentada por ações de respeito, reconhecimento, compreensão e valorização nas relações multiculturais, juntamente com a formação de professores, viabiliza o fortalecimento de todo o processo.

O diálogo aqui estabelecido à luz da Etnomatemática, proposta por D’Ambrosio, possibilitou significativas reflexões sobre as relações comerciais praticadas pelos estudantes indígenas do povo Xavante e Bororo. Nesse sentido, a Etnomatemática se torna um caminho para a compreensão das distintas realidades, busca valorizar as distintas populações. As pretensões principais desta tese, relacionadas à formação inicial de professores indígenas, e sua relação com as práticas de comercialização, propiciam caminhos que levam à valorização tradicional da cultura e do conhecimento indígena. Ribeiro (2006, p. 181) ratifica uma vez mais este nosso entendimento ao asseverar que:

O processo formativo/educativo à luz de uma perspectiva Etnomatemática, por meio de práticas educativas autônomas, libertadoras e interculturais, deve viabilizar a instauração do diálogo no encontro intercultural. Poderá levar, portanto, à construção de um mundo, em que as relações do indivíduo com o seu meio sociocultural, com o outro e consigo mesmo, proporcione um ambiente rico em

harmonia e respeito mútuo em prol do estreitamento das tensões e conflitos coletivos, e conseqüentemente trilhando a paz entre todos.

O conhecimento etnomatemático aqui abordado emergiu como uma trilha suleadora²⁷ acerca da compreensão das relações comerciais de alguns povos indígenas. Dessa forma, as atividades escritas, realizadas no curso de Educação Intercultural da UFG à luz da Etnomatemática, despertaram, nos interlocutores, atitudes e interações, mediante o diálogo, que em diversos momentos do tema contextual Cultura e Comércio expuseram suas concepções, percepções, seus modos de vida e suas expectativas frente às relações comerciais praticadas no passado, no presente e no futuro.

Considerando-se o contexto analisado, o aporte teórico e nossas reflexões, ficam evidenciadas as potencialidades e as contribuições do tema contextual CC e a importância de se debater as relações comerciais com os professores indígenas que estão em processo de formação.

Por meio do exposto ao longo deste trabalho, identificamos que o curso de Educação Intercultural, por meio do tema Cultura e Comércio, contribuiu para a percepção da realidade sociocultural e das relações comerciais tradicionais, por meio de relatos de estudantes Xavante e Bororo, por meio de um espaço, que desperta nesses interlocutores intenções de novas buscas de percepções críticas e conscientes em sua realidade; o conhecimento e a valorização de seus produtos e artesanatos; a reflexão acerca da tecnologia e da comercialização, influenciando as relações comerciais tradicionais; o desejo de que as relações comerciais tradicionais do passado não desapareçam; e a consciência dos impactos devastadores provocados pelo capitalismo e pela moeda (real) nas culturas tradicionais.

Todas as questões discutidas no capítulo anterior vão ao encontro de nosso objetivo geral, que por sua vez afirma a problemática levantada pela tese, no que tange, coerentemente, com as reflexões apresentadas pelos interlocutores indígenas do povo Xavante e Bororo acerca das influências dos demais segmentos da sociedade nacional em suas práticas comerciais tradicionais.

O desenvolvimento deste trabalho nos possibilitou perceber a variedade de informações e inquietações presentes no cenário indígena. A aceitação da diversidade de

²⁷ Entendemos o termo sulear, na visão de Ailton Krenak, como propósito de pensar um diálogo, intercultural, aproximado entre estas epistemes e a leitura do mundo, do espaço e tempo.

saberes nos permite divisar a existência pelo reconhecimento desses sujeitos e de suas vozes, bem como a necessidade de se formar uma população mais progressista quanto ao comércio indígena aqui debatido.

O que constatamos, pela maioria das falas dos interlocutores do povo Xavante e Bororo, foi a perda dos costumes tradicionais, prejuízos trazidos pela comercialização e pelas relações comerciais ocidentais dominantes, que pode destruir as práticas comerciais tradicionais. Notamos, contudo, que o Estado, por meio de sua regulação, pode interferir nos setores econômicos, limitar as relações envolventes e proteger os direitos, de modo a evitar o abuso excessivo, salvaguardando ao indígena a dignidade e o respeito. Pois, “a dignidade do indivíduo é violentada pela exclusão social, que se dá muitas vezes por não passar pelas barreiras discriminatórias estabelecidas pela sociedade dominante” (D’AMBROSIO, 2002, p. 9).

Assim, concordamos com Costa (2018) quando este deixa evidente que a razão pela qual as comunidades indígenas enfrentam problemas econômicos e políticos designa as formas de vida desaceleradas dos distintos povos. Para o autor

[...] o futuro não é um horizonte distante a ser alcançado, nem um projeto a ser construído progressivamente: o futuro está sob os pés. Resistências foram, são e serão inevitáveis por parte do Estado moderno, ainda mais em sua forma contemporânea de abrigo para a sociedade de massa. (COSTA, 2018, p. 100)

Dessa forma, é sugerido, por parte dos próprios alunos, ao longo do tema contextual CC, uma percepção sobre a importância e a valorização das relações comerciais indígenas e da participação efetiva desses povos em discussões e decisões políticas e culturais, e na maioria das vezes eles relatam a vontade de levar as discussões para suas comunidades e escolas.

Nesse contexto, a pesquisa, no âmbito da Etnomatemática, contribuiu para o fomento do diálogo entre os estudantes indígenas da UFG, com os conhecimentos próprios, propondo a valorização das culturas ditas “minoritárias”. Dessa forma, o curso de Educação Intercultural da UFG pode contribuir, por meio do tema CC, como espaço de cidadania, de valorização dos conhecimentos, por vezes silenciados.

É visível, na fala dos interlocutores, a necessidade da valorização das práticas comerciais tradicionais. Dessa maneira, é possível perceber nos registros dos estudantes a

importância do tema contextual para sua formação. Alguns deles relatam a complexidade, a relevância e a importância do tema para a cultura e as relações comerciais dos povos indígenas.

Assim, percebemos que o tema contextual Cultura e Comércio é de suma relevância e está a serviço da percepção crítica da realidade indígena. Em vista disso, percebemos que a temática possibilitou a liberdade de expressão dos interlocutores ao falar/relatar suas origens e os problemas decorrentes da exploração territorial e comercial. São percebidos, na maioria das falas, o uso, o interesse e a perda de direitos em propriedades intangíveis suscetíveis de serem utilizadas comercialmente.

As ações desenvolvidas ao longo desta pesquisa foram fundamentais para o fomento de nossos objetivos. Assim, o tema contextual CC não visou apenas à dimensão da preparação para a prática docente, mas os desafios e os enfrentamentos reais sobre as relações comerciais vivenciadas no cotidiano. Dessa forma, possibilitou um espaço de autonomia, autodeterminação e construção de novos projetos políticos, sociais e econômicos.

As atividades, por sua vez, foram pautadas nas formas próprias dos conhecimentos indígenas. Foram atividades intraculturais, exclusivamente com elementos próprios das culturas, geradas pelas relações interculturais. Como escrito em laudas anteriores, no meio intercultural indígena vivem pessoas de todas as idades, diferentes histórias e posicionamentos políticos. Tais pessoas possuem particularidades distintas do mundo ocidental, pois “têm o jeito de viver, trabalhar, relacionar-se com o tempo, espaço e com o conhecimento próprio da sua raiz cultural” (MACHADO, 2014, p. 177-178).

Assim, o curso de Educação Intercultural revela um espaço privilegiado para relacionar os conhecimentos etnomatemáticos, a prática social, as questões socioculturais e políticas e a ação crítica do estudante. Desse modo, pelo desenvolvimento da pesquisa, constatamos que a legislação, que estabelece as normas que salvaguardam os povos indígenas, pelo menos alguns casos não são percebidos por eles. Conforme os objetivos de cunho econômico e políticos, impregnados pelos modelos capitalistas, é necessário ampliar as garantias de direitos, resguardando os interesses e as necessidades dos povos indígenas, os quais que encontram, hodiernamente, obstáculos devido à vigência de tutelas jurídicas e à lógica da comercialização, o que impede a defesa satisfatória do patrimônio cultural indígena.

Nesse sentido, a tese contribui para compreender e discutir a valorização das relações econômicas indígenas, e para a denúncia das violências e das explorações da lógica da comercialização em terras indígenas, contradizendo as normativas constitucionais. Desse modo, durante o desenvolvimento do tema CC, os alunos indígenas foram instigados constantemente a valorizar os próprios conhecimentos e a prática docente. Sendo assim, esses debates se pautaram na política do diálogo, na articulação com os movimentos sociais e no favorecimento da luta pelos direitos indígenas.

Da mesma forma, podemos destacar que o tema, bem como o curso de Educação Intercultural Indígena da UFG, promoveu uma movimentação importante nos alunos indígenas, no sentido de valorizar os diversos conhecimentos e de elencar os diferentes conflitos econômicos existentes nos distintos contextos e, principalmente, possibilitar o surgimento de uma percepção epistêmica dos conflitos aqui elencados, existentes em suas comunidades. Ficou evidente a existência de elementos da cultura dominante, a formação de propriedades privadas, o comércio e a apropriação (prática) indevida da cultura.

Nas colocações dos interlocutores, quando se referem ao capitalismo, voltaram somente para os impactos negativos. Não tivemos informações, na pesquisa, que remete aos aspectos positivos nas culturas indígenas, ou seja, se eles negociam (ou não) ou se aproveitam (ou não) do capitalismo em suas comunidades.

Houve a compreensão, ao longo das aulas, de que é necessário continuar a luta pelo reconhecimento e pelo respeito à diversidade brasileira, bem como pela garantia dos direitos constitucionais obtidos na Constituição Federal de 1988. O ganho em termos de formação docente é significativo e os resultados das ações foram mensurados de forma objetiva e sistematizada. É necessária, portanto, uma política que garanta, ao mesmo tempo, o respeito à especificidade dos indígenas frente aos não indígenas, e à diversidade cultural, histórica e linguística desses povos.

REFERÊNCIAS



- ANDRADE, W. A. **Lendas e mitos dos índios brasileiros**. 2 ed., São Paulo: FDT, 1999.
- BAILES, S. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. v. 8, p. 29-46, 2004.
- BANIWA, G. **Indígenas, principalmente na Amazônia, sofrem uma caça sistemática aos direitos conquistados na Constituição de 1988**. Entrevista. A Crítica. 2021. Disponível em: https://www.acritica.com/search?q=Gersem+Baniwa&query_type=tag. Acesso em: 31 jan 2022.
- BARBIERI, S. R. J. **Biopirataria e povos indígenas**. São Paulo: Almedina, 2014.
- BARTON, B. Dando sentido à etnomatemática: etnomatemática fazendo sentido. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática: papel, valor e significado**. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 39-74, 2006.
- BOND, R. **História do caminho de Peabiru**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.
- BORGES, M. V.; LEITÃO, R. M. Interculturalidade e Decolonialidade: construindo uma escola para/com os Avá-Canoeiros de Goiás (Brasi). **Movimento**, v. 7, n. 13, p. 34-62, 2020.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Distrito Federal: Senado Federal: Centro Gráfico, 1999.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2007.
- CARRASCO, L.; PALACIOS, S. **Quem manipula os povos indígenas: contra o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: CAPAX, 2013.
- CASTILHO, E. W. V. Direitos humanos das populações indígenas. *In*: CASTILHO, E. W. V. **Direitos Humanos**, Brasília, n. 3, p. 19-22, 2009.
- CHENAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac e Naify, 1962.
- CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: ensaios de Antropologia política**. São Paulo: Cosac e Naify, 2011.
- CONRADO, A. L.; BARTON, B. Etnomatemática: sobre a pluralidade nas significações do programa etnomatemática. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática: papel, valor e significado**. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 75-87, 2006.

COSTA, F. A. Ensaio sobre a condição fantasmagórica do termo crise ou do esquecimento da terra. **Em construção**, Rio de Janeiro. n. 4, p. 92-104, 2018.

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação**: reflexões sobre educação e matemática. São Paulo: Summus, 1986.

D'AMBROSIO, U. **Educação matemática da teoria à prática**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2000.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. São Paulo: Autêntica, 2002.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática e educação. *In*: Knijnik, G.; Oliveira, C. J.; Wanderer, F. (Org.). **Etnomatemática**: currículo e formação de professores. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, p. 39-52, 2004a.

D'AMBROSIO, U. Um enfoque transdisciplinar à educação e à história da matemática. *In*: Borba, M. C.; Bicudo, M. A. V. (Org.). **Educação matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, p. 13-29, 2004b.

D'AMBROSIO, U. O Programa Etnomatemática: uma síntese. **Acta Scientiae**, v. 10, n. 1. p. 07-16, 2008.

D'AMBROSIO, U. Insubordinação criativa na educação e na pesquisa: das disciplinas à transdisciplinaridade. *In*: D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. E. (org.). **Vertentes da subversão na produção científica em educação matemática**. Campinas: Mercado das Letras, p. 17-42, 2015.

DANNER, F.; DORRICO, J.; DANNER, L. F. Pensamento indígena brasileiro como crítica da modernidade: sobre uma expressão de Ailton Krenak. **Griot – Revista de Filosofia**, v. 19, n. 3, p. 74-104, 2019.

DAVINI, J. **Desejo, depois da paixão**: a prática educativa em questão. Editora: Espaço pedagógico, 1997.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

DOMITE, M. C. Notas sobre formação de professores e professoras numa perspectiva da etnomatemática. *In*: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Etnomatemática**. São Paulo, p.44-48. 2000. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br/~etnomat/site-antigo/anais/MariadoCarmo.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FANON, F. **Pour la Révolution Africaine**: écrits politiques. Paris: La Découverte, 2001.

FERREIRA, R. **Educação escolar indígena e Etnomatemática**: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1983.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FURIELA, F. N. **Propriedade intelectual e biodiversidade**: a proteção legal da biodiversidade. 2010. Disponível em: <http://www.bdt.org.br>. Acesso em: 12 set. 2019.

GALLOIS, D. T. Sociedade indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas, para pensar a tolerância. *In*: GRUPIONI, L. D. B.; FISCHMANN, L. V. R. **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: Editora USP, p. 167-188, 2001.

GRAHAM, L. **Povos Xavantes**. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>. Acesso em: 13 jun 2022.

GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L. B. A tolerância e os povos indígenas: a busca do diálogo na diferença. *In*: GRUPIONI, L. D. B.; FISCHMANN, L. V. R. **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: Editora USP, p. 29-39, 2001.

HARVEY, D. A. A acumulação via espoliação. *In*: HARVEY, D. A. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, p. 115-148, 2004.

KAMAIURA, K. **O povo Kuikuro**: aldeia Kaluni paraíso precisa da sua ajuda. Xingu. 2019. Disponível em: @kaianakukamaiura. Acesso em: 17 mai. 2020.

KNIJNIK, G. Currículo, Etnomatemática e Educação Popular: um estudo em um assentamento do movimento em terra. **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n. 1. p.93-110, 2003

KNIJNIK, G. [et al.] **Etnomatemática em movimento**. Belo horizonte: Autêntica, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. Ecologia Política. **Ethnoscientia**, v. 3. n. 2 (volume especial), p. 1-30, 2018,

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KROEBER, A. O superorgânico. *In*: DONALD, P. (org), **Estudos de organização social**, São Paulo: Livraria Martins Edit. p. 49-64, 1950.

LEITÃO, R. M. **Educação e Tradição**: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal-To. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 1997.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2014.

MACHADO, V. L. **Modernização agrícola no médio norte goiano**: a feira como estratégia de sobrevivência do pequeno produtor rural. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2014.

MARAFON, A. C. M. A mais-valia no processo de potenciação da força de trabalho. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática**: papel, valor e significado. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 89-102, 2006.

MARÉS, F. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

MIGNOLO, W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y um caso. **Tabula Rasa**, Bogotá: Colombia, n. 8, p. 243-281, 2008.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geográficos na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. **Revista NERA**, v. 20, n. 39, p. 39-59, 2017.

MONTEIRO, J. M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. *In*: NOVAES, A. (org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 7, p. 237-249, 2002.

MONTEIRO, A.; OREY, D. C.; DOMITE, M. C. S. Etnomatemática: papel, valor e significado. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática**: papel, valor e significado. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 13-37, 2006.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

NAZARENO, E.; ARAUJO, O. Revisitando o debate acerca da Modernidade a partir da Colonialidade do poder e da Decolonialidade. **Revista Nós**, v. 03, p. 27-45, 2017.

NAZARENO, E.; MAGALHÃES, S. M.; FREITAS, M. T. U. Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do povo Berô Biawa Mahadu/Javaé: análise de práticas pedagógicas contextualizadas em um curso de Educação Intercultural Indígena. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v. 8, n. 3, p. 490-508, 2019.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, v. 19, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, A. U. Os 150 anos do manifesto e a luta pela terra no Brasil. *In*: COGGIOLA, O. (Org.) **Manifesto comunista**: ontem e hoje. São Paulo: Xamã, p. 243-255, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Projeto da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas**. Nova Iorque: UN, 1994.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo em América Latina. **Rer. Venez. De Econ. y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2002.

QUIJANO, A. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. São Paulo: Novos rumos, 2005.

RIBEIRO, J. P. M. **Etnomatemática e formação de professores indígenas**: um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, J. P. M.; FERREIRA, R. Educação escolar indígena e etnomatemática: um diálogo necessário. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática**: papel, valor e significado. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 149-160, 2006.

RUSSELL, B. **O conhecimento humano**: sua finalidade e limites. Editora: ND, 1958.

SANTILLI, P. Ciências, verdade e justiça. *In*: GRUPIONI, L. D. B.; FISCHMANN, L. V. R. **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: Editora USP, p. 191-201, 2001.

SANTOS, B. P. A etnomatemática e suas possibilidades pedagógicas: algumas indicações. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática**: papel, valor e significado. Porto Alegre, RS: Zouk, p. 203-218, 2006.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

SERPA, P. **Povos Bororo**. 2001. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 20 jun 2022.

SILVA, F. P. E. **Plantas medicinais cultivadas nas roças baniwa**: mudanças e participação dos jovens. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Indígenas) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, F. P. E. Capitalismo nas aldeias indígenas: repercussões em pesca, caça e alimentação do povo Baniwa em São Gabriel da Cachoeira – Amazonas. **Interethnic@ - Revista de estudos em relações interétnicas**. v. 22, n. 1, jan./abr., p. 27-44, 2019.

SILVA, M. M. **Etnomatemática e relações comerciais na formação de professores indígenas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SILVA, J. A. **O direito à ampliação territorial do povo Iny Karjá da comunidade Buridina em Aruanã – Goiás**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Universidade Federal de Goiás, 2019.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, J. P. M. Críticas e preconceitos ocidentais em contraposição às formas de aculturação e concepções ameríndias. **Tellus**, n. 40, set./dez., p. 187-202, 2019.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, J. P. M. NAZARENO, E. Povos indígenas e as relações culturais, econômicas e políticas: reflexões sobre a interculturalidade crítica e a decolonialidade. **Tellus**, n. 43, set./dez., p. 33-58, 2020,

SILVA, M. M.; RIBEIRO, J. P. M.; FERREIRA, R. Biopirataria e explorações ocorridas no Brasil: um relato-denúncia de práticas criminosas contra povos indígenas. **REAMEC**: Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, v. 9, n. 1, 2021.

SILVA, M. M.; BAUMANN, A. P. P.; RIBEIRO, J. P. M. Passado, presente e futuro: repensando as modificações históricas e capitalistas nas sociedades indígenas pela Etnomatemática. =, **Campo Mourão**, Brasil, v. 10, n. 21, p.209-234, jan.-abr. 2021

SOUZA, R. B. **Fatores sócio-político-culturais na formação do professor de Matemática: análise em dois contextos de formação.** 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista, 2015.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Brasília: UNB, 1984.

TAYLOR, E. B. **Primitive Culture.** Editora: Dover Publications Inc.; First Edition, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2009.

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Núcleo Takinahakỹ De Formação Superior Indígena. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural,** Goiânia, 2006.

VALLE, J. C. **Da matemática à paz.** São Paulo: BT Academia, 2016.

VIEIRA, N. Para uma abordagem multicultural: o Programa Etnomatemática. **Revista Lusófona de Educação.** n. 11, p. 163-168, 2008.

VILLARES, L. F. **Direito e povos indígenas.** Curitiba: Juruá, 2009.

VIVEIRO DE CASTROS, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *In:* VIVEIRO DE CASTROS, E. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Cosac e Naify, p. 345-399, 2002.

WAJÃPI, K. **Livro do artesanato Wajãpi.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

EMENTA DO TEMA CONTEXTUAL – PROJETO DO CURSO DE 2006: CULTURA E COMÉRCIO – MATRIZ DE FORMAÇÃO BÁSICA

Ementa: Sistemas de troca, transações comerciais, moedas e valores de produtos comerciáveis e conversões de moedas. Relações comerciais entre povos/culturas e suas mudanças ao longo da história.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Dinheiro no Brasil**. 2. ed. Brasília: BCB, 2004.

COSTA, W. N. G. Etnomatemática: Uma tomada de posição da Matemática frente à tensão que envolve o geral e o particular. *In*. GUSMÃO, N. M. M.(org.). **Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados**. São Paulo: Editora Biruta, 2003. p. 201-223.

D'AMBROSIO, U. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. *In*. BORBA, M. C.; BICUDO, M. A. V. (Orgs.). **Educação Matemática: Pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004b, p. 13-29.

GERDES, P. **Etnomatemática: Reflexões sobre matemática e diversidade Cultural**. Edições Humus, Ribeirão, Portugal. 2007.

SILVA, M. M. S. **Etnomatemática e as relações comerciais na formação de professores indígenas**. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Bibliografia complementar:

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: Da teoria à prática**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

D'AMBROSIO, U. **A Etnomatemática no processo de construção de uma escola indígena**. Em Aberto, ano 14, n. 63. Brasília: 1994.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**. São Paulo: Ática, 1990.

FERREIRA, M. K. L. **Madikauku: os dez dedos das mãos**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

WERNECK, V. R. **Cultura e Valor**. Coleção Fundamentos do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

EMENTA DO TEMA CONTEXTUAL – PROJETO DO CURSO DE 2020: CULTURA E COMÉRCIO – MATRIZ DE FORMAÇÃO BÁSICA

3 - Cultura e Comércio (32h)

Ementa: Sistemas de troca, transações comerciais, moedas e valores de produtos comerciáveis e conversões de moedas. Relações comerciais entre povos/culturas e suas mudanças ao longo da história.

Bibliografia Básica

BRASIL, Banco Central do Brasil. *Dinheiro no Brasil*. 2. ed. Brasília: BCB, 2004.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. In. BORBA, Marcelo de Carvalho; BICUDO, Maria A. Viggiani. (Orgs.). *Educação Matemática: Pesquisa em movimento*. São Paulo: Cortez, 2004b, p. 13-29.

GERDES, Paulus. *Etnomatemática: Reflexões sobre matemática e diversidade cultural*. Ribeirão, Portugal: Edições Humus, 2007.

Bibliografia complementar

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. Coleção Tendências em Educação Matemática.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *A Etnomatemática no processo de construção de uma escola indígena*. Em Aberto, ano 14, n. 63. Brasília: 1994. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/225>

FERREIRA, Mariana K. L. *Madikauku: os dez dedos das mãos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SILVA, Matheus Moreira da. *Etnomatemática e as relações comerciais na formação de professores indígenas*. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

WERNECK, Vera Rudge. *Cultura e Valor*. Coleção Fundamentos do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ANEXO B

PLANO DE ENSINO DO TEMA CONTEXTUAL DE 2006: CULTURA E COMÉRCIO

Tema contextual: Cultura e comércio	Carga Horária: 36 horas
Professor: José Pedro Machado Ribeiro Ana Paula Purcina Baumann	E-mail: zepedro@ufg.br anamatufg@gmail.com

Ementa
A concepção de sistemas de troca e comercial, transações comerciais, moedas e valores de produtos comerciáveis e conversões de moedas. As relações comerciais entre povos/culturas e suas mudanças ao longo da história.

Objetivos
<ol style="list-style-type: none">1. Promover situações de aprendizagem por meio do manejo e da reflexão sobre instrumentos lúdicos que abordam relações monetárias e comerciais presentes em distintos contextos socioculturais;2. Estabelecer um espaço educativo de debate e reflexão a respeito das relações comerciais tradicionais e atuais de cada cultura/povo, tomando como orientação suas transformações ocorridas ao longo da história;3. Abordar as temáticas de sistemas e transações comerciais de modo a estabelecer relações significativas a favor das expectativas e necessidades dos povos indígenas e não indígenas.

Programa do Tema Contextual e Bibliografia
<ol style="list-style-type: none">1. Comércio no contexto histórico de distintas culturas;2. As relações comerciais tradicionais de povos/culturas indígenas;3. As relações comerciais atuais de povos/culturas indígenas;4. Valor monetário dos produtos (alimentícios, artefatos, mentefatos, etc.) dos povos indígenas;5. O escambo no contexto indígena ao longo da história;6. Os distintos sistemas de troca e comercial;7. A presença e o poder das tecnologias e da mídia nos sistemas comerciais;8. As relações de poder nos sistemas comerciais;9. A moeda como instrumento de exploração e dominação;10. Escravidão e comércio;11. Funcionamento básico do sistema comercial;12. Conversão monetária entre distintas moedas;13. Simulação de transações comerciais;14. A matemática financeira como meio mobilizador de diálogo entre culturas.

Metodologia
Aulas expositivas dialogadas, seminários, palestras, trabalhos individuais e em grupo, trabalhos em campo, atividades de pesquisa, vídeos, simulação de práticas comerciais, confecções de moedas e fichas.
Avaliação
A avaliação dos estudantes/professores indígenas tomará como eixo principal a participação ativa em sala de aula e nos distintos espaços didáticos, a produção individual e em grupo e o envolvimento com as atividades propostas. Levará em conta a relação entre os saberes adquiridos de cada estudante com os apreendidos no curso em prol de reflexões e ações significativas para a melhoria de sua prática docente.
Bibliografia Básica
BRASIL. Ministério da Educação / SEF. O governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena: 1995-2002. Brasília: MEC/SEF, 2002a. BRASIL. Ministério da Educação / SEF. Referenciais para Formação de Professores Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2002b. BRASIL. Ministério da Educação / SEF. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998. CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Projeto de Formação de Professores Indígenas, 3º Grau Indígena, V. 2, N. 1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2003. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). História dos Índios no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. Etnomatemática: Uma tomada de posição da Matemática frente à tensão que envolve o geral e o particular. In: GUSMÃO, Neusa M. Mendes de (Org.). Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados. São Paulo: Editora Biruta, 2003. p. 201-223. D'AMBROSIO, Ubiratan. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. In: BORBA, Marcelo de Carvalho; BICUDO, Maria A. Viggiani. (Orgs.). Educação Matemática: Pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004b, p. 13-29. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação para a sociedade em transição. Campinas: Papirus, 1999. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da Teoria à Prática. Coleção Perspectivas em Educação Matemática. 4 ed. Campinas: Papirus Editora, 1998. [1. ed. em 1996] D'AMBROSIO, Ubiratan. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997. D'AMBROSIO, Ubiratan. A Etnomatemática no processo de construção de uma escola indígena. Em Aberto, ano 14, n.63. Brasília: 1994. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1990. FASHEH, Munir. Matemática cultura e poder. Zetetiké, V.6, n.9. CEMPEM, FE/UNICAMP. Campinas: Editora Unicamp, 1998. FERREIRA, Mariana K. L. Madikauku: os dez dedos das mãos. Brasília:

FERREIRA, Rogério. A educação escolar no Universo Akwen-Xerente. In ALMEIDA, Rogério; DIAS, Alexandre (Orgs.). *Metamorfopsia da Educação: hiatos de uma aprendizagem real*. Coleção Similis. São Paulo: Zouk editora, 2002, p. 107-119.

FISCHMANN, Roseli, GRUPIONI, Luis Donizete B. e VIDAL, Lux (Org.). *Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, maio/ago. São Paulo: ANPED, 2003, p. 16-35.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 16. ed., Coleção Leitura, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. [1. ed. em 1996]

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. [1. ed. em 1970]

GALLOIS, Dominique Tilkin. Programa de Educação Wajãpi: reivindicações indígenas versus modelos de escolas. In SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (Orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. Série Antropologia e Educação. São Paulo, SP: Global, 2001. p. 25-46.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? Macapá: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ) e Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII), 2003.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina B. Gonçalves e (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Magistério Indígena Novo Tempo: Um Caminho do Meio (Da Proposta à Interação)*. São Paulo: USP/FAFE, 2003.

GRUPIONI, Luis Doniseti Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1994.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de (Org.). *Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Linguagem, Cultura e alteridade: Imagens do Outro*. In. *CADERNOS DE PESQUISA*, Julho 1999, no 107, Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, 1999, p. 41-78.

KNJNJK, Gelsa. *Exclusão e Resistência: Educação Matemática e Legitimidade Cultural*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KNJNJK, Gelsa; OLIVEIRA, Cláudio José de; WANDERER, Fernanda (Orgs.). *Etnomatemática: Currículo e Formação de Professores*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito Antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. [1. ed. de 1986]

LLUCH, Xavier. Interculturalismo: uma leitura crítica da interculturalidade. *PÁTIO: Revista Pedagógica. Pluralidade Cultural*. Ano 2, n. 6, Ago/Out, 1998. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 53 – 57.

ANEXO C

ATIVIDADE SEMINÁRIO

DEVOLUTIVA 01

Caro estudante.

Primeiramente, para essa **DEVOLUTIVA 01**, recomendamos que leia e faça a Atividade 01 que já iniciaram. Em seguida, tire fotos dos três painéis (em cartolina, papel em branco ou quadro negro/branco da escola), com desenhos e registros escritos, abordando como foram realizadas, pelo seu povo, as relações comerciais no PASSADO, como são realizadas hoje, no PRESENTE, e como vocês imaginam que serão realizadas as relações comerciais no FUTURO.

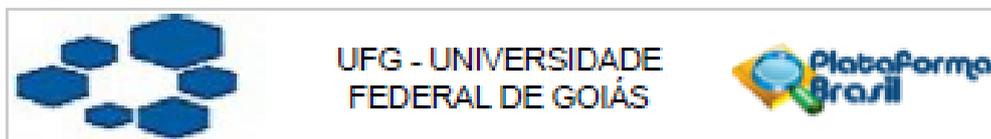
Envie para nós pelo WhatsApp **fotos dos painéis**, contendo todos os desenhos e escritos. Fotografe os painéis que retratam as relações comerciais de seu povo. Veja se a fotografia ficou boa e se dá para ler os registros escritos e as imagens antes de enviar. **CONSULTE O TUTORIAL PARA SABER COMO TIRAR UMA FOTOGRAFIA COM QUALIDADE.**

E ainda, envie (usando o WhatsApp) **um vídeo, de no máximo 10 minutos (fracionado em vídeos menores para conseguirem enviar no WhatsApp)**, explicando os desenhos e registros escritos de seu grupo. Não se esqueçam, no vídeo devem falar um pouco sobre como foram realizadas as relações comerciais no passado, no tempo de seus avós; como são realizadas as relações comerciais hoje; e, como você imagina que serão as relações comerciais no futuro.

Bom trabalho!

ANEXO D

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As telas do comércio e da lógica do capital indígena: novas esperanças para um novo mundo

Pesquisador: MATHEUS MOREIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09837119.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.250.684

Apresentação do Projeto:

"Este trabalho visa apresentar reflexões sobre as relações comerciais no processo formativo indígena à luz da Etnomatemática, acerca da diversidade cultural, desenvolvidas com as atividades dos alunos indígenas do Curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás. A metodologia utilizada consistirá na observação sobre as concepções do comércio indígena e da sociedade envolvente, amparadas pela Etnomatemática e análise das atividades desenvolvidas, por um viés etnográfico. A Etnomatemática num viés de formação inicial do professorado, propicia ao indígena perceber as diferenças culturais e comerciais em seu contexto. Os aspectos etnomatemáticos envolvidos na pesquisa, parte da geração e difusão dos conhecimentos nas construções são consolidados nas aspirações de cada povo. À vista disso, esse trabalho possibilitará uma maior interação e liberdade frente a determinados "padrões" e ações de comportamentos que ocorrem e ocorrem frente a cultura ocidental, proporcionando ao indígena conhecer a realidade do outro, ou seja, uma troca de vivência, experiência e conhecimento".

Objetivo da Pesquisa:

Identificar de que modo o Curso de Educação Intercultural indígena da UFG contribui para a conscientização (e a ação) crítica do estudante indígena em formação no que tange às relações comerciais e à lógica do capital que cotidianamente interferem no equilíbrio sociocultural de suas comunidades

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.050-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1183 E-mail: cep.ppl.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.250.894

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informa-se que a presente pesquisa não prevê riscos aos sujeitos participantes. Não haverá nenhuma descrição individual (nome e/ou característica) do participante; desta forma, garantindo o anonimato. No entanto, existe a possibilidade de um leve desconforto aos participantes (professores do tema contextual), pelo fato da realização da entrevista aberta, mas que pode ser amenizado pelo estabelecimento de confiança entre pesquisador e os participantes de pesquisa. Em relação aos benefícios, destaca-se que possibilitará uma maior interação e liberdade frente a determinados "padrões" e ações de comportamentos que ocorrem e ocorrem frente a cultura ocidental, proporcionando ao indígena conhecer a realidade do outro, ou seja, uma troca de vivência, experiência e conhecimento frente a diversidade cultural, políticas públicas e o comércio tradicional e da sociedade envolvente. Desta forma, ao participar desta pesquisa, os participantes poderão se beneficiar pela troca de experiências entre pesquisador e participante e também da aprendizagem possibilitada pela realização das atividades relacionadas às relações comerciais e à lógica do capital que serão produzidas ao longo da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de mestrado que prevê metodologias do tipo "grupo focal" com observação participante e uso de questões norteadoras. Para tal, o projeto tomou como grupo de análise turmas do Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG, na qual serão identificados dois professores regentes da temática abordada e suas turmas, perfazendo um conjunto de 10 sujeitos participantes, com 18 anos ou mais de idade. A pesquisa não pressupõe acesso a aldeias indígenas, sendo toda realizada no âmbito das instalações da UFG, mais especificamente, nas instalações do Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes documentos:

1. Folha de Rosto devidamente assinado pelo pró-reitor de pós-graduação;
2. Termo de Compromisso devidamente assinado e datado de acordo com o modelo sugerindo incluindo a referência às Resoluções CNS n.º 466/12 e/ou da Resolução CNS n.º 510/16 contendo assinatura do Interessado e do orientador;
3. Documento Projeto Básico nos moldes do CEP;
4. Documento Projeto de Pesquisa;
5. Cronograma de Pesquisa inserido no Projeto e no Projeto Básico indicando que o período de coleta de dados será de agosto de 2019 a dezembro de 2020;
6. Termo de Anuência do Núcleo Taknahaky de formação superior indígena, assinado pelo

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício IQ2
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefonic: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

Página 02 de 05



Continuação do Parecer: 3.250.004

coordenador do Núcleo e indicando que o projeto foi apreciado pelo colegiado do curso em 8 de março de 2019;

7. TCLE no modelo sugerido pelo CEP; inclusive em papel timbrado;

8. Proposta de orçamento – informando que os custos do projeto serão arcados por meio do uso da bolsa de pesquisa concedida pela CAPES

9. Documento com as questões norteadoras

Após análise dos documentos na plataforma, verificou-se, ainda, a inclusão de um modelo de TALE. Entretanto, a redação do TALE é idêntica ao TCLE, inclusive indicando que o sujeito que autoriza tem maior de 18 anos. Dado o tipo da pesquisa e o grupo focal, entende-se que o TALE foi anexado de forma equivocada, uma vez que não se trata de público de menor de idade. Portanto, este documento não foi considerado na análise.

Foi considerado, também, que o projeto, embora tenha como público alvo povos indígenas, o mesmo não fará expedição em terra indígena, não sendo, portanto, necessária a Anuência da Funasa e/ou de Chefe/Líder da Aldeia/Comunidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Na análise dos documentos, todos os documentos foram considerados em conformidade com os modelos e orientações sugeridos pela plataforma do CEP.

A única ressalva seria relacionada ao TCLE no qual não consta o campo para assinatura datiloscópica. No entanto, entendendo que os participantes possuem letramento, sendo 2 docentes da Educação Intercultural e os demais estudantes do curso superior, este campo não seria utilizado. Ademais, as assinaturas parciais ao longo do TCLE foram suprimidas e concentradas no final, com destaque para a inclusão da assinatura adicional no campo referente à permissão ou não sobre "a concessão do uso de sua voz, imagem ou opinião".

Dessa forma, caso o colegiado do CEP tenha o mesmo entendimento, considero o presente protocolo de pesquisa APROVADO. Este é o parecer, salvo motivos de força maior.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao final, o protocolo de pesquisa foi considerado APROVADO

Reiteramos ao(a) pesquisador(a) responsável que o mesmo deverá encaminhar ao CEP/UFG o

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campina Samambá, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppi.ufg@gmail.com

Página 03 de 05



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.250.604

Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1295568.pdf	19/03/2019 11:02:48		Acelto
Outros	TermodeCompromisso.PDF	19/03/2019 11:01:26	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Outros	Questoes_Norteadoras.pdf	19/03/2019 10:55:52	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Outros	TALE.pdf	19/03/2019 10:55:07	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Outros	Termo_de_Anuencia.pdf	19/03/2019 10:52:33	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	19/03/2019 10:44:23	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.pdf	19/03/2019 10:42:41	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Orçamento	Orçamento.pdf	19/03/2019 10:41:58	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Cronograma	Cronograma.pdf	19/03/2019 10:41:46	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto
Folha de Rosto	25021900.PDF	25/02/2019 13:42:43	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

Página 04 de 05

ANEXO E

PARECER DE APROVAÇÃO DO NÚCEO TAKINAHAKY DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
NÚCEO TAKINAHAKY DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA**

ANUÊNCIA SOBRE PROJETO DE PESQUISA

Venho por meio deste dar anuência no projeto de pesquisa intitulado: **“AS TEIAS DO COMÉRCIO E DA LÓGICA DO CAPITAL INDÍGENAS: NOVAS ESPERANÇAS PARA UM NOVO MUNDO”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores Matheus Moreira da Silva e seu orientador Dr. José Pedro Machado Ribeiro.

O referido projeto foi apresentado durante a reunião do colegiado do curso de Educação Intercultural no dia 08 de março de 2019. Os professores presentes apreciaram o conteúdo da proposta emitindo parecer favorável à sua execução. Desta maneira, recomenda-se ao coordenador do projeto seguir os trâmites necessários para execução do referido projeto, tal como a submissão para aprovação nos órgãos competentes e o início da coleta de dados a partir dessa data.

Sem mais para o momento.

Goiania, 08 de março de 2019.